



Governo do Estado de Alagoas
Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento
Coordenação Geral de Planejamento

Maceió, ano 7, nº 20 - Junho 2007

INFORMATIVO CONJUNTURAL

Cenário analisado
Janeiro/Dezembro 2005



*** GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS**

- GOVERNADOR: **Teotônio Brandão Vilela Filho**
- VICE-GOVERNADOR: **José Wanderley Neto**

*** SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DO ORÇAMENTO**

- SECRETÁRIO: **Júlio Sérgio de Maya Pedrosa Moreira**
- SECRETÁRIA ADJUNTA: **Vânia Maria Cavalcante Veloso**
- CHEFE DE GABINETE: **Elizabeth Cardoso de Lima**
- DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS: **José Carlos Medeiros Silva**
-

*** COORDENADORIA GERAL DE PLANEJAMENTO**

- COORDENADOR: **José Cândido do Nascimento**

EQUIPE TÉCNICA:

- Cícera Dinalva Matos Dantas
- Eli Nicácio de Lima
- Jaime Dionel da Silva Filho (In Memoriam)
- Marcia Núbia Barbosa Lopes
- Rosângela Maria de Melo My
- Silvéte de Albuquerque Nogueira
- Vera Helena Wanderley Cavalcante

ESTAGIÁRIOS:

- Isabela Neves da Silva
- Mário César de Albuquerque Pessoa

INFORMATIVO CONJUNTURAL. Ano 07, nº 20, 2005
Maceió: Coordenadoria Geral de Planejamento

ANUAL

1. Economia – Alagoas 2. Estatística – Alagoas – Periódicos

CDU 33 (813 . 5)

31 (813 . 5)

SUMÁRIO

▪ APRESENTAÇÃO	3
▪ ARTIGOS	
- Exportações Brasileiras no Comércio Mundial	4
- A Química do Crescimento	8
- Pólo Industrial Canavieiro de Alagoas	14
▪ ATIVIDADE ECONÔMICA DO ESTADO DE ALAGOAS – 2005	18
▪ ATIVIDADE AGRÍCOLA	21
- Produção agrícola de Alagoas	21
▪ ATIVIDADE INDUSTRIAL	30
- Segmento Sucroalcooleiro	30
- Salgema	33
- Cimento	35
▪ SERVIÇOS	37
- Turismo	37
- Transporte	39
Aeroportuário	39
Portuário	42
- Comércio	43
▪ BALANÇA COMERCIAL	48
▪ FINANÇAS PÚBLICAS	53
▪ FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DE ALAGOAS	54
- Receita – Demonstrativo da arrecadação do Estado de Alagoas	54
- Despesa – Demonstrativo das despesas do Estado de Alagoas	55
▪ ENERGIA ELÉTRICA	60
▪ ÁGUA	65
▪ MERCADO DE TRABALHO	69
▪ PETRÓLEO E GÁS NATURAL	75
▪ NORMAS	79



APRESENTAÇÃO

O Informativo Conjuntural anual do Estado de Alagoas chega no seu sétimo ano de publicação de cara nova, como um produto de alto nível realizado pela equipe de técnicos da Seplan, que traz para o público a performance da economia alagoana, com artigos assinados por especialistas, análise setorial, índices econômicos, estudos, pesquisas, infográficos e notas técnicas.

A publicação também será referência na produção de conteúdo e subsídios para apoiar decisões na esfera pública e privada, e para a elaboração de estudos e teses para o aprofundamento sobre a realidade do Estado e do país.

A Seplan, através do Informativo Conjuntural, trabalha também no sentido de ampliar e melhorar a base de dados e informações sobre a economia de Alagoas, com o apoio solidificado de parceiros como o IBGE, secretarias de Estado, universidades, empresas de pesquisa e instituições públicas e privadas.

O Informativo contém uma análise e avaliação dos indicadores econômicos, que se propõe, inclusive, a dar continuidade à sistematização de uma série histórica de dados, para garantir uma informação qualificada, de modo que investidores com interesses em implantar projetos no Estado possam obter boas informações sobre economia.

Sérgio Moreira
Secretário de Estado do Planejamento e do Orçamento

INFORMATIVO CONJUNTURAL
ATIVIDADE ECONÔMICA DO ESTADO DE ALAGOAS – 2005

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NO COMÉRCIO MUNDIAL

Conjuntura Econômica

Dezembro 2005 – Vol. 59 Nº 12 – FGV

O crescimento das exportações brasileiras, desde o final do ano de 2002, é um fato. Não há um único motivo que explique esse resultado. Câmbio favorável (desvalorizado em termos reais entre julho de 2002 e março de 2003 em relação a janeiro de 1999), associado ao baixo crescimento da economia brasileira, seriam os fatores que estimularam o aumento das exportações, no final de 2002. O crescimento do comércio mundial em 16,5%, em 2003, após queda de 4,1%, em 2001, contribuiu para um novo incremento das exportações. É destacada a demanda da China em relação às *commodities*, como a soja e o minério de ferro do Brasil. Em 2004, o comércio mundial cresceu 21%, o câmbio iniciou uma trajetória de valorização e a economia brasileira cresceu 5%. A China continua a ser citada, mas é introduzida a idéia de que as empresas brasileiras adquiriram “cultura exportadora”. Ao mesmo tempo, foi registrada uma maior diversificação da pauta brasileira em termos de mercados/produtos. O ano de 2005 é dominado pelo debate sobre o efeito da valorização do câmbio sobre as exportações, que poderá prejudicar o ritmo de expansão das exportações, em 2006. No entanto, qual será o efeito não é uma questão consensual.

O aumento das exportações pode ser explicado por fatores macroeconômicos, como câmbio e crescimento da economia mundial. No entanto, a garantia de uma presença crescente nos fluxos de exportações mundiais depende da presença do país nos setores de maior participação e crescimento no comércio mundial.

Aqui, é apresentada uma simples radiografia das exportações brasileiras no comércio mundial a partir dos últimos dados publicados pela Organização Mundial do Comércio (OMC), que se referem ao ano de 2004. Os resultados mostram que o Brasil apresentou taxas de crescimento acima da média mundial. Entre 2000/04, o crescimento do comércio mundial de mercadorias foi de 9% e do Brasil de 12,3%. Entre 2003/04, o comércio mundial aumentou 21% e o Brasil, em 32%. A participação do Brasil nas exportações mundiais cresceu de 0,9% para 1,1%, em 2004. O Brasil é o 25º colocado entre os exportadores de mercadorias no comércio mundial. O principal é a Alemanha (10%), seguido dos Estados Unidos (8,9%), China (6,5%) e Japão (6,2%).

Grupos – Nas exportações mundiais em 2004, a participação dos produtos agrícolas foi de 8,8%, a de combustíveis e minerais de 14,4% e de manufaturas de 73,8%. O crescimento médio anual no período 2000/04 do volume exportado foi de: agricultura, 3%; combustíveis e minerais, 2,5%; e manufaturas, 4,3%. Entre 2003/04, quando o comércio mundial, em valor, cresceu 21%, o volume exportado de manufaturas aumentou em 10%, de produtos agrícolas em 3,3% e de combustíveis e minerais em 5,4%.

Na classificação entre os maiores exportadores mundiais, a presença do Brasil é destacada no setor agrícola. Em 2000, o país era o sexto maior exportador mundial e, em 2004, passou para o quarto lugar. As exportações agrícolas do Brasil representaram 4% das exportações mundiais, atrás dos Estados Unidos e da União Européia (25 países e excluindo o

comércio intra-União Européia), cada um com 10%, e Canadá, respondendo por 5% - a China ficou quinto lugar (3,1%). A taxa de crescimento média anual das exportações brasileiras foi de 27,5% e das exportações mundiais, em valor, de 15% entre 2003/04.

Nas exportações de manufaturas, que concentram a maior parte do comércio mundial, o Brasil não está presente na lista dos 15 principais exportadores. O desempenho do país foi, no entanto, acima da média mundial. Entre 2000/04, as exportações mundiais aumentaram anualmente no valor de 9% e as brasileiras, em 12,3%. Entre 2003/04, as mundiais cresceram 20% e as do Brasil, em 36%.

O elevado crescimento do Brasil nas exportações de manufaturas teve um pequeno efeito sobre a participação do país nas exportações mundiais desse setor. Em 2000, a participação do país era de 0,7% e, em 2004, foi de 0,8%. As exportações de manufaturas da China representavam 4,7% das exportações mundiais desse setor e, em 2004, o percentual subiu para 8%.

Manufaturas – O setor de equipamentos de transporte apresentou o maior percentual nas exportações mundiais, 13,5%, em 2004, segundo a classificação da OMC, com o automotivo respondendo por 9,2%. O crescimento das vendas externas do automotivo foi de 16% entre 2003/04, abaixo do percentual de 21% das exportações mundiais. O Brasil está entre os 15 principais exportadores mundiais, classificado em sétimo lugar, com participação de 1%, em 2004. Os países da União Européia, excluindo o comércio intra-regional, ocupam a primeira colocação (14,9%), seguidos do Japão (13,7%) e dos Estados Unidos (9%). A participação da China é de 0,7%.

Os produtos do setor de eletroeletrônicos, de informática e de telecomunicações explicaram 12,7% das exportações mundiais, em 2004. O maior crescimento foi do segmento de telecomunicações, 25% entre 2003/2004, acima da média internacional. Em 1990, as

exportações brasileiras de telecomunicações somavam US\$ 442 milhões e, em 2004, US\$ 1.474 milhões representando 0,4% das vendas do setor – a China respondeu por 17,9%.

O terceiro setor destacado é o de produtos químicos. Suas exportações representaram 11% das exportações mundiais, em 2004. O crescimento das exportações entre 2003/04 foi igual ao do comércio mundial (21%), com os produtos farmacêuticos somando 2,8%. O Brasil está classificado como 15º principal exportador mundial desses produtos com uma participação de 0,2%. A China ocupa o quinto lugar, registrando uma participação de 1,3%. Nas exportações de aço e ferro, o Brasil é o nono principal exportador mundial – participação de 2,7%. No entanto, esse setor representa apenas 3% da pauta.

Outros setores destacados pela OMC são os de vestuário e têxteis, onde o Brasil não está entre os principais exportadores. No caso de vestuário, as exportações chinesas explicaram 24% das exportações mundiais e para têxteis o percentual foi de 17,2%. No entanto, os dois produtos apresentaram queda na pauta de exportações da China – vestuário, de 14,5% para 10,4%, e têxtil, de 6,5% para 5,6%, quando são comparados os dados entre 2000 e 2004.

Permanência – Os desafios para a pauta de exportações brasileiras continuam os mesmo já assinalados por diversos especialistas em comércio internacional, desde o final da década de 1980.

No desenho da política econômica nacional, o papel das exportações brasileiras foi sempre inserido no contexto macroeconômico. O tema central esteve, de forma geral, associado à necessidade de produção de superávits comerciais para reduzir o grau de vulnerabilidade da economia – o saldo positivo da balança comercial como fator fundamental para a queda do déficit em transações correntes do balanço de pagamentos. Um debate “esquecido” em meados dos anos de 1990.

No final da última década, em especial o aumento da “vulnerabilidade da economia brasileira”, obrigou a um debate sobre a política de exportações. Essa não poderia ser pautada na oferta de subsídios e créditos fiscais dos anos de 1970, que contribuíram para que o país passasse de exportador de produtos básicos para manufaturados, entre 1970 e 1980 – o percentual das exportações de manufaturas passou de 15% para 45% no período. Em 2004, esse percentual atingiu 55%.

O desempenho recente das exportações brasileiras não se traduz em mudanças significativas da participação do Brasil no comércio mundial. A comparação com os dados da China não deve ser entendida como uma opção pelo “modelo chinês”, o que seria no mínimo uma análise ingênua e simplista. O mesmo debate ocorreu na década de 1980, quando foi constatado o crescimento dos “Tigres Asiáticos”, como a Coréia do Sul, que apresentava participações similares à do Brasil no comércio mundial nos anos de 1970. Em 2004, a Coréia do Sul figura como o 12º maior exportador mundial e o Brasil, 25º.

O tema básico não é o aumento da participação de manufaturados na pauta de exportações brasileira. O Brasil possui vantagens comparativas naturais em termos de recursos agrícolas/minerais/combustíveis que continuarão a ser exploradas. A questão básica é a participação do país nos fluxos mais dinâmicos de manufaturas, que constituem a maior parte do comércio mundial.

A história recente tem mostrado que para países em desenvolvimento, a participação nesses fluxos é derivada de vantagens/acordos concedidos a empresas dos países desenvolvidos, que podem estar interessados no mercado interno dos países ou nas vantagens que os países apresentam como plataformas de exportações (China e México, por exemplo). Ao mesmo tempo, como a Coréia do Sul ilustra fatores internos que influenciam a oferta

doméstica do país – criação de tecnologia, educação – é crucial para que a entrada do investimento direto estrangeiro seja fator de transformação da estrutura produtiva doméstica.

A pauta de exportações de um país é o reflexo de sua estrutura produtiva. No cenário atual, onde o comércio internacional de manufaturas é, em grande parte, dominado pelas estratégias de localização das empresas dos países desenvolvidos, cabe aos países em desenvolvimento criar ambientes domésticos que favoreçam os investimentos estrangeiros. O elemento mais importante, entretanto, é que criem condições domésticas que possam assegurar que o aumento das exportações seja traduzido num aumento do valor adicionado doméstico (a idéia básica é que os países não sejam meros “montadores de produtos”). Nesse caso, são determinantes dos padrões de comércio de um país.

Em suma, a comparação dos dados de exportações do Brasil com o comércio mundial sinaliza uma economia com desempenho favorável. Ao mesmo tempo, mostra uma economia que está ausente, exceto no caso das exportações da indústria automotiva, nos principais fluxos do comércio mundial.

Ao longo de 2005, exportadores criticaram a política cambial do Banco Central que manteve o dólar na casa de R\$ 2,20, tornando os produtos brasileiros caros e menos competitivos no exterior.

No mês de dezembro de 2005, o superávit foi de US\$ 4,3 bilhões, acima dos US\$ 3,5 bilhões de dezembro de 2004. As exportações totalizaram US\$ 10,897 bilhões e as importações, US\$ 6,551 bilhões.

Para 2006 a expectativa do ministro do Desenvolvimento é que as exportações alcancem US\$ 132 bilhões. O Banco Central espera superávit de US\$ 35,5 bilhões.

Nota

Balança Comercial do Estado de Alagoas

Em relação à Balança Comercial de Alagoas, o crescimento das exportações alagoanas vem aumentando consideravelmente. Os valores dos produtos exportados foram de US\$ 457.657.623 em 2004 e US\$ 583.790.456 em 2005, representando uma variação positiva de 27,56% no período 2005/2004. Apesar do aumento a pauta de exportações dos produtos alagoanos ainda se concentra no setor sucroalcooleiro, alcançando 85% de participação. Excluindo os derivados da cana, Alagoas concentra 10% de suas exportações nos derivados do Salgema, fumo e cimento e os outros 5% nos mais variados produtos. Os derivados da cana, açúcar demerara e cristal, álcool anidro e hidratado, e também o melaço, continuam sendo os responsáveis pela maior parte da movimentação no porto.

Logo em seguida vêm os adubos, petróleo bruto, óleo diesel e PVC. O cimento foi considerado destaque nas exportações do Porto de Maceió em 2005, com aumento de 166% em relação a 2004.

Assim como as exportações, os valores das importações vêm crescendo entre os anos de 2004 e 2005, registrando US\$ 67.393.075 e US\$ 92.631.560, respectivamente, variando 37,45%. A pauta dos principais produtos importados concentra-se em cloreto de potássio, fosfato de amônio, naftas, trigo e sulfato de amônio.

Tanto em 2004 como em 2005, a Balança Comercial alagoana apresentou resultado superavitário da ordem de US\$ 390.262 em 2004 e US\$ 491.155 em 2005.

A QUÍMICA DO CRESCIMENTO

Conjuntura Econômica

Março 2005 – Vol. 59 Nº 03 – FGV

A petroquímica brasileira está diante de um novo ciclo de desafios. Com o crescimento da economia nacional e mundial, a demanda por produtos petroquímicos como resina – insumo para a transformação de plásticos utilizados em uma vasta gama de indústrias, como as de embalagens, construção civil, utilidades domésticas, peças automotivas, brinquedos – cresceu cerca de 14% no ano passado, a ponto de praticamente esgotar a capacidade produtiva dos fabricantes. A necessidade de novos investimentos está na agenda das empresas que aproveitaram os bons preços internacionais para recuperar margens. Os resultados do ano passado foram excelentes e há dinheiro em caixa para pensar em crescimento. A Braskem, por exemplo, maior petroquímica do país, fechou 2004 com lucro líquido de R\$ 691 milhões, 221% superior ao período anterior. Mas não basta ter recursos para aumentar a produção. É preciso se compor com a Petrobrás, principal fornecedora de nafta e gás, matérias-primas básicas da cadeia petroquímica, que pretende participar mais ativamente da área. Além da estatal, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) terá função importante na reestruturação do setor, pois vem elaborando estudos que devem estar concluídos até o fim deste mês para definir como atuará para fortalecer a petroquímica.

Enquanto as definições do banco não saem, a Petrobrás avança em novos empreendimentos. A estatal divulgou em seu plano estratégico de 2004 a intenção de operar mais ativamente na petroquímica em parceria com empresas privadas, não só como sócia, mas também na gestão dos negócios. Hoje, a Petrobras, através da

Petroquímica, detém participações minoritárias e pouca voz ativa em três centrais petroquímicas (Braskem, Copesul e Petroquímica União). “Não necessariamente precisamos ser majoritários nos empreendimentos, mas queremos participar da gestão. Isto quer dizer presença na diretoria e no Conselho de Administração, obtida por intermédio de um acordo de acionistas bem amarrado”, diz o diretor de Abastecimento, Paulo Roberto Costa. A estatal anunciou vários projetos, que somados podem superar US\$ 9 bilhões em investimentos societários que estão em estudos, assim como as viabilidades técnicas.

Refinaria – O mais ambicioso desses negócios é a construção de uma refinaria para processar 150 mil barris/dia de óleo pesado da Bacia de Campos em sociedade com o grupo Ultra e o BNDES. Costa prefere chamar o projeto de Unidade de Petroquímicos Básicos. O objetivo é obter insumos petroquímicos e tentar resolver um dos gargalos do setor: a Petrobras não tem a intenção de aumentar o fornecimento atual de nafta, em torno de 7 milhões de toneladas anuais, devido a limitações técnicas causadas pela qualidade do óleo brasileiro, muito pesado e pobre em nafta petroquímica. Os demais 4 milhões de toneladas que somam-se aos cerca de 11 milhões/ano de toneladas utilizadas hoje pelas três centrais petroquímicas dos países, são importados. Ao lado da Unidade de Insumos Básicos seria instalado um parque industrial com empresas de segunda geração, como os fabricantes de resinas plásticas. A localização dessa unidade poderá ser o município fluminense de Itaguaí, onde a Petrobras já possui um terreno disponível, ou o Norte Fluminense. O investimento previsto é de US\$ 3 bilhões

na refinaria e outros US\$ 3,5 bilhões para a segunda geração.

Especialistas da Petrobrás, do BNDES e do grupo Ultra se debruçam sobre os detalhes do projeto, que deve começar a operar em 2010. “Até agosto teremos as definições finais, localização, estrutura societária, financiamentos, parceiros”, afirma Kiniyuke Terabe, presidente da Petroquisa, subsidiária da estatal. “Com a refinaria, que vai produzir insumos petroquímicos, desafoga-se a necessidade de matéria-prima”, diz o executivo. A nova unidade produzirá o equivalente a mais de 1 milhão de toneladas anuais de eteno – assim como hoje faz a Copesul, a segunda central petroquímica do país, localizada no pólo gaúcho de Triunfo. A nova refinaria também irá fabricar GLP e diesel, derivados atualmente importados pelo Brasil. Terabe lembra que outros projetos, com base em gás natural – a Rio Polímeros e um novo pólo em estudos em Corumbá, na fronteira com a Bolívia –, aliviarão a dependência de nafta.

Polipropileno – Além da Unidade de Petroquímicos Básicos, a Petrobrás tem outros projetos em estudo para o setor. Um deles, já em fase avançada, trata da unidade de fabricação de 300 mil toneladas de polipropileno em Paulínia em parceria com a Braskem, líder na América Latina. O investimento, avaliado em US\$ 230 milhões, está tendo seu modelo societário discutido, informa Paulo Roberto Costa, que acrescenta que a fábrica deverá estar operando no final de 2007. Em outra frente, a área internacional da Petrobrás negocia com a Bolívia condições de fornecimento de gás para a instalação de um pólo produtor de 600 mil toneladas de polietilenos na fronteira dos dois países, em Corumbá. As conversas envolvem a Braskem e a espanhola Repsol. O pólo, que absorverá cerca de US\$ 1 bilhão em recursos, deve começar a funcionar em 2009.

Antes disso, a oferta de polietileno vai aumentar por conta de dois novos empreendimentos. Um deles é a expansão da Petroquímica União (PQU), na região do ABC paulista. Um acordo já firmado entre Petrobras e Unipar, controladora da Polietilenos União e principal acionista individual da PQU, vai permitir que a central de matérias-primas paulista receba da estatal mais gases de refinaria e assim possa ampliar sua produção das anuais 500 mil toneladas para 700 mil toneladas anuais de eteno. O eteno, obtido pelo processamento da nafta ou correntes de refinaria nas centrais petroquímicas (a chamada primeira geração), é o principal insumo para os polietilenos e outros produtos de segunda geração – resinas plásticas, por exemplo. A Polietilenos União aumentará em 200 mil toneladas sua produção atual de 130 mil toneladas. Outras empresas da região também vão aumentar sua capacidade de produção.

Para concretizar essa ampliação no pólo paulista são necessários cerca de US\$ 400 milhões. A expectativa, diz o presidente da Unipar, Roberto Garcia, é que uma boa parte seja financiada pelo BNDES, que analisa o projeto. “A previsão é que comece a funcionar a partir de julho de 2007.” Mas já em maio próximo, a Rio Polímeros, empresa dos grupos Unipar e Suzano em parceria com Petrobras e BNDES, que está exigindo US\$ 1 bilhão em investimentos, começa a produzir 500 mil toneladas anuais de polietilenos a partir de gás natural da Bacia de Campos. Será a primeira petroquímica nacional a utilizar gás no lugar da nafta como matéria-prima. “A não ser a Rio Polímeros, não há outro empreendimento entrando em operação no país e há poucos no mundo. A petroquímica brasileira não crescia há dez anos. Isso está ocorrendo agora e por isso todos percebem que é hora de se iniciar um novo ciclo de expansão”, afirma Garcia.

O interesse da Petrobras em atuar de forma mais efetiva na petroquímica vem causando movimentação entre as empresas. Primeiro, porque a estatal anunciou, em

seu plano estratégico de 2004, investimentos baixos para o setor – US\$ 1,1 bilhão dentro de um total de US\$ 53,6 bilhões até 2010 –, considerando seu interesse de participar mais firmemente da segunda geração. Segundo, porque a estatal tem prazo até final de abril para exercer uma opção de aumento de participação na Braskem e equipará-la ao controlador, o grupo Odebrecht. Se fizer isso, tem, por força de uma cláusula contratual, de sair de outros empreendimentos e ser sócia exclusiva da Braskem. Não é de surpreender que o mercado esteja ansioso pelos próximos passos da Petrobras, já que a estatal é a principal fornecedora de matéria-prima.

Mais recursos – Paulo Roberto da Costa garante que em alguns meses, na próxima revisão do plano estratégico, os valores destinados à petroquímica vão subir, uma vez que a Petrobras está envolvida em inúmeros projetos. Mas um executivo do setor acha que mesmo que aumente, os recursos são para investir em projetos e não para recompor participações acionárias, rearrumando sua posição societária. A Petrobras detém 17,44% do capital total da PQU, 15,63% da Copesul (a central gaúcha do pólo de Triunfo) e 8,4% da Braskem. Quanto à iniciativa de elevar ou não a participação na Braskem, Costa afirma que há negociações em curso e que os “aspectos políticos e negociais” estão sendo levados em conta.

Desafio – “O grande problema da petroquímica hoje, mais do que os rearranjos societários, é como viabilizar o crescimento da oferta para atender à demanda. Há um nó que é a falta de matéria-prima”, ressalta o superintendente da Oxiten, empresa do grupo Ultra, Pedro Wongtschowski. Estudos do BNDES, com base em levantamento feito pela Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) e do Sindicato da Indústria de Resinas Plásticas do Estado de São Paulo (Siresp), dão conta da necessidade de

investimentos de US\$ 12,8 bilhões de 2004 a 2013, para expandir a oferta de produtos petroquímicos, com uma taxa de crescimento da economia de 3,5%, em 2004 (já superada); 4%, em 2005; 4,5%, em 2006; e 5% ao ano até 2013. Os produtos com maiores déficits são polipropileno e PET.

De acordo com Cynthia Moreira, chefe do Departamento de Indústrias Químicas do BNDES, a participação do banco no fortalecimento do setor pode se dar por financiamento puro e simples e com participação societária, repetindo o modelo da Rio Polímeros, onde a instituição é financiadora e sócia minoritária por intermédio da BNDESpar. “Dependendo do porte do projeto isso pode acontecer. Mas não é uma regra”, diz. Para o gerente do departamento, Gabriel Gomes, o setor tem pontos estratégicos a serem equacionados: acesso às matérias-primas, realização de investimentos e consolidação de forma a criar maior integração e, por consequência, mais competitividade. Segundo ele, não há perspectiva de aumento no suprimento de nafta petroquímica e a maior parte do gás natural não serve para a produção de termoplásticos.

Gomes lembra que já há alternativas em discussão e em uso, como a importação de condensado por parte das centrais petroquímicas e a utilização de correntes (gases) de refinaria para fins petroquímicos. “Nesse contexto, a refinaria para a produção de insumos petroquímicos é uma alternativa interessante”, assegura. O BNDES está priorizando projetos para eliminar gargalos nos produtos críticos. Para 2005, a previsão de desembolso para o setor químico e petroquímico é de R\$ 1,37 bilhão (122,4%) a mais do que em 2004), sendo aproximadamente R\$ 1 bilhão para petroquímica. Parte destes recursos é para Rio Polímeros, que começa a operar ainda em 2005.

O diagnóstico que aponta gargalos nas ofertas estimulou o anúncio feito pela Petrobras de projetos de investimento em

produção de PET e polipropileno. A estatal vai bancar, sozinha e em sociedade, fábricas de intermediários para a produção de PET. Uma delas produzirá paraxileno na Bahia e terá apenas a estatal como acionista, num investimento de cerca de US\$ 400 milhões. A segunda unidade, em Pernambuco, custará US\$ 450 milhões em parceria com o grupo italiano Mossi & Ghisolfi, cuja intenção é erguer a maior fábrica de PET do mundo. Outro projeto, previsto no plano estratégico, é de uma unidade de ácido acrílico, a ser construída em Minas Gerais. O negócio é estimado em US\$ 360 milhões e será feito em sociedade com a Elekeiroz e a Dow, com entrada em operação prevista para 2010. Há ainda um projeto de produção de 200 mil toneladas de fenol, intermediário para a produção de resinas. No polipropileno, além da unidade de Paulínia, a Petrobrás e a Polibrasil (controlada pela Suzano e pela Basell) negociam acordo de suprimento de matéria-prima (propeno de refinaria), de forma a permitir que a Polibrasil amplie em 250 mil toneladas sua produção, hoje em 625 mil toneladas anuais, nas suas unidades de São Paulo e da Baixada Fluminense. O investimento nessas expansões soma US\$ 60 milhões e levaria dois anos para começar a operar.

Desempenho – A petroquímica brasileira cresce, em geral, cerca de três vezes o PIB e tem, segundo Sérgio Alves, diretor executivo da Suzano Petroquímica, uma vocação doméstica. Mesmo assim, as empresas do setor mantêm uma média de exportação em torno de 20% da produção. “Isso varia de empresa para empresa. Mas para atender à demanda doméstica se justifica, a cada dois anos, uma nova unidade de resinas, como polietileno e polipropileno, de 300 mil toneladas cada”, diz.

Para Alves, a consolidação do setor deveria resultar em dois grandes grupos petroquímicos. “Seria o ideal em termos de competitividade”, ressalta. A Suzano, aponta o executivo, poderia participar da

chamada “Petroquímica do Sudeste”, que integraria ativos do pólo do ABC e a Rio Polímeros, formando um só bloco. Roberto Garcia, da Unipar, também defende esse modelo. A Unipar é sócia da Suzano na Rio Polímeros e é a maior acionista individual da PQU. O outro grupo petroquímico nacional seria liderado pela Braskem, consolidando, com uma possível compra da Ipiranga Petroquímica no pólo gaúcho de Triunfo, os pólos do Sul e do Nordeste. A Braskem nasceu no pólo baiano de Camaçari a partir da integração de ativos da primeira geração (a antiga Copene, a central de matérias-primas do Nordeste, e a segunda geração). A Ipiranga, além de unidades fabricantes de resinas, divide com a Braskem o controle da Copesul.

Mas a comentada venda da Ipiranga, que corre de boca em boca no setor há anos, pode não acontecer tão cedo. A empresa tem obtido bons resultados e equacionado suas dívidas, motivo pelo qual o boato de vendas durou anos. Vai realizar melhorias operacionais em 2005 e ampliar em 50 mil toneladas a produção de propeno de refinaria. Paulo Magalhães, diretor-superintendente da Ipiranga Petroquímica, afirma: “O que vai acontecer depende da Petrobras. A empresa não pode ser contra todos nem sócia de um só. Nem deveria ser majoritária em projetos, pois isso seria uma reestatização.” Quanto ao assunto venda, Magalhães diz que “nem se fala mais nisso na empresa”.

Se a perspectiva de incorporar a Ipiranga está longe de se realizar, a Braskem trata de crescer para fora do país. Assinou em meados de fevereiro um protocolo de entendimento com a Pequiven, braço petroquímico da PDVSA, para negócios na Venezuela. A decisão é baseada numa lógica essencial: o país tem abundância de petróleo e gás, matérias-primas para o setor; “O ciclo do ‘desgargamento’ está se esgotando. Não vai ser suficiente para atender às

necessidades do mercado brasileiro se não houver investimentos agora”, ressalta Alexandrino de Alencar, vice-presidente de relações institucionais da Braskem. Como os vários projetos em análise hoje tem *timings* de entrada em operações diferentes, Alencar não crê em superoferta, já que a demanda por resinas plásticas continuará aquecida, crescendo na casa dos dois dígitos anuais.

“A petroquímica brasileira já provou que é competente na área industrial, com padrão internacional de operação. O que atrapalha o setor é o custo Brasil e o acesso à matéria-prima”, destaca Alencar. “A Petrobrás devia se conscientizar de que pode ganhar na cadeia produtiva”. A nafta e o gás, insumos vendidos pela estatal, têm seu preço baseado no mercado internacional. De acordo com levantamento da Abiquim, o custo da nafta, convertido em reais, subiu 31,34%, em 2004. Graças ao elevado preço internacional das *commodities* petroquímicas e do aquecimento do mercado, as empresas brasileiras não tiveram do que reclamar no ano passado. Repassaram o impacto da elevação dos custos e colheram bons lucros.

Nichos – Os bons ventos que sopraram no mercado doméstico e internacional para a petroquímica alcançaram também empresas que atuam em nichos específicos, como a Nitriflex, do grupo Brampac. Produtora de especialidades petroquímicas, como borrachas nitrílicas e outros derivados, a empresa viu suas vendas internas crescerem 6% em 2004 em relação ao ano anterior, além de exportar cerca de 60% da produção. A borracha nitrílica é utilizada na indústria automotiva, além de máquinas e motores. Também serve para aumentar a resistência do PVC. O mercado aquecido estimulou a Nitriflex a duplicar para 7 mil toneladas anuais sua capacidade de fabricação de borracha em pó, exigindo investimento de US\$ 1,5 milhão. De acordo com o diretor Renato Faraco,

destinar boa parte da produção ao exterior é uma estratégia que começou em 1997, quando o mercado interno não era capaz de absorver a capacidade produtiva da Nitriflex, hoje em 30 mil toneladas anuais.

“Há mais ou menos três anos estamos mantendo nossas exportações em torno de 50% a 60% da produção”, diz. Com essa operação, a empresa ganha US\$ 25 milhões que representam cerca de 40% de suas vendas totais. Como as boas perspectivas do mercado ainda perduram por algum tempo, a Nitriflex está investindo cerca de US\$ 20 milhões para reabrir, reequipar e modernizar tecnologicamente sua fábrica de ABS (resina plástica especial, chamada de plástico de engenharia), na unidade industrial de Duque de Caxias, Baixada Fluminense.

Expectativa – É Justamente por conta desse aquecimento da demanda mundial que as expansões previstas para a petroquímica servirão não só para atender ao crescente consumo interno mas também para manter os compromissos de exportação assumidos. Dados ainda preliminares da Abiquim mostram que em 2004 a produção de resinas termoplásticas alcançou 4,4 milhões de toneladas, 6,05% a mais do que em 2003. O consumo aparente foi de 4,2 milhões de toneladas, das quais 825,7 mil foram exportadas e 627,6 mil importadas. Em dezembro passado, o nível de utilização da capacidade ficou acima de 80% e as unidades de petroquímicos básicos operaram os últimos meses de 2004 praticamente no limite. “Precisamos dobrar o parque produtivo petroquímico até 2012”, diz o presidente do sindicato das Indústrias de Resinas Plásticas do Estado de São Paulo (Siresp), José Ricardo Roriz Coelho. A capacidade hoje está em torno dos 4,5 milhões de toneladas de resinas anuais. Para chegar aos 8 milhões seriam necessários cerca de US\$ 8 bilhões em investimentos, de acordo com estimativas da entidade.

“O caminho mais fácil e barato é fazer primeiro as expansões possíveis, depois, com matéria-prima competitiva, novas unidades.” Segundo Roriz, pela dimensão do mercado brasileiro, caberiam empresas robustas, com escala para figurarem entre as 15 maiores do mundo. Mas para que a petroquímica brasileira se torne de fato competitiva globalmente seria preciso, em primeiro lugar, equacionar o acesso à matéria-prima, de forma a brigar com o Oriente Médio, onde os insumos são baratos. A lógica do setor se baseia em duas variáveis: insumo e consumo. Novos projetos se instalam onde a matéria-prima é abundante, como o Oriente Médio, ou

onde há mercado, como na Ásia. A discussão sobre o preço da matéria-prima é crucial pois impacta toda a cadeia produtiva do plástico. Apostar na eficiência da cadeia como um todo é a receita para os ganhos de competitividade do setor, dizem os analistas e executivos. “É estratégico para o Brasil ter uma petroquímica forte e uma terceira geração, os transformadores de plástico, competitiva, agregando cada vez mais valor aos manufaturados”, garante o presidente do Siresp.

PÓLO AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO DE ALAGOAS

Pedro Robério de Melo Nogueira

Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Alagoas

Introdução

A trajetória do açúcar e do álcool em Alagoas se confunde com a própria história do Estado. Alagoas nasceu cana, se fez engenho, virou açúcar e álcool. A moenda deixou o burro, moveu-se à água. E assim surgiu a movida a vapor, evoluindo para a indústria, empreendedora moderna, pautada na Responsabilidade Social Corporativa. O Pólo Agroindustrial Canavieiro de Alagoas surgiu da força de homens que desbravaram a terra e souberam produzir riquezas.

Os primeiros engenhos – Escurial, Maranhão e Buenos Aires – foram criados pelo alemão Christofh Lintz, que ganhara uma sesmaria para explorar uma riqueza antes desconhecida dos alagoanos. Só no século XIX começou a fase dos engenhos movidos à água. O açúcar era colocado em caixotes de madeira, pois tudo era feito pelo lombo do boi ou do burro, saindo do engenho até chegar ao porto do Francês. Surge então, o setor que mais tarde ampliaria a produção canavieira: a indústria sucroalcooleira.

Em 1891, o Barão de Vandesment, nascido na França, chegou ao Brasil para inovar. Escolheu as terras férteis de Atalaia para implantar a primeira usina de açúcar de Alagoas: a Usina Brasileiro, com equipamentos importados da Europa. Já na década de 1930, a Usina Serra Grande (fundada em 1894) permitiu que o país conhecesse a inovadora tecnologia de aproveitamento do álcool como combustível.

De apenas três pequenos engenhos, o setor sucroalcooleiro de Alagoas cresceu, chegando a contar com 36 unidades industriais em funcionamento na década de 80. Com o passar do tempo, com as

turbulências advindas do mercado e o aumento da competitividade muita coisa se transformou. Atualmente o Pólo Agroindustrial Canavieiro de Alagoas é formado por 27 unidades produtoras. Destas, 4 somente produz açúcar, 3 somente produz álcool e 20 produzem açúcar e álcool.

Responsabilidade Social

O Pólo Canavieiro de Alagoas adota a responsabilidade social como um dos parâmetros seguidos pelo mercado mundial. As indústrias de açúcar e álcool investem mais de 15 milhões de reais por ano em projetos sociais com os seus colaboradores e comunidades, a exemplo da capacitação profissional, educação e saúde. Mesmo quem vive longe das regiões canavieiras tem oportunidade de trabalho, especialmente no período da safra.

Dezoito usinas já são detentoras do **Selo ABRINQ – Empresa Amiga da Criança** – por excluírem dos seus quadros o trabalho infantil, as demais se encontram em processo para obtenção do selo.

O setor sucroalcooleiro do estado vem desenvolvendo há cinco anos, grande projeto ambiental. O compromisso com o meio-ambiente, consta como uma das metas do segmento, onde 24 das 27 usinas do estado, firmaram uma parceria com o IPMA, Instituto para Preservação da Mata Atlântica, que proporcionou o plantio de 2 milhões e 300 mil mudas em todo o estado. O trabalho teve início fundamentado em três pilares:

- 1) Reflorestamento induzido de áreas degradadas e encostas antes utilizadas para plantio de cana, hoje

considerada de elevado custo, sendo descartadas para este fim.

- 2) Educação Ambiental, junto as escolas municipais da região de abrangência de cada empresa. Cada unidade adota uma escola para o desenvolvimento e formação de agentes de meio ambiente (AMA). O efeito multiplicador desta medida impressionou a todos os que participam deste trabalho. Temos hoje, um total de 479 professores e 45.000 alunos envolvidos.
- 3) Oficialização de áreas preservadas em RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural. Em Alagoas, antes da adesão das usinas ao IPMA, haviam apenas duas RPPN registradas no MMA, hoje temos 8 e mais 19 RPPN's em processo no IBAMA protocolados pelo IPMA, com 5.554 hectares de áreas nativas, aguardando vistoria.

Em regeneração já temos mais de 30.000 ha de terra no processo que receberam mudas de essências nativas ao longo destes cinco anos de projeto.

Para implementação do Projeto, o IPMA implantou na usina Capricho o Centro de Produção de Mudanças com capacidade de produzir 1 milhão de plantas por ano.

O processo é muito simples, as empresas fazem um pedido especificando as mudas que pretende plantar e o IPMA, trata de produzir de acordo com a disponibilidade de sementes. Nem sempre é possível atender aos pedidos na sua totalidade, nestes casos o IPMA oferece outra opção para reposição.

Desafios Permanentes

O Pólo Agroindustrial Canavieiro de Alagoas evoluiu. Mas apesar dos avanços, também existem obstáculos. Os maiores são: as limitações de clima, topografia e solo, que não permitem uma competição em igualdade de condições com o centro-sul do país. Por isso,

instrumentos como o Programa de Equalização de Custos da Cana-de-Açúcar são essenciais para sobrevivência do setor e, conseqüentemente da economia do estado. Assim, como é competitivo no mercado internacional, o setor precisa de políticas específicas para ser competitivo também com o sul do país.

O setor convive com o eterno desafio da produtividade agrícola, que só pode ser superado com a ajuda das **chuvas** ou com grandes investimentos em **irrigação**. A segunda opção vem sendo perseguida pela grande maioria das empresas, em especial as localizadas no sul do estado, dotadas de extensas áreas planas (tabuleiros).

A área plantada com cana no estado gira em torno de 450 mil hectares. 320 mil ha (70% da área total) são de domínio das indústrias, áreas próprias e arrendadas, desses 186 mil ha são irrigados (58%): 11 mil ha com irrigação plena, 117 mil ha com irrigação de salvação e 58 mil ha com irrigação complementar.

Para se ter uma idéia do custo de implantação de um projeto de irrigação, para safra 2006/07 há uma expectativa de ampliação em 37,5 mil ha com um custo estimado de 34 milhões de reais em equipamentos e infra-estrutura (construção de barragens, adutoras e canais).

O custo da irrigação distancia ainda mais o produtor do Nordeste em relação do Centro-Sul. Para as empresas que irrigam, um outro desafio é a aprovação de projetos para armazenamento de água no período de chuvas para utilização no verão. Os projetos levam de 4 a 5 anos para serem aprovados pelos caminhos normais da burocracia dos órgãos ambientais do estado.

Melhoramento Genético da Cana-de-Açúcar

Este é um dos principais diferenciais. Alagoas despertou para esta questão 40 anos atrás, com a implantação da Estação Experimental da Cana-de-

Açúcar pelos produtores de açúcar e álcool, e a descoberta da **Serra do Ouro**, localizada no município de Murici-AL, dando início a importação, quarentena e multiplicação de novas variedades. As novas variedades foram lançadas a partir da década de 1970 e hoje, o Brasil já planta variedades RB (República do Brasil) que foram originadas de Alagoas.

No Brasil as variedades RB já ocupam mais de 40% da área plantada com cana. Neste item Alagoas é favorecido. Um convênio entre a UFAL, SINDAÇÚCAR-AL E USINAS, o setor injeta anualmente 1 milhão de reais no Programa de Melhoramento Genético da Cana.

Principais Números do Setor

Produtos	SAFRAS					
	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07*
Cana (mil t)	23.805	23.397	28.788	26.149	22.532	25.500
Açúcar (mil t)	1.724	2.057	2.443	2.400	2.104	2.350
Álcool (mil m ³)	570	569	703	687	546	615

Fonte: Sindaçúcar-AL

* Expectativa

Observa-se uma variação significativa na produção de cana de uma safra para outra. Chegamos a produzir na safra 2003/04 28,8 milhões de toneladas, enquanto que duas safras após, na 2005/06, foram produzidas apenas 22,5 milhões de t, uma quebra de 22%, ou seja, uma redução de 6,3 milhões de toneladas. Esses dados nos mostram o eterno desafio do setor: a falta de chuva ou sua má distribuição, aliada as condições do solo, que limita a produção e prejudica a produtividade, que em média hoje está em torno 63 t/ha, variando de 50 a 70 a depender da precipitação pluviométrica do período.

A recuperação industrial média, podemos demonstrar com a relação do ART (Açúcares Redutores Totais) recuperado nos produtos (açúcar+álcool+mel) com o ART que entra na fábrica. Para a safra 2005/2006 estimamos uma eficiência industrial média

As empresas de açúcar e álcool movimentam, por ano-safra, números expressivos para a economia de Alagoas. O setor representa algo em torno de 80% do PIB agrícola do estado. Uma boa safra e com preços compatíveis, reflete-se em todos os segmentos da economia. Comércio, serviços, empregos etc., presentes com a produção de cana em 22 municípios do estado. Na safra 2005/2006, teve uma receita bruta estimada em torno de 2 bilhões de reais, considerando os preços praticados.

A tabela abaixo, mostra uma evolução das produções de cana, açúcar e álcool nas 5 últimas safras e a expectativa para safra 2006/07.

em ART de 89,5%. A única alternativa para aumento da produtividade seria a irrigação plena, que esbarra na questão hídrica, tornando-se praticamente impossível quando pensamos no total das empresas.

Em relação a safra 2005/2006, no *ranking* nacional Alagoas é o 4^a maior produtor de cana, 2^o maior produtor de açúcar e 6^o colocado na produção de álcool.

O setor sucroalcooleiro alagoano sempre teve vocação exportadora. Sua grande vantagem é a proximidade das usinas ao porto de Maceió, com baixo custo do frete.

No passado, o açúcar era transportado no lombo do burro. Hoje sai a granel, em caminhões apropriados, diretamente das usinas para os armazéns do Terminal Açucareiro de Maceió, que é administrado pela Empat – Empresa

Alagoana de Terminais Ltda, consórcio formado pelas indústrias de açúcar.

Na safra 2005/06 Alagoas exportou 1,45 milhões de toneladas de açúcar VHP, sucedâneo do tradicional demerara, 163 mil toneladas de açúcar refinado ensacado e 312 milhões de litros de álcool. Os principais destinos do açúcar VHP foram a Rússia, Portugal, Canadá, Estados Unidos, Marrocos e Tunísia. No caso do açúcar refinado, os países foram a Somália, Angola, Iraque, Gana e Sudão, enquanto que os embarques de álcool foram para o Japão, Coreia, Estados Unidos, Holanda, Suécia, México e El Salvador.

Em relação a safra 2005/06, o “MIX” de produção e a distribuição dos produtos por mercado teve o seguinte

perfil: Do total de cana moída 69,5% foram para produção de açúcar e 30,5% para produção de álcool. Do açúcar produzido 23,5% foi destinado ao mercado interno (dentro e fora do estado) e 76,5% foram para o mercado externo. Do álcool total produzido 42,8% foi destinado ao mercado interno (dentro e fora do estado) e 57,2% para o mercado externo. Resumindo, de toda cana processada 71% foram destinadas ao mercado externo.

INFORMATIVO CONJUNTURAL
ATIVIDADE ECONÔMICA DO ESTADO DE ALAGOAS – 2005

A economia de Alagoas apresenta dinamismo que permite alcançar taxas de crescimento equivalentes aos demais estados do Nordeste.

Em 2005 a atividade agrícola no que se refere as lavouras temporárias registrou incrementos na produção. As culturas do algodão e do feijão como consequência do aumento da área plantada e da área colhida. Para a cultura do fumo o aumento da área plantada foi determinante para o desempenho do setor na economia alagoana. Após dez anos, a região fumageira voltou a receber financiamento de bancos públicos, com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Em função das chuvas e aumento da área plantada, a safra de mandioca apresentou resultado positivo levando-se em consideração o ano anterior. Quanto ao milho, como reflexo também das chuvas e aumento da área colhida, foi registrado incremento da produção.

Na safra 2005, verificou-se redução na cultura de abacaxi, como resultante de menor área plantada e colhida em relação ao ano anterior. Para o arroz, a suspensão de linhas de créditos necessários para custear o preparo do solo e compra de adubo, prejudicou o desempenho da cultura em Alagoas, com resultado negativo em relação a 2004. Produtores de arroz do Projeto Boacica, localizado no município de Igreja Nova, região do Baixo São Francisco ocupam áreas irrigáveis e são administrados por conselhos formados por agricultores e representantes da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) em Penedo.

A safra 2004/2005 de cana-de-açúcar também indicou redução em relação a anterior. Mesmo diante dos números apresentados, Alagoas se mantém como maior produtor de cana do Nordeste. Os efeitos climáticos não conseguem

inviabilizar a posição de destaque do segmento sucroalcooleiro no Estado, que devido as tecnologias utilizadas apresentam diferenciais que refletem no volume da produção. A irrigação é utilizada em Alagoas por 60% dos empresários do setor, no entanto, nem 10% dos fornecedores do Estado adotaram essa tecnologia porque os custos são elevados¹.

Mesmo diante do contexto, Alagoas é destaque nacional em melhoramento genético da cana-de-açúcar. A Universidade Federal de Alagoas e mais sete universidades federais que formam a Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento Sucroalcooleiro – Ridesa, estão iniciando também pesquisas para aquisição de variedades de canas transgênicas resistentes à praga da broca gigante e à seca. As pesquisas serão feitas em convênio com a Embrapa-Recursos Genéticos e Biotecnologia de Brasília.

Em relação ao processo de preparo do solo, o segmento sucroalcooleiro como estratégia de conservação adota a plantação de oleaginosas no período da entressafra. O feijão surgiu como uma alternativa barata e eficaz no processo de recuperação, nutrindo o solo com nitrogênio, necessário para sua reparação.

Em relação as lavouras permanentes, a banana apresentou variação negativa em 2005 em relação a 2004 como reflexo da redução tanto na área plantada, como na colhida.

A safra de coco-da-baia em Alagoas registrou aumento em relação ao ano anterior, tendo como incentivo políticas do governo relativas a importação do produto.

¹ Por hectare o custo da irrigação fica em torno de R\$ 190,00 por hora, correspondendo a 50 milímetros de chuva. Alagoas detém uma área irrigada de 300 mil hectares. O presidente do Sindaçúcar/AL destacou que houve ainda uma expansão da irrigação, em torno de 25%.

Como reflexo dos efeitos climáticos, em 2005 registrou destaque a produção de laranjas que obteve crescimento em relação a 2004.

Outras culturas já ocupam espaço significativo na agricultura do Estado de Alagoas. A soja está inserida nesse contexto agrícola, principalmente na Região Agreste. Registrou-se em 2005 a segunda safra comercial da oleaginosa.

Também fazem parte do espaço agricultável de Alagoas, as hortaliças. A Cooperativa Terra Agreste formada por pequenos agricultores cultivam cebolinha, alface, coentro, rúcula, que são comercializados no mercado interno, principalmente em feiras livres de Maceió. Segundo dados do Serviço Brasileiro de Pequenas e Micro Empresas (SEBRAE), 90% das hortaliças consumidas em Alagoas são produzidas no próprio Estado, sendo Arapiraca o maior pólo produtor. No Vale do Paraíba, nos municípios de Quebrangulo, Viçosa, Mar Vermelho, Pindoba, Paulo Jacinto, Cajueiro, pequenos produtores tentam resgatar uma cultura de fundamental importância socioeconômica para a região, que data à época da escravidão no Brasil: a do inhame. Contando com recursos do Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar), quase três mil agricultores cultivam inhame. O cultivo da leguminosa, que estava em baixa, voltou a ganhar competitividade há três anos, a partir do seminário de gestão compartilhado no fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), realizado pelo Estado.

A cultura da mamona está avançando em alguns estados do Nordeste. Em Alagoas, com incentivo do Governo Federal, ocupa o espaço significativo com vistas a atender o projeto do Biodiesel. A Secretaria Executiva da Agricultura do Estado de Alagoas conta com um planejamento estratégico para execução de ações, principalmente destinadas aos pequenos produtores rurais. Programas

relacionados a assistência técnica e extensão rural são prioridades.

O Programa do Biodiesel em Alagoas conta com a indústria OLEAL – Óleos Vegetais de Alagoas, para esmagamento da mamona e outras oleaginosas. Também foi anunciado a instalação de uma outra indústria para produção de biodiesel no município de Murici.

No que se refere à Pecuária, a atividade ocupa área com pastagem significativa no Estado. Por tipo de rebanhos, o efetivo de Alagoas é formado de asininos, bubalinos, caprinos, eqüinos e bovinos, sendo o último referenciado, um dos setores mais importantes da economia alagoana.

Em relação à atividade industrial, o ano de 2005 apresentou bom resultado, segundo o presidente da Federação da Indústria do Estado de Alagoas (FIEA). “Passamos por um período crítico no final da década de 90, mas, a partir dos anos 2000, a indústria vem conquistando pontos positivos”. Destacou ainda, que entre os fatores que contribuíram para o avanço industrial, os incentivos fiscais e novas instalações foram fundamentais para o resultado positivo apresentado em 2005. “Registramos um expressivo número de concessões de incentivos para novas empresas e às instaladas em processo de ampliação e diversificação de sua produção. Isto resultou em novas oportunidades de emprego”. Acrescentou também a interiorização industrial como outro fator positivo.

A produção de cimento em 2005 obteve incremento de 16,57% em relação ao ano de 2004, atendendo demanda externa.

Em 2005 para os derivados do salgema, registrou-se destaque para o policloreto de vinila com incremento de 166% para atender ao mercado externo.

O mel conquista espaço no setor secundário alagoano, registrando vendas tanto no mercado interno como no mercado externo. A marca do produto está

registrada nos Estados Unidos, garantindo passo importante para a exportação que ainda depende de algumas questões burocráticas como definição de preços internacionais e frete marítimo.

O turismo em Alagoas apresentou resultado positivo em 2005 em relação a 2004, registrando aumento na taxa de ocupação das unidades habitacionais, no fluxo de entrada de hóspedes e na geração de diárias, como consequência principalmente da divulgação de atrativos turísticos do Estado.

A infra-estrutura oferecida pelo novo Aeroporto Zumbi dos Palmares fornece suporte para o aumento registrado em 2005, tanto relativo à circulação de passageiros (embarques e desembarques), como de cargas, correios e bagagens em relação ao ano anterior.

O Porto de Maceió como principal via para exportação de produtos do Estado, apresentou recorde em 2005.

Apoiadas na oferta de crédito, as vendas do comércio varejista registrou crescimento em 2005 superando a média nacional. Transferências federais e a requalificação do Centro de Maceió contribuíram de forma efetiva para o reaquecimento do setor, mediante a instalação de novos empreendimentos, recuperação de unidades de vendas e consequente aumento do número de postos de trabalho.

A Balança Comercial alagoana conquistou resultado superavitário. Os produtos derivados da cana-de-açúcar foram responsáveis por 85% da pauta de exportação. Assim como as exportações, as importações vêm crescendo no Estado, com incremento na ordem de 37,5% em 2005 em relação a 2004.

As reservas de petróleo e de gás natural existentes em Alagoas, atuam como fatores de desenvolvimento. Quanto à arrecadação, além de tributos como ICMS e PIS/Cofins, *royalties* são distribuídos num percentual equivalente a 60% para o Estado e 40% para o município onde está localizada a jazida.

A produção alagoana de petróleo corresponde a 3% da brasileira². Em 2005 foram extraídos 2.855.518 bep³, com aumento de 3,19% em relação a 2004.

Com a entrada em operação do poço Anambé, na Fazenda Rosário, no município de São Miguel dos Campos, litoral sul do Estado, a 40 quilômetros de Maceió, a Petrobras aumentou em 15% a produção de petróleo e gás natural em Alagoas.

As principais jazidas de petróleo e gás natural da Petrobras em Alagoas estão no eixo entre os municípios de Pilar, Marechal Deodoro e São Miguel dos Campos. Só em São Miguel são quatro campos de exploração; na área de Furado, são 44 poços. No município de Coruripe está o único poço marítimo da Petrobras em Alagoas.

Em Alagoas no ano de 2005 foram extraídos 7.403.425 bep de gás natural com redução de 1,56% em relação a 2004.

Evidenciando a importância do gás natural, em 2005 a Algás é a única empresa do Nordeste no setor, que atua nos quatro segmentos: industrial, comercial, residencial e veicular. Merece destaque a procura pelo gás domiciliar, com o crescimento de números de domicílios que passaram a utilizar o produto.

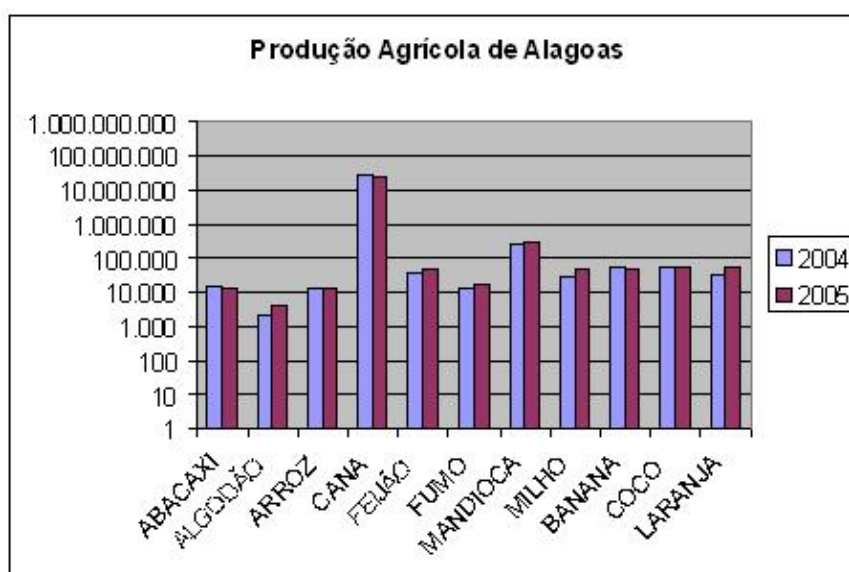
Nos demais segmentos que utilizam o gás canalizado, os números também revelam crescimento, tanto na área comercial como na industrial. O segmento que congrega maior número de consumidores é o veicular. Em 2005 foram contabilizados nove mil carros equipados com o kit GNV. No sentido de atender a demanda, a Algás já anuncia a instalação de mais um posto, o terceiro no interior sendo o 18º a ser instalado em Alagoas⁴.

² ANP (Disponível em: www.nuca.ie.urfj.br).

³ bep – barris equivalentes de petróleo

⁴ Tribuna de Alagoas, 25 abr 2005. Caderno de Economia, p.17.

ATIVIDADE AGRÍCOLA



Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – IBGE.

A safra de grãos 2004/2005 no Brasil foi prejudicada pela estiagem verificada no sul do país, alcançando 113,5 milhões de toneladas. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estima uma produção nacional em torno de 125 milhões de toneladas de grãos para a próxima safra 2005/2006.

Segundo o Ministro da Agricultura, em se tratando do agronegócio, a atividade representou⁵ 30% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, gerando 37% do total de

empregos do país e é responsável por 41% das exportações. Acrescentou que o aumento da produção agrícola em parte se deve ao avanço tecnológico do setor.

A safra agrícola de 2005 em Alagoas apresentou resultados positivos em relação a 2004 para a maioria das culturas praticadas, mesmo com a estiagem verificada nos primeiros meses e a chuva excessiva a partir do mês de abril⁶.

⁵ Maio de 2005

⁶ A meteorologia registrou que o inverno de 2005 teve o dobro da quantidade de chuva em relação a 2004.

PRODUÇÃO FÍSICA DAS LAVOURAS – VARIAÇÃO DAS SAFRAS 2004 E 2005
ALAGOAS
2004/2005

PRODUTOS DO LSPA(1)	PRODUÇÃO FÍSICA (ton)		
	SAFRA 2004(*)	SAFRA 2005(*)	VARIAÇÃO (%)
	2005/2004		
LAVOURAS TEMPORÁRIAS			
ABACAXI	14.854	12.320	-17,06
ALGODÃO HERBÁCEO	2.258	4.095	81,36
ARROZ	12.025	12.008	-0,14
CANA DE AÇÚCAR (4)	26.283.941	23.000.000	-12,49
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	37.924	45.120	18,97
FUMO (em folha)	12.455	17.000	36,49
MANDIOCA	273.732	304.500	11,24
MILHO (em grão) (1ª safra)	29.557	46.200	56,31
LAVOURAS PERMANENTES			
BANANA (3)	51.799	48.799	-5,79
COCO-DA-BAÍÁ (2)	50.818	54.000	6,26
LARANJA (2)	34.788	57.154	64,29

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola NOV/DEZ/2005-IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(2) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

(3) Produção física em mil cachos e rendimento médio em cachos por hectare.

(*) Situação das safras no mês de dezembro.

(4) Produção anual estimada (IBGE).

Em relação as lavouras temporárias, foram registrados incrementos na produção das culturas de algodão, feijão, fumo, mandioca e milho. O algodão na safra 2005 apresentou resultado positivo de 81,36% como consequência do aumento tanto da área plantada, de 11,89%, como da área colhida em 37,52%.

No que se refere à cultura do feijão, ocorreu incremento de 18,97% na safra 2005. O aumento da área colhida de 24,63% representou um fator importante para o resultado apresentado.

A cultura do fumo registrou incremento na produção de 36,49% em 2005. Diferentemente dos anos anteriores marcados pela sucessiva diminuição da área plantada, o município de Arapiraca obteve uma das melhores safras dos últimos anos, tendo como principal fator, clima favorável.

Em função das chuvas no Estado, a safra de mandioca em 2005 apresentou resultado positivo de 11,24%, levando-se em consideração o ano anterior. O aumento da área plantada de 10,12% exerceu

também grande importância no resultado obtido.

Quanto ao milho, a safra alagoana registrou incremento de 56,31% com aumento da área colhida em 72,15%.

Registrou-se redução na produção de culturas temporárias em 2005 em relação ao abacaxi, arroz e cana-de-açúcar. Ocorreu diminuição de 17,06% na cultura do abacaxi como resultante do decréscimo da área plantada e colhida em comparação ao ano anterior.

Quanto ao arroz, a suspensão de linhas de créditos necessária para custear o preparo do solo e compra de adubo, prejudicou o desempenho da cultura do Estado, com uma redução de 0,14% na safra 2005 em relação a 2004.

De acordo com informações do IBGE relativas a produção de cana, o volume apresentado é derivado de estimativa/ano, tomando por base o mês de dezembro. Em decorrência da condensação da produção/ano, aliado às ocorrências climáticas como a insatisfatória distribuição de chuvas, em Alagoas

ocorreu redução de 12,49% na colheita de cana-de-açúcar em 2005 em relação a 2004.

Para as lavouras permanentes, a banana apresentou variação negativa em 2005 em relação a 2004 de 5,79% como reflexo da redução de 5,22% tanto na área plantada, como na área colhida.

Em 2005 a safra de coco-da-baia em Alagoas apresentou aumento de 6,26% em relação ao ano anterior.

Como reflexo dos efeitos climáticos, em 2005 registrou-se com destaque a produção de laranjas que obteve crescimento de 64,29% em 2005 em relação 2004.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - ÁREA TOTAL PLANTADA E ÁREA A SER COLHIDA**ALAGOAS****2004/2005**

PRODUTOS DO LSPA(1)	ÁREA TOTAL PLANTADA (ha)					ÁREA A SER COLHIDA (ha)				
	SAFRA/2004 (A)(*)	SAFRA/2005		VARIAÇÃO (%)		SAFRA/2004 (D)(*)	SAFRA/2005		VARIAÇÃO (%)	
		JAN(B)	FEV(C)	C/A	C/B		JAN(E)	FEV(F)	F/D	F/E

LAVOURAS TEMPORÁRIAS

ABACAXI	1.080	1.080	1.080	-	-	600	560	560	-6,67	-
ALGODÃO HERBÁCEO	10.449	10.500	10.500(**)	0,49	-	8.359	10.500	10.500	25,61	-
ARROZ	3.400	3.400	3.400(**)	-	-	3.400	3.400	3.400	-	-
CANA DE AÇÚCAR	480.000	475.000	475.000	-1,04	-	400.500	410.000	410.000	2,37	-
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	95.575	95.000	95.000(**)	-0,60	-	85.466	95.000	95.000	11,16	-
FUMO (em folha)	19.056	17.000	17.000(**)	-10,79	-	18.456	17.000	17.000	-7,89	-
MANDIOCA	39.410	37.000	37.000	-6,12	-	17.802	19.000	19.000	6,73	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	79.616	78.000	78.000(**)	-2,03	-	67.793	78.000	78.000	15,06	-

LAVOURAS PERMANENTES

BANANA	5.320	5.320	5.320	-	-	4.033	4.030	4.033	-	0,07
COCO-DA-BAÍÁ	13.850	13.850	13.850	-	-	13.474	13.500	13.500	0,19	-
LARANJA	4.780	4.780	4.780	-	-	3.930	4.100	4.100	4,33	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola JANEIRO/FEVEREIRO/2005-IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(**) Refere-se a área plantada.

(*) Situação em dezembro de 2004.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS – PRODUÇÃO FÍSICA E RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO**ALAGOAS****2004/2005**

PRODUTOS DO LSPA(1)	PRODUÇÃO FÍSICA (ton)					RENDIMENTO MÉDIO (Kg/ha)				
	SAFRA/2004 (A)(*)	SAFRA/2005		VARIAÇÃO (%)		SAFRA/2004 (D)(*)	SAFRA/2005		VARIAÇÃO (%)	
		JAN(B)	FEV(C)	C/A	C/B		JAN(E)	FEV(F)	F/D	F/E

LAVOURAS TEMPORÁRIAS

ABACAXI	12.915	12.320	12.320	-4,61	-	21.525	22.000	22.000	2,21	-
ALGODÃO HERBÁCEO	3.260	4.090	4.095	25,61	0,12	390	390	390	-	-
ARROZ	12.586	12.920	12.920	2,65	-	3.702	3.800	3.800	2,65	-
CANA DE AÇÚCAR	24.030.000	24.190.000	24.190.000	0,67	-	60.000	59.000	59.000	-1,67	-
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	39.314	47.500	47.500	20,82	-	460	500	500	8,70	-
FUMO (em folha)	20.301	18.700	18.700	-7,89	-	1.100	1.100	1.100	-	-
MANDIOCA	259.001	275.000	275.500	6,37	-	14.549	14.500	14.500	-0,34	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	37.220	50.700	50.700	36,22	-	549	650	650	18,40	-

LAVOURAS PERMANENTES

BANANA (3)	50.015	48.799	48.799	-2,43	-	12.401	12.109	12.100	-2,43	-0,07
COCO-DA-BAÍÁ (2)	53.357	54.000	54.000	1,21	-	3.960	4.000	4.000	1,01	-
LARANJA (2)	54.784	57.154	57.154	4,33	-	13.940	13.940	13.940	-	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola JANEIRO/FEVEREIRO/2005-IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(2) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

(3) Produção física em mil cachos e rendimento médio em cachos por hectare.

(*) Situação em dezembro 2004.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - ÁREA TOTAL PLANTADA E ÁREA A SER COLHIDA**ALAGOAS****2004/2005**

PRODUTOS DO LSPA(1)	ÁREA TOTAL PLANTADA (ha)					ÁREA A SER COLHIDA (ha)				
	SAFRA/2004	SAFRA/2005		VARIAÇÃO (%)		SAFRA/2004	SAFRA/2005	VARIAÇÃO (%)		
	(A)(*)	MAR(B)	ABR(C)	C/A	C/B	(D)(*)	MAR(E)	ABR(F)	F/D	F/E
LAVOURAS TEMPORÁRIAS										
ABACAXI	811	560	560	-30,95	-	811	560	560	-30,95	-
ALGODÃO HERBÁCEO	9.384	10.500	10.500(**)	11,89	-	7.635	10.500	10.500	37,52	-
ARROZ	2.821	3.400	3.400(**)	20,52	-	2.821	3.400	3.400	20,52	-
CANA DE AÇÚCAR	423.225	415.000	415.000	-1,94	-	423.225	415.000	415.000	-1,94	-
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	91.194	95.000	95.000(**)	4,17	-	75.421	95.000	95.000	25,96	-
FUMO (em folha)	11.125	17.000	17.000(**)	52,81	-	11.095	17.000	17.000	53,22	-
MANDIOCA	19.070	21.000	21.000	10,12	-	18.995	21.000	21.000	10,56	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	65.045	78.000	78.00(**)	19,92	-	44.728	78.000	78.000	74,39	-
LAVOURAS PERMANENTES										
BANANA	4.255	4.033	4.033	-5,22	-	4.255	4.033	4.033	-5,22	-
COCO-DA-BAÍÁ	13.561	13.500	13.500	-0,45	-	13.561	13.500	13.500	-0,45	-
LARANJA	3.831	4.100	4.100	7,02	-	3.831	4.100	4.100	7,02	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola MARÇO/ABRIL/2005-IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(**) Refere-se a área plantada.

(*) Situação em dezembro de 2004.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS – PRODUÇÃO FÍSICA E RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO**ALAGOAS****2004/2005**

2004/2005											
PRODUTOS DO LSPA(1)	PRODUÇÃO FÍSICA (ton)					RENDIMENTO MÉDIO (Kg/ha)					
	SAFRA/2004	SAFRA/2005		VARIAÇÃO (%)		SAFRA/2004	SAFRA/2005		VARIAÇÃO (%)		
	(A)(*)	MAR(B)	ABR(C)	C/A	C/B	(D)(*)	MAR(E)	ABR(F)	F/D	F/E	
LAVOURAS TEMPORÁRIAS											
ABACAXI	14.854	12.320	12.320	-17,06	-	18.315	22.000	22.000	20,12	-	
ALGODÃO HERBÁCEO	2.258	4.095	4.095	81,36	-	295	390	390	32,20	-	
ARROZ	12.025	12.920	12.920	7,44	-	4.263	3.800	3.800	-10,86	-	
CANA DE AÇÚCAR	26.283.941	25.000.000	25.000.000	-4,88	-	62.104	60.241	60.241	-3,00	-	
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	37.924	47.500	47.500	25,25	-	503	500	500	-0,60	-	
FUMO (em folha)	12.455	18.700	18.700	50,14	-	1.123	1.100	1.100	-2,05	-	
MANDIOCA	273.732	304.500	304.500	11,24	-	14.411	14.500	14.500	0,62	-	
MILHO (em grão) (1ª safra)	295.57	50.700	50.700	71,53	-	661	650	650	-1,66	-	
LAVOURAS PERMANENTES											
BANANA (3)	51.799	48.799	48.799	-5,79	-	12.174	12.100	12.100	-0,61	-	
COCO-DA-BAÍÁ (2)	50.818	54.000	54.000	6,26	-	3.747	4.000	4.000	6,75	-	
LARANJA (2)	34.788	57.154	57.154	64,29	-	9.080	13.940	13.940	53,52	-	

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola MARÇO/ABRIL/2005-IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(2) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

(3) Produção física em mil cachos e rendimento médio em cachos por hectare.

(*) Situação em dezembro 2004.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - ÁREA TOTAL PLANTADA E ÁREA A SER COLHIDA**ALAGOAS****2004/2005**

PRODUTOS DO LSPA(1)	ÁREA TOTAL PLANTADA (ha)					ÁREA A SER COLHIDA (ha)				
	SAFRA/2004	SAFRA/2005		VARIAÇÃO (%)		SAFRA/2004	SAFRA/2005	VARIAÇÃO (%)		
	(A)(*)	MAI(B)	JUN(C)	C/A	C/B	(D)(*)	MAI(E)	JUN(F)	F/D	F/E
LAVOURAS TEMPORÁRIAS										
ABACAXI	811	560	700	-13,69	25,00	811	560	700	-13,69	25,00
ALGODÃO HERBÁCEO	9.384	10.500	10.500(**)	11,89	-	7.635	10.500	10.500	37,52	-
ARROZ	2.821	3.400	3.200(**)	13,43	-5,88	2.821	3.400	3.200	13,43	-5,88
CANA DE AÇÚCAR	423.225	415.000	425.000	0,42	2,41	423.225	415.000	425.000	0,42	2,41
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	91.194	95.000	95.000(**)	4,17	-	75.421	95.000	95.000	25,96	-
FUMO (em folha)	11.125	17.000	12.000(**)	7,87	-29,41	11.095	17.000	12.000	8,16	-29,41
MANDIOCA	19.070	21.000	21.000	10,12	-	18.995	21.000	21.000	10,56	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	65.045	78.000	78.000(**)	19,92	-	44.728	78.000	78.000	74,39	-
LAVOURAS PERMANENTES										
BANANA	4.255	4.033	4.255	-	5,50	4.255	4.033	4.255		5,50
COCO-DA-BAÍÁ	13.561	13.500	13.500	-0,45	-	13.561	13.500	13.500	-0,45	-
LARANJA	3.831	4.100	4.100	7,02	-	3.831	4.100	4.100	7,02	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola MAIO/JUNHO/2005-IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(**) Refere-se a área plantada.

(*) Situação em dezembro de 2004.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - PRODUÇÃO FÍSICA E RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO**ALAGOAS****2004/2005**

PRODUTOS DO LSPA(1)	PRODUÇÃO FÍSICA (ton)					RENDIMENTO MÉDIO (Kg/ha)				
	SAFRA/2004	SAFRA/2005		VARIAÇÃO (%)		SAFRA/2004	SAFRA/2005	VARIAÇÃO (%)		
	(A)(*)	MAI(B)	JUN(C)	C/A	C/B	(D)(*)	MAI(E)	JUN(F)	F/D	F/E
LAVOURAS TEMPORÁRIAS										
ABACAXI	14.854	12.320	15.400	3,68	25,00	18.315	22.000	22.000	20,12	-
ALGODÃO HERBÁCEO	2.258	4.095	4.095	81,36	-	295	390	390	32,20	-
ARROZ	12.025	12.920	12.800	6,44	-0,93	4.263	3.800	4.000	-6,17	5,26
CANA DE AÇÚCAR	26.283.941	25.000.000	25.602.000	-2,59	2,41	62.104	60.241	60.240	-3,00	0,00
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	37.924	47.500	47.500	25,25	-	503	500	500	-0,60	-
FUMO (em folha)	12.455	18.700	13.200	5,98	-29,41	1.123	1.100	1.100	-2,05	-
MANDIOCA	273.732	304.500	304.500	11,24	-	14.411	14.500	14.500	0,62	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	29.557	50.700	50.700	71,53	-	661	650	650	-1,66	-
LAVOURAS PERMANENTES										
BANANA (3)	51.799	48.799	51.570	-0,44	5,68	12.174	12.100	12.120	-0,44	0,17
COCO-DA-BAÍÁ (2)	50.818	54.000	54.000	6,26	-	3.747	4.000	4.000	6,75	-
LARANJA (2)	34.788	57.154	57.154	64,29	-	9.080	13.940	13.940	53,52	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola MAIO/JUNHO/2005-IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(2) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

(3) Produção física em mil cachos e rendimento médio em cachos por hectare.

(*) Situação em dezembro 2004.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - ÁREA TOTAL PLANTADA E ÁREA A SER COLHIDA**ALAGOAS****2004/2005**

PRODUTOS DO LSPA(1)	ÁREA TOTAL PLANTADA (ha)					ÁREA A SER COLHIDA (ha)				
	SAFRA/2004	SAFRA/2005		VARIAÇÃO (%)		SAFRA/2004	SAFRA/2005	VARIAÇÃO (%)		
	(A)(*)	JUL(B)	AGO(C)	C/A	C/B	(D)(*)	JUL(E)	AGO(F)	F/D	F/E
LAVOURAS TEMPORÁRIAS										
ABACAXI	811	700	700	-13,69	-	811	700	700	-13,69	-
ALGODÃO HERBÁCEO	9.384	10.500	10.500(**)	11,89	-	7.635	10.500	10.500	37,52	-
ARROZ	2.821	3.200	3.200(**)	13,43	-	2.821	3.200	3.200	13,43	-
CANA DE AÇÚCAR	423.225	425.000	425.000	0,42	-	423.225	425.000	425.000	0,42	-
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	91.114	95.000	95.000(**)	4,17	-	75.421	95.000	95.000	25,96	-
FUMO (em folha)	11.125	12.000	12.000(**)	7,87	-	11.095	12.000	12.000	8,16	-
MANDIOCA	19.070	21.000	21.000	10,12	-	18.995	21.000	21.000	10,56	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	65.045	78.000	78.000(**)	19,92	-	44.728	78.000	78.000	74,39	-
LAVOURAS PERMANENTES										
BANANA	4.255	4.255	4.255	-	-	4.255	4.255	4.255	-	-
COCO-DA-BAÍÁ	13.561	13.500	13.500	-0,45	-	13.561	13.500	13.500	-0,45	-
LARANJA	3.831	4.100	4.100	7,02	-	3.831	4.100	4.100	7,02	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola JULHO/AGOSTO/2005-IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(**) Refere-se a área plantada.

(*) Situação em dezembro de 2004.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS – PRODUÇÃO FÍSICA E RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO**ALAGOAS****2004/2005**

PRODUTOS DO LSPA(1)	PRODUÇÃO FÍSICA (ton)					RENDIMENTO MÉDIO (Kg/ha)				
	SAFRA/2004	SAFRA/2005		VARIAÇÃO (%)		SAFRA/2004	SAFRA/2005		VARIAÇÃO (%)	
	(A)(*)	JUL(B)	AGO(C)	C/A	C/B	(D)(*)	JUL(E)	AGO(F)	F/D	F/E
LAVOURAS TEMPORÁRIAS										
ABACAXI	14.854	15.400	15.400	3,68	-	18.315	22.000	22.000	20,12	-
ALGODÃO HERBÁCEO	2.258	4.095	4.095	81,36	-	295	390	390	32,20	-
ARROZ	12.025	12.800	12.800	6,44	-	4.263	4.000	4.000	-6,17	-
CANA DE AÇÚCAR	26.283.941	25.602.000	25.602.000	-2,59	-	62.104	60.240	60.240	-3,00	-
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	37.924	47.500	47.500	25,25	-	503	500	500	-0,60	-
FUMO (em folha)	12.455	13.200	13.200	5,98	-	1.123	1.100	1.100	-2,05	-
MANDIOCA	273.732	304.500	304.500	11,24	-	14.411	14.500	14.500	0,62	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	29.557	50.700	50.700	71,53	-	661	650	650	-1,66	-
LAVOURAS PERMANENTES										
BANANA (3)	51.799	51.570	51.570	-0,44	-	12.174	12.120	12.120	-0,44	-
COCO-DA-BAÍÁ (2)	50.818	54.000	54.000	6,26	-	3.747	4.000	4.000	6,75	-
LARANJA (2)	34.788	57.154	57.154	64,29	-	9.080	13.940	13.940	53,52	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola JULHO/AGOSTO/2005-IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(2) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

(3) Produção física em mil cachos e rendimento médio em cachos por hectare.

(*) Situação em dezembro 2004.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - ÁREA TOTAL PLANTADA E ÁREA A SER COLHIDA**ALAGOAS****2004/2005**

PRODUTOS DO LSPA(1)	ÁREA TOTAL PLANTADA (ha)					ÁREA A SER COLHIDA (ha)				
	SAFRA/2004	SAFRA/2005		VARIAÇÃO (%)		SAFRA/2004	SAFRA/2005	VARIAÇÃO (%)		
	(A)(*)	SET(B)	OUT(C)	C/A	C/B	(D)(*)	SET(E)	OUT(F)	F/D	F/E
LAVOURAS TEMPORÁRIAS										
ABACAXI	811	560	560	-30,95	-	811	560	560	-30,95	-
ALGODÃO HERBÁCEO	9.384	10.500	10.500(**)	11,89	-	7.635	10.500	10.500	37,52	-
ARROZ	2.821	3.400	3.160(**)	12,02	-7,06	2.821	3.400	3.160	12,02	-7,06
CANA DE AÇÚCAR	423.225	415.000	415.000	-1,94	-	423.225	415.000	415.000	-1,94	-
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	91.194	95.000	96.345(**)	5,65	-1,42	75.421	94.000	94.000	24,63	-
FUMO (em folha)	11.125	17.000	17.000(**)	52,81	-	11.095	16.000	17.000	53,22	6,25
MANDIOCA	19.070	21.000	21.000	10,12	-	18.995	21.000	21.000	10,56	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	65.045	78.000	78.000(**)	19,92	-	44.728	76.000	77.000	72,15	1,32
LAVOURAS PERMANENTES										
BANANA	4.255	4.033	4.033	-5,22	-	4.255	4.033	4.033	-5,22	-
COCO-DA-BAÍÁ	13.561	13.500	13.500	-0,45	-	13.561	13.500	13.500	-0,45	-
LARANJA	3.831	4.100	4.100	7,02	-	3.831	4.100	4.100	7,02	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola SETEMBRO/OUTUBRO/2005-IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(**) Refere-se a área plantada.

(*) Situação em dezembro de 2004.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS – PRODUÇÃO FÍSICA E RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO**ALAGOAS****2004/2005**

PRODUTOS DO LSPA(1)	PRODUÇÃO FÍSICA (ton)					RENDIMENTO MÉDIO (Kg/ha)				
	SAFRA/2004	SAFRA/2005		VARIAÇÃO (%)		SAFRA/2004	SAFRA/2005	VARIAÇÃO (%)		
	(A)(*)	SET(B)	OUT(C)	C/A	C/B	(D)(*)	SET(E)	OUT(F)	F/D	F/E
LAVOURAS TEMPORÁRIAS										
ABACAXI	14.854	12.320	12.320	-17,06	-	18.315	22.000	22.000	20,12	-
ALGODÃO HERBÁCEO	2.258	4.095	4.095	81,36	-	295	390	390	32,20	-
ARROZ	12.025	12.920	12.008	-0,14	-7,06	4.263	3.800	3.800	-10,86	-
CANA DE AÇÚCAR	26.283.941	25.000.000	24.000.000	-8,69	-4,00	62.104	60.241	57.831	-6,88	-4,00
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	37.924	45.120	45.120	18,97	-	503	480	480	-4,57	-
FUMO (em folha)	12.455	16.000	17.000	36,49	6,25	1.123	1.000	1.000	-10,95	-
MANDIOCA	273.732	304.500	304.500	11,24	-	14.411	14.500	14.500	0,62	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	29.557	45.600	46.200	56,31	1,32	661	600	600	-9,23	-
LAVOURAS PERMANENTES										
BANANA (3)	51.799	48.799	48.799	-5,79	-	12.174	12.100	12.100	-0,61	-
COCO-DA-BAÍÁ (2)	50.818	54.000	54.000	6,26	-	3.747	4.000	4.000	6,75	-
LARANJA (2)	34.788	57.154	57.154	64,29	-	9.080	13.940	13.940	53,52	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola SETEMBRO/OUTUBRO/2005-IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(2) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

(3) Produção física em mil cachos e rendimento médio em cachos por hectare.

(*) Situação em dezembro 2004.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS - ÁREA TOTAL PLANTADA E ÁREA COLHIDA**ALAGOAS****2004/2005**

PRODUTOS DO LSPA(1)	ÁREA TOTAL PLANTADA (ha)					ÁREA COLHIDA (ha)				
	SAFRA/2004	SAFRA/2005		VARIAÇÃO (%)		SAFRA/2004	SAFRA/2005		VARIAÇÃO (%)	
	(A)(*)	NOV(B)	DEZ(C)	C/A	C/B	(D)(*)	NOV(E)	DEZ(F)	F/D	F/E

LAVOURAS TEMPORÁRIAS

ABACAXI	811	560	560	-30,95	-	811	560	560	-30,95	-
ALGODÃO HERBÁCEO	9.384	10.500	10.500(**)	11,89	-	7.635	10.500	10.500	37,52	-
ARROZ	2.821	3.160	3.160(**)	12,02	-	2.821	3.160	3.160	12,02	-
CANA DE AÇÚCAR	423.225	415.000	415.000	-1,94	-	423.225	415.000	415.000	-1,94	-
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	91.194	96.345	96.345(**)	5,65	-	75.421	94.000	94.000	24,63	-
FUMO (em folha)	11.125	17.000	17.000(**)	52,81	-	11.095	17.000	17.000	53,22	-
MANDIOCA	19.070	21.000	21.000	10,12	-	18.995	21.000	21.000	10,56	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	65.045	78.000	78.000(**)	19,92	-	44.728	77.000	77.000	72,15	-

LAVOURAS PERMANENTES

BANANA	4.255	4.033	4.033	-5,22	-	4.255	4.033	4.033	-5,22	-
COCO-DA-BAÍÁ	13.561	13.500	13.500	-0,45	-	13.561	13.500	13.500	-0,45	-
LARANJA	3.831	4.100	4.100	7,02	-	3.831	4.100	4.100	7,02	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola NOVEMBRO/DEZEMBRO/2005-IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(**) Refere-se a área plantada.

(*) Situação em dezembro de 2004.

SITUAÇÃO DAS LAVOURAS – PRODUÇÃO FÍSICA E RENDIMENTO MÉDIO OBTIDOS**ALAGOAS****2004/2005**

PRODUTOS DO LSPA(1)	PRODUÇÃO FÍSICA (ton)					RENDIMENTO MÉDIO (Kg/ha)				
	SAFRA/2004	SAFRA/2005		VARIAÇÃO (%)		SAFRA/2004	SAFRA/2005		VARIAÇÃO (%)	
	(A)(*)	NOV(B)	DEZ(C)	C/A	C/B	(D)(*)	NOV(E)	DEZ(F)	F/D	F/E

LAVOURAS TEMPORÁRIAS

ABACAXI	14.854	12.320	12.320	-17,06	-	18.315	22.000	22.000	20,12	-
ALGODÃO HERBÁCEO	2.258	4.095	4.095	81,36	-	295	390	390	32,20	-
ARROZ	12.025	12.008	12.008	-0,14	-	4.263	3.800	3.800	-10,86	-
CANA DE AÇÚCAR	26.283.941	24.000.000	23.000.000	-12,49	-4,17	62.104	57.831	55.422	-10,76	-4,17
FEIJÃO (em grão) (2ª safra)	37.924	45.120	45.120	18,97	-	503	480	480	-4,57	-
FUMO (em folha)	12.455	17.000	17.000	36,49	-	1.123	1.000	1.000	-10,95	-
MANDIOCA	273.732	304.500	304.500	11,24	-	14.411	14.500	14.500	0,62	-
MILHO (em grão) (1ª safra)	29.557	46.200	46.200	56,31	-	661	600	600	-9,23	-

LAVOURAS PERMANENTES

BANANA (3)	51.799	48.799	48.799	-5,79	-	12.174	12.100	12.100	-0,61	-
COCO-DA-BAÍÁ (2)	50.818	54.000	54.000	6,26	-	3.747	4.000	4.000	6,75	-
LARANJA (2)	34.788	57.154	57.154	64,29	-	9.080	13.940	13.940	53,52	-

Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola NOVEMBRO/DEZEMBRO/2005-IBGE.

(1) Relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

(2) Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare.

(3) Produção física em mil cachos e rendimento médio em cachos por hectare.

(*) Situação em dezembro 2004.

ATIVIDADE INDUSTRIAL

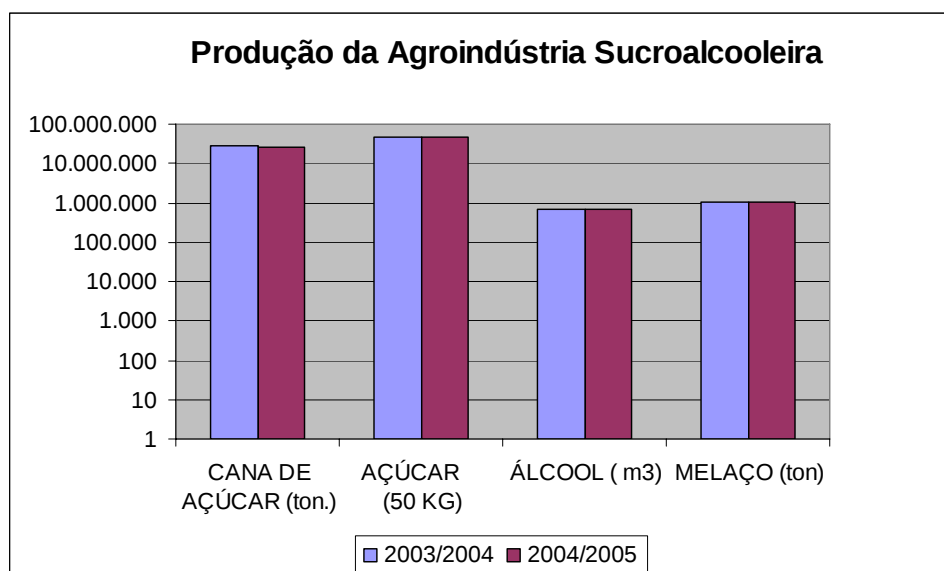
A indústria brasileira fechou o ano de 2005 com resultado positivo, embora o crescimento tenha ficado abaixo do desempenho de 2004. O setor admite que a expansão não foi tão forte quanto se esperava devido às elevadas taxas de juros e a queda do valor do dólar.

Pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) com 3.000 empresas em 12 Estados mostra

que, entre 2004 e 2005, o faturamento do setor aumentou em 2,03%, já descontada a inflação do período. Entre 2003 e 2004, o crescimento havia sido de 15,11%.

Em relação ao nível de emprego no setor industrial, ocorreu aumento de 4,2% entre 2004 e 2005, o maior aumento registrado desde 1992, quando se iniciou a série da CNI.

SEGMENTO SUCROALCOOLEIRO



Fonte: Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool/AL.

No que se refere às divergências comerciais com outros países produtores da cana-de-açúcar, a Organização Mundial do Comércio (OMC) novamente deu parecer favorável ao Brasil, Tailândia e Austrália, em relação ao pedido do fim do subsídio dado pela União Européia (UE) aos produtores de açúcar de seu continente. A UE havia apelado, em janeiro, contra o parecer anterior da OMC dado em agosto de 2004. Desde então, a Organização considerou que a prática europeia feria as regras internacionais de comércio. A

decisão sobre a ilegalidade dos subsídios já era esperada pelo mercado brasileiro e deve fazer com que a exportação do produto nacional aumente em até 4 milhões de toneladas por ano, de acordo com especialista do setor sucroalcooleiro. O Itamaraty terá que dar pelo menos seis meses para que a União Européia cumpra a definição da OMC. O Brasil é o principal candidato a atender os mercados que devem deixar de ser abastecidos pelos produtores europeus. Em levantamento divulgado, a OMC destaca São Paulo como

o maior produtor nacional de açúcar, com 18,3 milhões de toneladas (62,7% da produção nacional) e Alagoas com produção de 2,1 milhões de toneladas, que representam 7,2% da produção nacional⁷.

No que se refere ao consumo mundial de açúcar, deve crescer 5,5 milhões de toneladas, ou 3,8%, no ano-safra 2005/2006 passando de 144,9 milhões para 150,5 milhões de toneladas. A previsão é da Organização Internacional do Açúcar (OIA) e apresentada pelo economista-chefe da entidade Sergey Gudoshnikov na reunião do conselho da associação mundial dos produtores de beterraba e cana, em Ribeirão Preto (SP). A OIA estima, no entanto, que as principais regiões produtoras de açúcar conseguirão produzir, em 2005/2006 um excedente para suprir a demanda. Sobre o Brasil, o economista-chefe da OIA avalia que o país irá seguir “definindo o futuro do mercado mundial do açúcar”⁸.

Em relação ao álcool segundo Pedro Robério Nogueira, presidente do Sindicato dos Produtores de Açúcar e de álcool de Alagoas (Sindaçúcar): “É possível Alagoas aumentar a sua produção verticalmente graças a irrigação e aos investimentos realizados no melhoramento genético das variedades de cana-de-açúcar, apesar de estar vulnerável as questões climáticas. Além do que Alagoas tem a melhor logística do Brasil”⁹. Mesmo sujeito as oscilações climáticas, o desempenho do setor sucroalcooleiro é representativo para a economia de Alagoas.

Em nível nacional, na safra 2004/2005 operaram 329 unidades do segmento sucroalcooleiro registrando uma colheita de 386 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, produzindo 26,5 milhões de toneladas de açúcar e 15,4 bilhões de litros de álcool. Em Alagoas, na citada safra, foram moídas 26.148.548 toneladas, com a produção de 47.998.410 sacas de açúcar de 50kg, 687.165m³ de álcool e 1.072.931 toneladas de melaço.

⁷ Gazeta de Alagoas, 29 abr 2005. Caderno de Economia, p.A10.

⁸ Gazeta de Alagoas, 10 jul 2005. Caderno de Economia, p.22.

⁹ Gazeta de Alagoas, 29 abr 2005. Caderno de Economia, p.A10.

PRODUÇÃO DA AGROINDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA
ALAGOAS
SAFRAS 2003/2004 - 2004/2005

PRODUTOS	SAFRA		
	2003/2004 (1)	2004/2005 (2)	VARIÇÃO % SAFRA(2)/SAFRA(1)
CANA DE AÇÚCAR (MOÍDAS) (ton.)	28.026.554	26.148.548	-6,70
AÇÚCAR (SACA DE 50 KG)	47.900.354	47.998.410	0,20
ÁLCOOL (m ³)	676.170	687.165	1,63
MELAÇO (ton)	1.074.190	1.072.931	-0,12

Fonte: Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool/AL.

Nota: Dados trabalhados pela SEPLAN/CGPLAN.

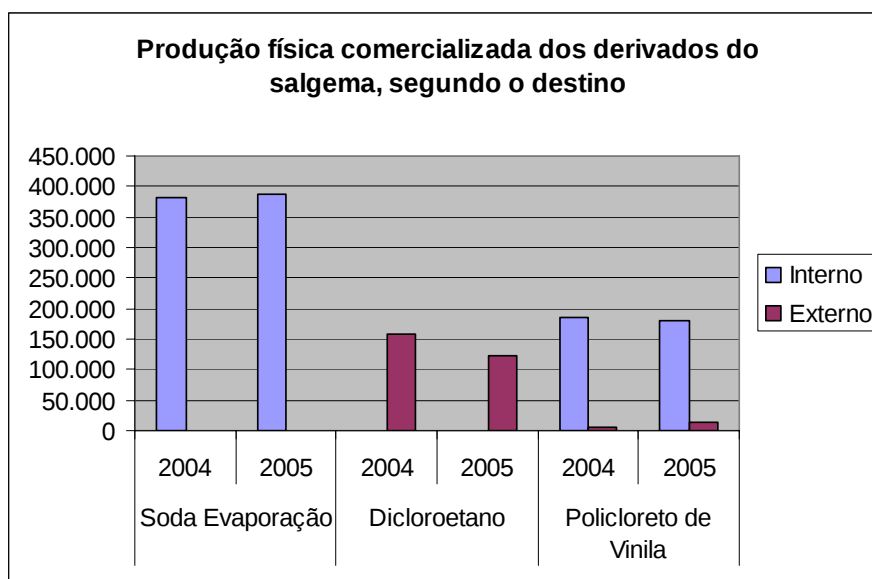
(1) Final da safra 2004/2005 em 30/04/2005.

(2) Final da safra 2005/2006 em 31/03/2006.

Tomando por base volumes apresentados por safras, mesmo considerando a utilização de recursos tecnológicos, a estiagem e a má distribuição de chuvas interferiram no desempenho do segmento sucroalcooleiro alagoano na safra 2004/2005 em relação a 2003/2004, com a redução de 6,70% no total de cana moída e 0,12% de melaço. Para o açúcar ocorreu aumento de 0,20% e 1,63% para o álcool.

Em pleno período de moagem conforme o Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Alagoas, registrou-se em 31 de dezembro de 2005 (safra 2005/2006), um total de 15.585.549 toneladas de cana, com produção de 28.571.230 sacos de 50 kg, e 372.807m³ de álcool, sendo 154.038m³ anidro e 218.769m³ hidratado, além de 598.064 toneladas de melaço.

SALGEMA



Fonte: Braskem.

Nota: Dados trabalhados pela SEPLAN/CGPLAN.

PRODUÇÃO FÍSICA COMERCIALIZADA DOS DERIVADOS DO SALGEMA, SEGUNDO O DESTINO

ALAGOAS

2004/2005

MERCADO	PRODUÇÃO FÍSICA COMERCIALIZADA (ton.)								
	SODA EVAPORAÇÃO			DICLOROETANO			POLICLORETO DE VINILA		
	ANUAL		VAR %	ANUAL		VAR %	ANUAL		VAR %
	2004	2005	2005/2004	2004	2005	2005/2004	2004	2005	2005/2004
Interno	380.481	387.737	1,91	-	-	-	186.143	179.294	-3,68
Externo	-	-	-	157.604	122.233	-22,44	5.600	14.896	166,00
Total	380.481	387.737	1,91	157.604	122.233	-22,44	191.743	194.190	1,28

Fonte: Braskem.

NOTA: Dados Trabalhados pela SEPLAN/CGPLAN.

Em 2005 a comercialização de soda evaporação para o mercado interno obteve aumento de 1,91% em relação a 2004. Para o dicloroetano, no mesmo período ocorreu redução de 22,44% em vendas para o mercado externo, e o policloreto de vinila, no mercado interno teve redução de 3,68%,

no entanto, no mercado externo registrou incremento de 166% em relação ao ano anterior, motivado pelo aumento significativo na exportação do produto, destacando-se a conquista do mercado argentino¹⁰.

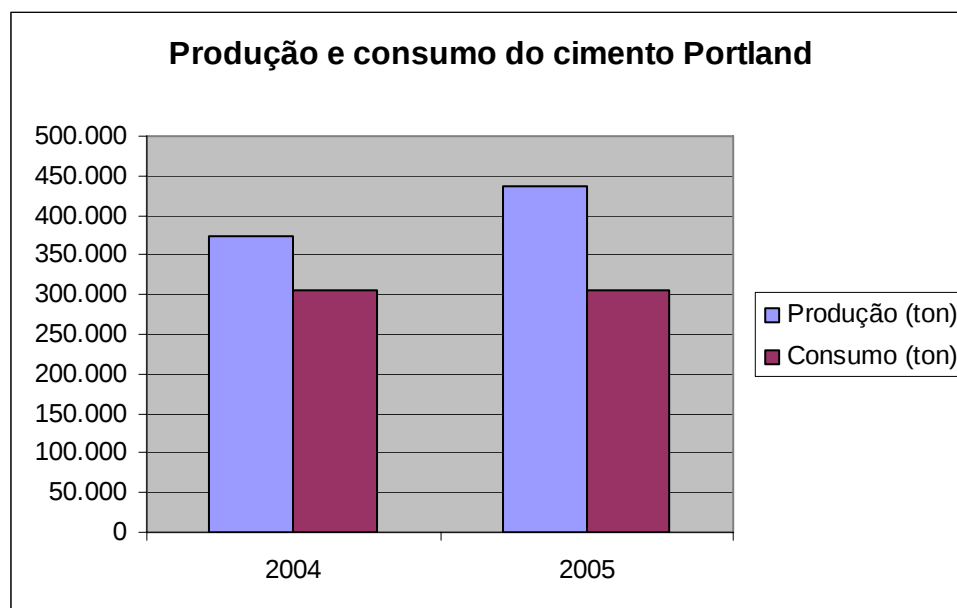
¹⁰ Informação disponível por e-mail-Braskem em (04 jan 07).

PRODUÇÃO FÍSICA DOS DERIVADOS DO SALGEMA
ALAGOAS
2004/2005

MÊS	PRODUÇÃO FÍSICA (ton.)					
	SODA EVAPORAÇÃO		DICLOROETANO		POLICLORETO DE VINILA	
	TOTAL	VAR % 2005/2004	TOTAL	VAR % 2005/2004	TOTAL	VAR % 2005/2004
2004						
JANEIRO	31.649	-	39.934	-	17.091	-
FEVEREIRO	28.747	-	35.025	-	10.128	-
MARÇO	34.086	-	34.281	-	17.557	-
ABRIL	31.647	-	41.886	-	16.467	-
MAIO	33.703	-	42.907	-	17.804	-
JUNHO	34.891	-	40.899	-	16.625	-
1º SEMESTRE	194.723	-	234.932	-	95.672	-
JULHO	38.310	-	44.269	-	18.137	-
AGOSTO	38.023	-	44.129	-	17.351	-
SETEMBRO	35.438	-	42.500	-	17.009	-
OUTUBRO	36.347	-	45.452	-	18.233	-
NOVEMBRO	35.240	-	41.532	-	15.677	-
DEZEMBRO	38.018	-	43.012	-	7.928	-
2º SEMESTRE	221.376	-	260.894	-	94.335	-
ANUAL	416.099	-	495.826	-	190.007	-
2005						
JANEIRO	37.801	19,44	43.858	9,83	17.624	3,12
FEVEREIRO	34.402	19,67	41.453	18,35	15.672	54,74
MARÇO	38.060	11,66	45.707	33,33	18.098	3,08
ABRIL	34.994	10,58	42.942	2,52	17.274	4,90
MAIO	34.202	1,48	44.335	3,33	17.217	-3,30
JUNHO	34.336	-1,59	40.631	-0,66	16.378	-1,49
1º SEMESTRE	213.795	9,79	258.926	10,21	102.263	6,89
JULHO	33.407	-12,80	39.989	-9,67	17.293	-4,65
AGOSTO	34.237	-9,96	43.164	-2,19	17.723	2,14
SETEMBRO	35.233	-0,58	41.436	-2,50	16.469	-3,17
OUTUBRO	30.716	-15,49	30.347	-33,23	17.043	-6,53
NOVEMBRO	35.923	1,94	42.134	1,45	9.915	-36,75
DEZEMBRO	37.588	-1,13	43.359	0,81	19.292	143,34
2º SEMESTRE	207.104	-6,45	240.429	-7,84	97.735	3,60
ANUAL	420.899	1,15	499.355	0,71	199.998	5,26

Fonte: Braskem.

CIMENTO



Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Cimento.
 Nota: Gráfico trabalhado pela SEPLAN/CGPLAN.

PRODUÇÃO E CONSUMO DE CIMENTO PORTLAND ALAGOAS 2004/2005

CIMENTO	2004	2005	VARIAÇÃO
PORTLAND			2005/2004
Produção (ton)	374.869	436.980	16,57
Consumo (ton)	304.535	306.568	0,67

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Cimento.

Em 2005 foram produzidas em Alagoas 436.980 toneladas de cimento com incremento de 16,57% em relação a 2004. No que se refere ao consumo, 306.568 toneladas foram consumidas, registrando aumento de 0,67%, em relação a 2004.

O cimento, exportado pela multinacional portuguesa CIMPOR, vem

se destacando na balança comercial alagoana. Em 2004 a fábrica de cimento localizada em São Miguel dos Campos exportou US\$ 3,9 milhões, demarcando 0,68% de participação nas receitas com as vendas externas do Estado. Em 2005 essa participação passou para 1,46%, totalizando uma receita de US\$ 7 milhões¹¹.

¹¹ Tribuna de Alagoas, 15 jan 2006. Caderno de Economia. p.16

**PRODUÇÃO E CONSUMO DE CIMENTO PORTLAND
ALAGOAS
2004/2005**

MÊS	PRODUÇÃO (ton.)		CONSUMO (ton)	
	TOTAL	VAR % 2005/2004	TOTAL	VAR % 2005/2004
<u>2004</u>				
JANEIRO	26.577	-	24.166	-
FEVEREIRO	23.924	-	21.774	-
MARÇO	30.086	-	28.228	-
ABRIL	28.216	-	25.525	-
MAIO	41.232	-	26.207	-
JUNHO	41.575	-	19.604	-
1º SEMESTRE	191.610	-	145.504	-
JULHO	27.899	-	25.229	-
AGOSTO	31.828	-	22.412	-
SETEMBRO	26.481	-	27.370	-
OUTUBRO	38.185	-	26.452	-
NOVEMBRO	26.087	-	26.598	-
DEZEMBRO	32.779	-	30.970	-
2º SEMESTRE	183.259	-	159.031	-
ANUAL	374.869	-	304.535	-
<u>2005</u>				
JANEIRO	36.696	38,07	29.095	20,40
FEVEREIRO	28.461	18,96	25.241	15,92
MARÇO	31.434	4,48	29.040	2,88
ABRIL	33.834	19,91	25.685	0,63
MAIO	32.354	-21,53	21.197	-19,12
JUNHO	25.522	-38,61	20.299	3,55
1º SEMESTRE	188.301	-1,73	150.557	3,47
JULHO	48.053	72,24	22.784	-9,69
AGOSTO	27.867	-12,45	23.659	5,56
SETEMBRO	46.204	74,48	23.770	-13,15
OUTUBRO	40.784	6,81	25.386	-4,03
NOVEMBRO	37.747	44,70	26.776	0,67
DEZEMBRO	48.024	46,51	33.636	8,61
2º SEMESTRE	248.679	35,70	156.011	-1,90
ANUAL	436.980	16,57	306.568	0,67

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Cimento.

SERVIÇOS**TURISMO**

Em estudo elaborado pela Organização Mundial do Turismo (OMT) em 2005, mostrou que o Brasil é o 36º destino mais procurado no mundo. Com crescimento superior à média mundial. No ano de referência, o país atraiu 5,4 milhões de turistas.

Em 2005 o setor turístico brasileiro apresentou três recordes históricos, no que se refere tanto aos desembarques em vôos nacionais, desembarques em vôos internacionais e totais de dólares gastos por turistas estrangeiros no país. Desceram em vôos nacionais no país 43,1 milhões de passageiros. O número supera os 36,6 milhões do ano anterior em 17,75%. Nos vôos internacionais desembarcaram, 6,788 milhões de pessoas entre turistas estrangeiros e brasileiros voltando ao país, ou seja, um aumento 9,75% em relação a 2004. Aponta-se como o terceiro recorde de 2005 recursos gastos por turistas no país. No que se refere aos estrangeiros registrou-se o montante de US\$ 3,861 bilhões superior aos US\$ 3,222 bilhões gastos em 2004.¹²

O desempenho de vôos *charters* internacionais, que transportam exclusivamente turistas, vem tendo uma grande expressividade no ramo, como consequência, um grande aumento no fluxo de visitantes estrangeiros no país.

Segundo a Embratur, além dos passageiros que desembarcam de avião, contamos ainda com os sul-americanos, principalmente argentinos e uruguaios que dirigem-se para as praias do sul do país através de transporte rodoviário.

Em relação a Alagoas, surge uma nova alternativa para o setor turístico no Estado, trata-se de fazendas que estão sendo transformadas em hotéis e já começam a atrair turistas que não querem apenas apreciar o verde mar e as belas

paisagens da orla de Maceió e também do interior litorâneo, no sul e no norte. A iniciativa vem se multiplicando em diversas cidades do interior do Estado, a exemplo de Maragogi¹³. (2005).

Aliado as belezas naturais existentes em Alagoas e como reflexo da segmentação turística, algumas variáveis do setor registrou incremento significativo em 2005 com relação a 2004. A taxa de ocupação das unidades habitacionais apresentou aumento de 14,36%, o fluxo de entrada de hóspedes de 18,06% e a geração de diárias 23,53%. Analisando o desempenho dos indicadores dos meios de hospedagem no turismo em Maceió¹⁴ em relação a 2003, 2004 e 2005, verificou-se incremento no que se refere:

- Taxa de Ocupação de Unidades Habitacionais

2003 – 2004 = 15,5%

2004 – 2005 = 14,36%

- Fluxo de Entrada de Hóspedes

2003 – 2004 = 6,6%

2004 – 2005 = 18,06%

- Permanência média de Hóspedes

2003 – 2004 = 5,79%

2004 – 2005 = 4,35%

- Geração de Diárias

2003 – 2004 = 8,44%

2004 – 2005 = 23,53%

¹² ABAV – Disponível em: www.abav.com.br. Acesso em: (25/01/07).

¹³ Gazeta de Alagoas, 16 abr 2005. Caderno de Economia, p.A14

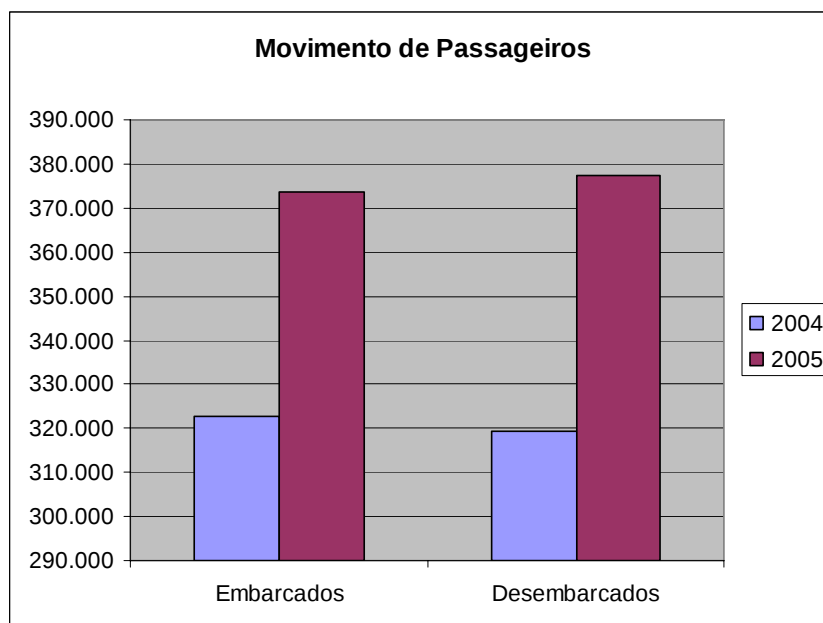
¹⁴ Secretaria de turismo/dados trabalhados pela SEPLAN/CGPLAN – todas as taxas são feitas através de médias.

**INDICADORES DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM CLASSIFICADOS E NÃO CLASSIFICADOS DE MACEIÓ
2004-2005**

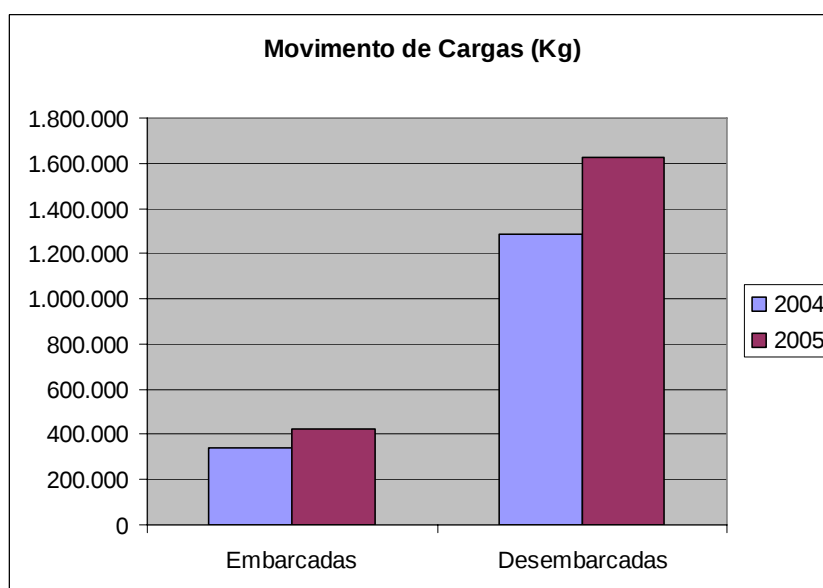
MÊS	TAXA DE OCUPAÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS		FLUXO DE ENTRADA DE HÓSPEDES		PERMANÊNCIA MÉDIA		GERAÇÃO DE DIÁRIAS	
	TAXA	VAR. % 2005/2004	N.º DE HÓSPEDES	VAR. % 2005/2004	DIAS	VAR. % 2005/2004	Nº de Diárias	VAR. % 2005/2004
<u>2004</u>								
JANEIRO	87,2	-	40.084	-	4,5	-	179.454	-
FEVEREIRO	64,9	-	27.583	-	4,2	-	114.347	-
MARÇO	53,1	-	27.596	-	3,6	-	99.460	-
ABRIL	55,5	-	29.864	-	3,5	-	103.609	-
MAIO	49,7	-	27.170	-	3,1	-	82.898	-
JUNHO	47,6	-	26.225	-	3,2	-	83.816	-
1º SEM (média)	59,7	-	29.754	-	3,7	-	110.597	-
JULHO	70,0	-	34.727	-	4,3	-	150.253	-
AGOSTO	54,8	-	29.561	-	3,3	-	97.558	-
SETEMBRO	60,1	-	31.161	-	3,5	-	107.859	-
OUTUBRO	65,5	-	32.025	-	3,7	-	118.861	-
NOVEMBRO	67,9	-	34.454	-	3,4	-	116.716	-
DEZEMBRO	66,0	-	32.418	-	4,1	-	131.576	-
2º SEM (média)	64,1	-	32.391	-	3,7	-	120.471	-
ANUAL (média)	61,9	-	31.072	-	3,7	-	115.534	-
<u>2005</u>								
JANEIRO	89,3	2,41	49.748	24,11	4,3	-4,44	215.718	20,21
FEVEREIRO	74,6	14,95	34.913	26,57	4,2	0,00	144.754	26,59
MARÇO	64,8	22,03	36.758	33,20	3,5	-2,78	126.647	27,33
ABRIL	63,7	14,77	35.027	17,29	3,6	2,86	125.748	21,37
MAIO	56,5	13,68	30.181	11,08	3,4	9,68	102.869	24,09
JUNHO	54,0	13,45	27.276	4,01	3,4	6,25	93.062	11,03
1º SEM (média)	67,2	13,55	35.651	19,38	3,7	1,93	134.800	21,77
JULHO	69,9	-0,14	39.905	14,91	3,9	-9,30	157.499	4,82
AGOSTO	67,8	23,72	34.790	17,69	3,9	18,18	136.261	39,67
SETEMBRO	76,7	27,62	38.028	22,04	3,9	11,43	148.577	37,75
OUTUBRO	77,6	18,47	40.654	26,94	3,8	2,70	155.504	30,83
NOVEMBRO	76,3	12,37	35.469	2,95	4,0	17,65	141.876	21,56
DEZEMBRO	71,9	8,94	37.563	15,87	4,1	0,00	154.008	17,05
2º SEM (média)	73,4	15,16	37.735	16,73	3,9	6,78	148.954	25,28
ANUAL (média)	70,3	14,36	36.693	18,06	3,8	4,35	141.877	23,53

Fonte: Secretária de Turismo-SETURES.

Nota: Dados Trabalhados pela SEPLAN/CGPLAN.

TRANSPORTE**AEROPORTUÁRIO**

Fonte: Infraero.



Fonte: Infraero.

Mesmo com redução do número de pousos e decolagens no Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares, em 2005 com relação a 2004 registrou aumento da circulação de passageiros com relação a embarques e desembarques.

No que se refere ao movimento de cargas, correios e bagagens, 2005 registrou incremento em relação a 2004 como reflexo do crescimento da capacidade do Aeroporto.

MOVIMENTO ESTATÍSTICO DO AEROPORTO ZUMBI DOS PALMARES
ALAGOAS
2004/2005

MÊS	AERONAVES		PASSAGEIROS			
	POUSOS	DECOLAGENS	EMBARCADOS	DESEMBARCADOS	CONEXÕES	TRÂNSITO
2004						
JANEIRO	740	746	40.487	34.592	180	11.185
FEVEREIRO	607	618	27.101	24.381	165	8.324
MARÇO	632	623	23.940	22.849	229	7.055
ABRIL	639	636	24.162	23.860	295	7.349
MAIO	620	628	24.475	23.563	290	7.076
JUNHO	657	653	21.084	22.834	517	6.111
1º SEMESTRE	3.895	3.904	161.249	152.079	1.676	47.100
JULHO	664	666	29.134	30.428	504	8.665
AGOSTO	686	687	26.162	24.130	629	8.230
SETEMBRO	724	727	25.548	25.289	697	7.424
OUTUBRO	692	678	28.436	28.495	552	6.238
NOVEMBRO	589	598	26.445	25.611	539	6.702
DEZEMBRO	690	682	25.615	33.269	466	8.852
2º SEMESTRE	4.045	4.038	161.340	167.222	3.387	46.111
ANUAL	7.940	7.942	322.589	319.301	5.063	93.211
2005						
JANEIRO	738	747	46.872	42.374	312	10.779
FEVEREIRO	587	588	31.330	28.717	393	5.792
MARÇO	627	634	30.245	27.837	283	5.928
ABRIL	603	597	28.432	27.045	111	6.369
MAIO	537	541	25.749	25.841	67	6.558
JUNHO	572	570	22.424	23.776	80	5.606
1º SEMESTRE	3.664	3.677	185.052	175.590	1.246	41.032
JULHO	658	660	33.837	35.380	143	7.597
AGOSTO	633	635	28.007	26.579	29	7.076
SETEMBRO	602	599	28.823	30.140	196	6.268
OUTUBRO	679	676	34.745	34.800	256	6.996
NOVEMBRO	731	731	30.688	29.684	239	7.430
DEZEMBRO	808	798	32.310	45.067	256	10.704
2º SEMESTRE	4.111	4.099	188.410	201.650	1.119	46.071
ANUAL	7.775	7.776	373.462	377.240	2.365	87.103

Fonte: Aeroporto Zumbi dos Palmares--AL.

Nota: Dados Trabalhados pela SEPLAN/CGPLAN.

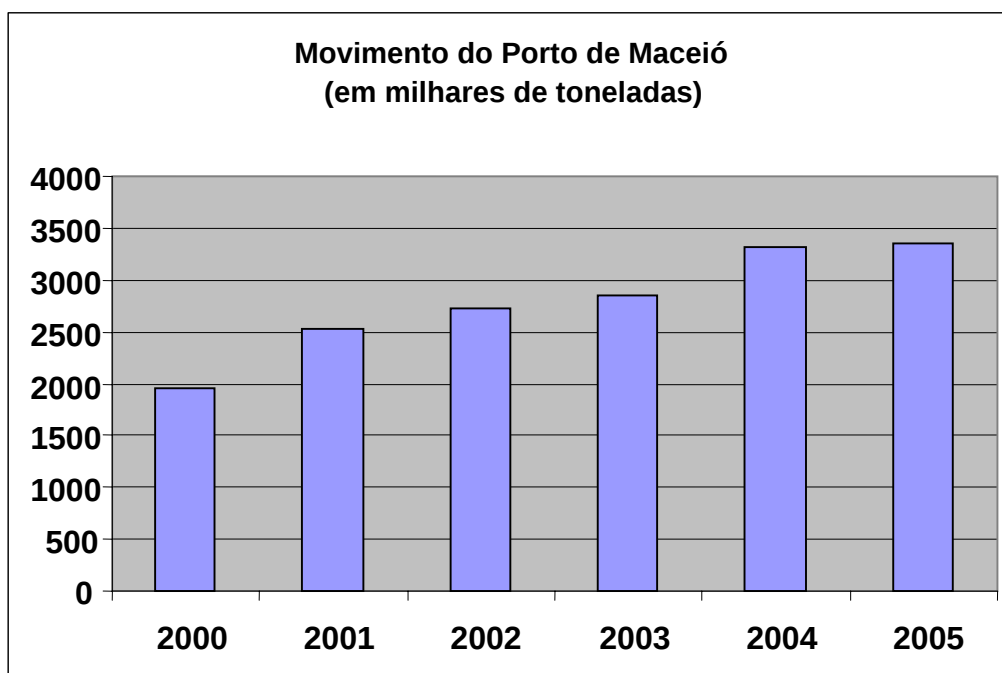
**MOVIMENTO ESTATÍSTICO DO AEROPORTO ZUMBI DOS PALMARES
ALAGOAS
2004/2005**

MÊS	CARGAS (Kg)		CORREIOS (Kg)		BAGAGENS		
	EMBARCADOS	DESEMBARCADOS	EMBARCADOS	DESEMBARCADOS	EMBARCADOS	DESEMBARCADOS	TRÂNSITO
2004							
JANEIRO	24.595	94.867	31.416	87.250	638.087	479.476	184.917
FEVEREIRO	20.153	86.884	25.430	80.490	395.637	332.668	132.396
MARÇO	26.283	102.121	80.490	105.920	332.320	300.608	110.078
ABRIL	22.985	99.941	30.761	78.446	325.635	308.980	118.107
MAIO	29.077	100.548	32.619	88.519	334.674	301.761	110.830
JUNHO	26.094	95.798	33.613	89.222	304.904	308.341	106.893
1º SEMESTRE	149.187	580.159	234.329	529.847	2.331.257	2.031.834	763.221
JULHO	30.497	110.492	33.814	74.790	435.149	406.635	152.440
AGOSTO	34.607	111.088	32.803	75.480	389.947	337.274	143.767
SETEMBRO	33.421	104.715	30.498	74.930	366.287	341.652	140.133
OUTUBRO	32.500	117.643	31.832	73.100	428.441	397.858	105.530
NOVEMBRO	32.234	117.222	-	-	383.936	340.786	115.593
DEZEMBRO	31.503	142.228	33.759	82.946	369.728	479.629	139.022
2º SEMESTRE	194.762	703.388	162.706	381.246	2.373.488	2.303.834	796.485
ANUAL	343.949	1.283.547	397.035	911.093	4.704.745	4.335.668	1.559.706
2005							
JANEIRO	35.839	90.034	32.050	66.605	758.801	610.734	163.532
FEVEREIRO	32.542	93.448	28.134	64.104	503.691	401.461	74.570
MARÇO	36.820	141.740	-	-	442.078	385.567	67.274
ABRIL	48.545	165.283	37.720	82.065	438.347	383.302	68.535
MAIO	42.892	148.193	37.964	76.648	342.457	325.500	91.044
JUNHO	28.071	131.950	36.570	84.130	296.833	317.602	82.869
1º SEMESTRE	224.709	770.648	172.438	373.552	2.782.207	2.424.166	547.824
JULHO	25.597	135.114	38.102	92.220	457.538	470.635	108.070
AGOSTO	29.475	128.219	84.430	38.385	367.076	342.984	93.452
SETEMBRO	35.285	130.181	0	6.160	413.435	410.005	97.776
OUTUBRO	40.850	148.773	55.878	81.653	497.139	466.873	90.932
NOVEMBRO	31.624	128.387	41.950	75.710	418.211	389.732	114.866
DEZEMBRO	39.841	187.115	41.710	65.839	445.198	557.895	141.395
2º SEMESTRE	202.672	857.789	262.070	359.967	2.598.597	2.638.124	646.491
ANUAL	427.381	1.628.437	434.508	733.519	5.380.804	5.062.290	1.194.315

Fonte: Aeroporto Zumbi dos Palmares–AL.

Nota: Dados Trabalhados pela SEPLAN/CGPLAN.

PORTUÁRIO



Fonte: Administração do Porto de Maceió.

O Porto de Maceió bateu recorde de movimentação de cargas em 2005 registrando 3,353 milhões de toneladas.

Na pauta de exportação de Alagoas o açúcar e seus derivados (açúcar a granel, açúcar em saco) representam 63% de participação, tendo a Rússia como principal destino. Em segundo lugar vem o petróleo e seus derivados com 9% da pauta e em seguida o álcool combustível e cimento.

Destaque importante em 2005 ressaltado por Domício Silva¹², foi a

movimentação de *containers* no Porto de Maceió. “Chegamos a 4.200 *containers*, cerca de 330 a mais se comparado a 2004”, apontando essa forma de embarque como canal facilitador de escoamento para a diversificação da pauta de exportações¹³.

Ainda para o Administrador do Porto, em 2006 estão previstas as obras para a construção do novo cais de *container*. O projeto conta também com uma estação de passageiros¹⁴.

¹² Administrador do Porto.

¹³ Tribuna de Alagoas, 15 jan 2006. Caderno de economia, p.16.

¹⁴ O Jornal, 8 jan 2006. Caderno Economia, p.A25.

COMÉRCIO

As vendas do comércio varejista fecharam 2005 com crescimento de 4,76% apoiadas na oferta de crédito. Esse foi o segundo ano seguido de taxas positivas desde o início da série histórica em 2001, mas a expansão foi menor do que em 2004, quando as vendas haviam crescido 9,25%. O IBGE atribui a desaceleração, à base de comparação elevada e a fatores que interferiram no crescimento da economia, como taxas de juros altas e a maior contenção de gastos do governo.

Ressalta o IBGE¹⁵, que a oferta de crédito, a valorização do real e o aumento da renda contribuíram para a expansão das vendas. O alongamento de prazos também foi fator fundamental para sustentar a demanda por bens de consumo duráveis.

A CNC (Confederação Nacional do Comércio) evidencia que, de janeiro de 2004 a dezembro de 2005, o prazo médio de pagamento aumentou 19%. “O regime de metas de inflação deu mais previsibilidade para a economia e ajudou a alongar os prazos”.

Segundo o IBGE, o comércio varejista de Maceió em 2005 apresentou incremento de mais de 16,05% nas vendas, superando a média nacional¹⁶ e as expectativas dos próprios lojistas. O aumento das transferências federais contribuiu de forma significativa para o desempenho positivo do comércio em Alagoas. Para o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas, também um dos fatores que mais contribuíram para

melhorar as vendas do comércio varejista foi a conclusão da primeira etapa do Projeto de requalificação do centro de Maceió. Ressalta ainda, que o reaquecimento da economia, aliado à reestruturação do centro, abriu espaço também para novos empreendimentos de grande porte. No final de 2005 contabilizou-se cerca de 1.100 lojas no centro gerando 5 mil empregos. Com o projeto de requalificação, a expectativa é recuperar cerca de 200 lojas que fecharam nos últimos anos, criando cerca de mil postos de trabalho¹⁷.

Desde março de 2004 o comércio alagoano vem registrando 16 meses de sucessivos incrementos nas vendas, inclusive registrando médias de crescimento sempre acima das nacionais. Vale ressaltar que em maio de 2005 o Estado registrou 12,94% de alta nas vendas, em junho a média foi de 17,43% e em julho de 18,25%.

Segundo a Pesquisa Mensal do Comércio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), enquanto o país apontou um certo desaquecimento no varejo, em Alagoas no mês de julho houve uma alta nos negócios¹⁸.

Esse desempenho que já vem desde 2004 pode ser explicado pelo repasse maior de recursos federais ao Estado e a ampliação do crédito consignado. Nos últimos meses, o acesso dos consumidores nos segmentos C, D juntamente com a rede bancária, ampliou consideravelmente a difusão do crédito¹⁹.

¹⁵ Economista Reinaldo Pereira

¹⁶ Tribuna de Alagoas, 16 fev 2006, Caderno de Economia, p.15.

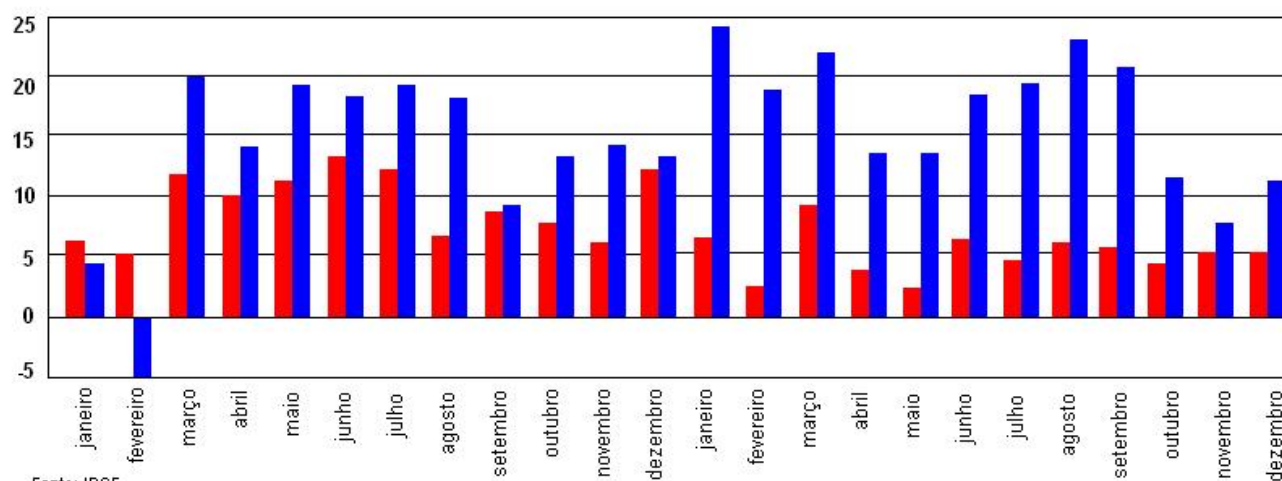
¹⁷ Gazeta de Alagoas, 1 jan 2006, p.F3.

¹⁸ Gazeta de Alagoas 25 set 2005. Caderno de Economia, p.A16.

¹⁹ O Jornal, 8 out 2006. Caderno de Economia, p.A15.

DESEMPENHO DO VAREJO DE ALAGOAS

Referente aos meses de janeiro de 2004 a dezembro de 2005



Fonte: IBGE

No comércio varejista de Maceió, o número de cheques compensados em 2005 foi de 16,35% inferior a 2004, tendo em vista o aumento da utilização de moeda eletrônica em praticamente todos os setores do comércio. Mesmo assim, em 2005 ocorreu aumento na devolução de cheques em 15,52%, motivado pelo excesso de gastos em relação aos recursos em circulação.

No que se refere ao Movimento do Serviço de Proteção ao Crédito, em 2005 verificou-se uma redução de 5,91% no número de consultas. Consultas com

registros também apresentou redução de 1,06% em relação a 2004. Quanto às inclusões e exclusões, em 2005 ocorreu aumento de 14,07% no número de inclusões e 13,08% de exclusões.

Em relação aos Títulos distribuídos, 2005 apresentou aumento de 4,73% em relação a 2004 registrando redução de 0,50% no volume de títulos protestados e aumento de 0,07% nos cancelados, refletindo maior equilíbrio no desempenho do consumo no comércio varejista em Maceió. Tais percentuais retratam operações de compra realizadas pelo consumidor alagoano²⁰.

²⁰ Gazeta de Alagoas, 20 ago 2006. Caderno de economia, p.A16.

**MOVIMENTO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO
MACEIÓ
2004/2005**

MÊS	INFORMAÇÕES SOLICITADAS							
	TOTAL DE CONSULTAS		CONSULTAS C/ REGISTRO		INCLUSÕES		EXCLUSÕES	
	TOTAL	VAR % 2005/2004	TOTAL	VAR % 2005/2004	TOTAL	VAR % 2005/2004	TOTAL	VAR % 2005/2004
2004								
JANEIRO	47.108	-	14.133	-	5.665	-	2.315	-
FEVEREIRO	45.497	-	12.207	-	3.228	-	1.743	-
MARÇO	56.092	-	12.904	-	7.593	-	3.675	-
ABRIL	54.474	-	10.896	-	9.171	-	2.532	-
MAIO	58.005	-	10.440	-	7.323	-	3.556	-
JUNHO	60.003	-	12.010	-	6.171	-	5.871	-
1º SEMESTRE	321.179	-	72.590	-	39.151	-	19.692	-
JULHO	54.427	-	13.505	-	8.384	-	3.642	-
AGOSTO	56.280	-	15.215	-	6.675	-	6.461	-
SETEMBRO	51.300	-	8.872	-	5.119	-	3.235	-
OUTUBRO	55.053	-	8.427	-	6.261	-	3.699	-
NOVEMBRO	59.912	-	13.178	-	6.779	-	4.055	-
DEZEMBRO	96.817	-	18.395	-	6.770	-	5.101	-
2º SEMESTRE	373.789	-	77.592	-	39.988	-	26.193	-
ANUAL	694.968	-	150.182	-	79.139	-	45.885	-
2005								
JANEIRO	44.074	-6,44	8.677	-38,60	6.639	17,19	2.921	26,18
FEVEREIRO	37.451	-17,68	7.865	-35,57	5.080	57,37	2.790	60,07
MARÇO	49.185	-12,31	12.300	-4,68	8.024	5,68	3.140	-14,56
ABRIL	50.121	-7,99	11.820	8,48	10.295	12,26	4.206	66,11
MAIO	58.806	1,38	7.960	-23,75	9.573	30,73	9.612	170,30
JUNHO	63.623	6,03	14.202	18,25	9.144	48,18	4.648	-20,83
1º SEMESTRE	303.260	-5,58	62.824	-13,45	48.755	24,53	27.317	38,72
JULHO	46.737	-14,13	11.053	-18,16	8.307	-0,92	3.954	8,57
AGOSTO	50.825	-9,69	15.564	2,29	7.051	5,63	4.557	-29,47
SETEMBRO	48.039	-6,36	16.370	84,51	6.855	33,91	3.475	7,42
OUTUBRO	51.387	-6,66	12.280	45,72	5.998	-4,20	3.940	6,52
NOVEMBRO	57.662	-3,76	12.015	-8,83	8.265	21,92	3.709	-8,53
DEZEMBRO	95.957	-0,89	21.674	17,83	5.040	-25,55	4.935	-3,25
2º SEMESTRE	350.607	-6,20	88.956	14,65	41.516	3,82	24.570	-6,20
ANUAL	653.867	-5,91	151.780	1,06	90.271	14,07	51.887	13,08

Fonte: SPC/CDL-Maceió.

Dados Trabalhados pela IEP/CDL/Maceió.

COMPENSAÇÕES E DEVOLUÇÕES DE CHEQUES
ALAGOAS
2004/2005

2004/2005

MÊS	CHEQUES COMPENSADOS			CHEQUES DEVOLVIDOS		
	QUANTIDADE	VARIAÇÃO(%)		QUANTIDADE	VARIAÇÃO(%)	
		ANUAL	MENSAL		ANUAL	MENSAL
<u>2004</u>						
JANEIRO	629.375	-26,51	-10,38	36.315	-24,06	-0,40
FEVEREIRO	577.943	-23,29	-8,17	35.390	-17,02	-2,55
MARÇO	724.833	-4,01	25,42	48.615	-5,50	37,37
ABRIL	618.875	-16,28	-14,62	41.083	-14,65	-15,49
MAIO	616.923	-14,36	-0,32	39.510	-17,37	-3,83
JUNHO	593.473	-9,88	-3,80	40.484	1,60	2,47
JULHO	618.216	-12,05	4,17	40.314	-11,47	-0,42
AGOSTO	617.666	1,80	-0,09	39.691	8,35	-1,55
SETEMBRO	576.801	-17,24	-6,62	41.666	-36,35	4,98
OUTUBRO	602.977	-9,54	4,54	48.022	-28,27	15,25
NOVEMBRO	614.342	3,11	1,88	104.111	184,21	116,80
DEZEMBRO	630.075	-10,28	2,56	100.070	174,46	-3,88
<u>2005</u>						
JANEIRO	626.952	-0,38	-0,50	96.093	164,61	-3,97
FEVEREIRO	334.190	-42,18	-46,70	101.795	187,64	5,93
MARÇO	202.782	-72,02	-39,32	85.528	75,93	-15,98
ABRIL	537.677	-13,12	165,15	44.235	7,67	-48,28
MAIO	587.134	-4,83	9,20	45.001	13,90	1,73
JUNHO	522.631	-11,94	-10,99	41.706	3,02	-7,32
JULHO	524.113	-15,22	0,28	41.742	3,54	0,09
AGOSTO	582.468	-5,70	11,13	46.172	16,33	10,61
SETEMBRO	553.525	-4,04	-4,97	50.166	20,40	8,65
OUTUBRO	575.271	-4,6	3,93	57.755	20,27	15,13
NOVEMBRO	586.077	-4,60	1,88	57.942	-44,35	0,32
DEZEMBRO	575.322	-8,69	-1,84	42.640	-57,39	-26,41

Fonte: Superintendência Estadual em Alagoas/COMPE-Banco do Brasil.

IEP-Instituto de Estudo e Pesquisa/CDL/Maceió.

Nota: Variação mensal Jan 2004 com base Dez 2003.

TÍTULOS DISTRIBUÍDOS PARA PROTESTO E SUAS RELAÇÕES**ALAGOAS****2004/2005**

MÊS	TÍTULOS						
	DISTRIBUÍDOS	VARIAÇÃO MENSAL(%)	PROTESTADOS	VARIAÇÃO MENSAL(%)	PROT / DIST %	CANCELADOS	VARIAÇÃO MENSAL(%)
2004							
JANEIRO	7.513	-	3.979	-	52,96	1.316	-
FEVEREIRO	4.649	-38,12	2.706	-31,99	58,21	1.187	-9,80
MARÇO	6.316	35,86	3.212	18,70	50,85	1.856	56,36
ABRIL	5.186	-17,89	2.537	-21,01	48,92	1.338	-27,91
MAIO	5.142	-0,85	2.594	2,25	50,45	1.441	7,70
JUNHO	6.457	25,57	3.314	27,76	51,32	1.267	-12,07
JULHO	5.937	-8,05	3.415	3,05	57,52	1.375	8,52
AGOSTO	5.068	-14,64	2.662	-22,05	52,53	1.632	18,69
SETEMBRO	4.246	-16,22	2.352	-11,65	55,39	1.266	-22,43
OUTUBRO	6.771	59,47	2.240	-4,76	33,08	1.088	-14,06
NOVEMBRO	6.573	-2,92	3.703	65,31	56,34	1.230	13,05
DEZEMBRO	6.140	-6,59	3.351	-9,51	54,58	1.548	25,85
2005							
JANEIRO	6.003	-2,23	3.010	-10,18	50,14	1.468	-5,17
FEVEREIRO	5.867	-2,27	2.828	-6,05	48,20	1.119	-23,77
MARÇO	6.195	5,59	3.128	10,61	50,49	1.721	53,80
ABRIL	5.416	-12,57	2.675	-14,48	49,39	1.410	-18,07
MAIO	5.821	7,48	2.926	9,38	50,27	1.489	5,60
JUNHO	6.058	4,07	3.027	3,45	49,97	1.227	-17,60
JULHO	5.865	-3,19	2.958	-2,28	50,43	1.334	8,72
AGOSTO	5788	-1,31	3.094	4,60	53,46	1.530	14,69
SETEMBRO	6159	6,41	2.553	-17,49	41,45	1.228	-19,74
OUTUBRO	6733	9,32	3.127	22,48	46,44	1.253	2,04
NOVEMBRO	6881	2,20	3.134	0,22	45,55	1.473	17,56
DEZEMBRO	6525	-5,17	3.426	9,32	52,51	1.304	-11,47

Fonte: IEP/CDL-Maceió.

Nota: * Dados trabalhados pela SEPLAN/CGPLAN.

TÍTULOS DISTRIBUÍDOS PARA PROTESTO E SUAS RELAÇÕES (VARIAÇÃO)**ALAGOAS****2004/2005**

DISTRIBUÍDOS			PROTESTADOS			CANCELADOS		
2004	2005	VAR (%)	2004	2005	VAR (%)	2004	2005	VAR (%)
69998	73311	4,73	36065	35886	-0,50	16544	16556	0,07

Fonte: IEP/CDL-Maceió.

Nota: * Dados trabalhados pela SEPLAN/CGPLAN.

BALANÇA COMERCIAL

Apesar do câmbio desfavorável e da criticada política comercial brasileira, a balança comercial encerrou 2005 com um superávit recorde de US\$ 44,764 bilhões. Em 2004, outro ano de recordes, a balança teve resultado de US\$ 33,66 bilhões. Isto mostra que a balança comercial brasileira continua a financiar o déficit brasileiro nas transações com o restante do mundo, conta essa que engloba todos os envios de dinheiro de juros, dividendos, *royalties*, entre outros, para o exterior.

Em 2005 as exportações somaram US\$ 118,3 bilhões, acima inclusive das previsões do governo, que esperava um saldo de US\$ 117 bilhões. As importações, por sua vez, ficaram na casa de US\$ 73,5 bilhões apesar do baixo valor relativo do dólar norte-americano que costuma estimular as compras de produtos importados.

Em relação às exportações alagoanas, ainda no mês de novembro o Estado já havia ultrapassado a meta do Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior, de US\$ 500 milhões. O crescimento das exportações alagoanas vem aumentando consideravelmente. Os valores das exportações foram de US\$ 457.656 em 2004, US\$ 583.788 em 2005, representando uma variação positiva de 27,56%.

Os produtos do setor sucroalcooleiro, açúcar demerara e cristal, álcool anidro e hidratado, e também o melão, continuam sendo os responsáveis pela maior parte da movimentação no porto, com a participação no total das exportações em torno de 85%. A seguir registram-se as participações de adubos, petróleo bruto, óleo diesel e PVC. O cimento foi considerado destaque nas exportações do Porto de Maceió em 2005. Excluindo os derivados da cana, Alagoas ainda concentra 10% de suas exportações nos derivados do Salgema, fumo e cimento e os outros 5% nos mais variados produtos.

Assim como as exportações, as importações vêm crescendo no Estado, apresentando variação positiva da ordem de 37,45% em 2005 com relação a 2004. A pauta dos principais produtos importados concentra-se em: cloreto de potássio, fosfato de amônio, naftas, trigo e sulfato de amônio.

Tanto em 2004 como em 2005, a Balança Comercial alagoana apresentou resultado superavitário da ordem de US\$ 390.262 em 2004 e US\$ 491.155 em 2005.

PRODUTOS EXPORTADOS EM ALAGOAS 2004/2005				
PRODUTO	2004 US\$ FOB	PART.%	2005 US\$ FOB	PART. %
PRINCIPAIS PRODUTOS				
1 AÇÚCAR DE CANA EM BRUTO	247.213.676	54,02	307.923.309	52,75
2 ALCOOL ETILICO N/DESNATURADO C/VOL. TEOR ALCOO	76.114.729	16,63	119.479.855	20,47
3 OUTS AÇUCARES DE CANA, BETERRABA, SACAROSE QUIM.	46.510.424	10,16	84.997.005	14,56
4 1,2- DICLOROETANO (CLORETO DE ETILENO)	57.405.882	12,54	41.877.891	7,17
5 POLICLORETO DE VINILA OBT. PROC. SUSPENSÃO, FORM	4.982.719	1,09	11.712.942	2,01
6 MELAÇOS DE CANA	5.235.735	1,14	5.216.743	0,89
7 OUTROS TIPOS DE CIMENTO "PORTLAND"	1.867.693	0,41	3.965.961	0,68
8 HIDROXIDO DE SODIO EM SOL. AQUOSA (LIXIV. SODA)	0	0	3.616.931	0,62
9 FUMO N/MANUFAT N/DESTAL. EM FLS. SECAS. ETC. TIPO	1.017.601	0,22	1.866.411	0,32
10 OUTROS FUMOS NÃO MANUFATURADOS, NÃO DESTALADOS	1.196.950	0,26	929.801	0,16
OUTROS	16.112.220	3,53	2.203.607	0,37
TOTAL	457.657.629	100,00	583.790.456	100,00

Fonte: SECEX.

Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/>. Acesso em (25/05/07).

PRODUTOS IMPORTADOS EM ALAGOAS 2004/2005				
PRODUTO	2004 US\$ FOB	PART.%	2005 US\$ FOB	PART. %
PRINCIPAIS PRODUTOS				
1 OUTROS CLORETOS DE POTASSIO	11.538.782	17,12	12.446.724	13,44
2 DIIDROGENO-ORTOFOSFATO DE AMONIO, INCL.MIST.HI	10.743.448	15,94	12.247.427	13,22
3 SULFATO DE AMONIO	10.050.373	14,91	11.686.191	12,62
4 TRIGO (EXC.TRIGO DURO OU P/SEMEADURA), E TRIGO	12.837.312	19,05	8.725.062	9,42
5 NAFTAS PARA PETROQUIMICA	0	0	172.368	0,19
OUTROS	22.223.160	32,98	47.353.788	51,11
TOTAL	67.393.075	100,00	92.631.560	100,00

Fonte: SECEX.

Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/>. Acesso em (25/05/07).

COMÉRCIO EXTERIOR
BALANÇA COMERCIAL
ALAGOAS
2004/2005

VALOR EM US\$1000FOB

MÊS	BALANÇA COMERCIAL				
	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO		SALDO (A-B)
	VALOR(A)	VAR %(*) 2005/2004	VALOR(B)	VAR %(*) 2005/2004	
<u>2004</u>					
JANEIRO	56.320	-	9.464	-	46.856 *
FEVEREIRO	61.717	-	4.336	-	57.381
MARÇO	37.500	-	3.003	-	34.497
ABRIL	28.529	-	7.508	-	21.021
MAIO	12.043	-	9.973	-	2.070
JUNHO	28.188	-	2.964	-	25.224 *
1º SEMESTRE	224.297	-	37.248	-	187.049
JULHO	43.218	-	4.891	-	38.327
AGOSTO	14.452	-	1.452	-	13.000
SETEMBRO	11.110	-	7.924	-	3.186
OUTUBRO	44.843	-	6.407	-	38.436
NOVEMBRO	45.131	-	6.494	-	38.637
DEZEMBRO	74.605	-	2.978	-	71.627
2º SEMESTRE	233.359	-	30.146	-	203.213
TOTAL	457.656	-	67.394	-	390.262
<u>2005</u>					
JANEIRO	53.025	-5,85	6.428	-32,08	46.598
FEVEREIRO	52.072	-15,63	5.639	30,05	46.434
MARÇO	96.418	157,11	5.340	77,82	91.079
ABRIL	62.775	120,04	6.904	-8,04	55.871
MAIO	56.515	369,28	5.655	-43,30	50.860
JUNHO	35.427	25,68	2.255	-23,92	33.172
1º SEMESTRE	356.232	58,82	32.221	-13,50	324.011
JULHO	46.900	8,52	11.708	139,38	35.193
AGOSTO	8.618	-40,37	13.566	834,30	-4.948
SETEMBRO	9.768	-12,08	5.105	-35,58	4.664
OUTUBRO	17.300	-61,42	12.617	96,93	4.683
NOVEMBRO	71.467	58,35	10.308	58,73	61.159
DEZEMBRO	73.503	-1,48	7.108	138,68	66.395
2º SEMESTRE	227.556	-2,49	60.412	100,40	167.144
TOTAL	583.788	27,56	92.633	37,45	491.155

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/SECEX.

OBS: (*) VAR% => Critério de cálculo: Anual = sobre o ano anterior na mesma proporção/ Mensal = sobre o mês anterior.

* Os valores da tabela original são: Jan = 46.857 e Jun=25.225.

MERCADORIAS EMBARCADAS POR LONGO CURSO E CABOTAGEM
ALAGOAS
2004/2005

TIPO DE MERCADORIA	MERCADORIAS EMBARCADAS (ton)					
	1º SEMESTRE		VARIAÇÃO %	2º SEMESTRE		VARIAÇÃO %
	2004	2005	2005/2004	2004	2005	2005/2004
LONGO CURSO						
AÇÚCAR CRISTAL ENSACADO	201.398	299.034	48,48	48.705	98.363	101,96
AÇÚCAR DEMERARA GRANEL	701.881	830.727	18,36	777.847	561.789	-27,78
DICLOROETANO	62.864	77.466	23,23	87.098	53.067	-39,07
SODA CÁUSTICA	-	-	-	-	18.041	-
MELAÇO	19.750	24.584	24,48	61.650	11.109	-81,98
ÁLCOOL ANIDRO	71.741	5.081	-92,92	65.630	10.937	-83,34
ÁLCOOL HIDRATADO	87.613	213.288	143,44	81.979	48.839	-40,42
PETRÓLEO	-	-	-	-	-	-
PVC	-	-	-	-	-	-
ÓLEO DE SOJA	-	-	-	-	-	-
CIMENTO	32.345	44.869	38,72	23.388	82.383	252,24
DIVERSOS	6	13	116,67	-	3	-
TOTAL	1.177.598	1.495.062	26,96	1.146.297	884.531	-22,84
CABOTAGEM						
AÇÚCAR CRISTAL ENSACADO	-	-	-	-	-	-
AÇÚCAR DEMERARA GRANEL	-	-	-	-	-	-
DICLOROETANO	90.282	98.022	8,57	95.003	100.301	5,58
SODA CÁUSTICA	339.825	387.041	13,89	385.790	366.131	-5,10
MELAÇO	-	-	-	-	-	-
ÁLCOOL ANIDRO	-	-	-	-	-	-
ÁLCOOL HIDRATADO	-	-	-	-	-	-
PETRÓLEO	172.208	187.151	8,68	172.992	181.190	4,74
PVC	28.405	26.326	-7,32	25.144	29.474	17,22
ÓLEO DE SOJA	-	-	-	-	-	-
ÓLEO M.F. 380	4.428	-	-	-	-	-
DIVERSOS	93	124	33,33	61	465	662,30
TOTAL	635.241	698.664	9,98	678.990	677.561	-0,21
LONGO CURSO E CABOTAGEM						
AÇÚCAR CRISTAL ENSACADO	201.398	299.034	48,48	48.705	98.363	101,96
AÇÚCAR DEMERARA GRANEL	701.881	830.727	18,36	777.847	561.789	-27,78
DICLOROETANO	153.146	175.488	14,59	182.101	153.368	-15,78
SODA CÁUSTICA	339.825	387.041	13,89	385.790	384.172	-0,42
MELAÇO	19.750	24.584	24,48	61.650	11.109	-81,98
ÁLCOOL ANIDRO	71.741	5.081	-92,92	65.630	10.937	-83,34
ÁLCOOL HIDRATADO	87.613	213.288	143,44	81.979	48.839	-40,42
PETRÓLEO	172.208	187.151	8,68	172.992	181.190	4,74
PVC	28.405	26.326	-7,32	25.144	29.474	17,22
ÓLEO DE SOJA	-	-	-	-	-	-
ÓLEO M.F. 380	4.428	-	-	-	-	-
CIMENTO	32.345	44.869	38,72	23.388	82.383	252,24
DIVERSOS	99	137	38,38	61	468	667,21
TOTAL	1.812.839	2.193.726	21,01	1.825.287	1.562.092	-14,42

Fonte: Administração do Porto de Maceió-Boletim Estatístico-1º e 2º SEMESTRE 2004/2005.

MERCADORIAS DESEMBARCADAS POR LONGO CURSO E CABOTAGEM
ALAGOAS
2004/2005

TIPO DE MERCADORIA	MERCADORIAS DESEMBARCADAS (ton)					
	1º SEMESTRE		VARIAÇÃO %	2º SEMESTRE		VARIAÇÃO %
	2004	2005	2005/2004	2004	2005	2005/2004
LONGO CURSO						
GASOLINA	-	-	-	-	-	-
ÓLEO DIESEL	-	-	-	-	-	-
ADUBO À GRANEL	150.899	106.921	-29,14	157.212	165.522	5,29
TRIGO À GRANEL	35.775	20.120	-43,76	45.983	44.863	-2,44
FARINHA DE TRIGO	-	-	-	-	-	-
MILHO À GRANEL	-	-	-	-	-	-
ARROZ	-	-	-	-	-	-
PEIXE CONGELADO	-	-	-	-	-	-
ENXOFRE	-	-	-	-	-	-
CARVÃO MINERAL	-	-	-	-	-	-
COQUE DE PETRÓLEO	-	-	-	36.262	-	-
DIVERSOS	-	-	-	310	1.411	355,16
TOTAL	186.674	127.041	-31,94	239.767	211.796	-11,67
CABOTAGEM						
GASOLINA	45.378	39.664	-12,59	37.728	39.840	5,60
ÓLEO DIESEL	102.589	119.472	16,46	114.141	131.617	15,31
ADUBO À GRANEL	-	-	-	-	-	-
TRIGO À GRANEL	-	176	-	-	-	-
FARINHA DE TRIGO	-	-	-	-	836	-
MILHO À GRANEL	-	-	-	-	-	-
ARROZ	7.810	10.149	29,95	7.002	11.594	65,58
PEIXE CONGELADO	383	52	-86,42	239	30	-87,45
ENXOFRE	-	-	-	-	-	-
CARVÃO MINERAL	-	-	-	-	-	-
COQUE DE PETRÓLEO	-	-	-	-	-	-
ÓLEO M.F. 380	-	-	-	-	-	-
DIVERSOS	3.072	2.605	-15,20	2.177	2.703	24,16
TOTAL	159.232	172.118	8,09	161.287	186.620	15,71
LONGO CURSO E CABOTAGEM						
GASOLINA	45.378	39.664	-12,59	37.728	39.840	5,60
ÓLEO DIESEL	102.589	119.472	16,46	114.141	131.617	15,31
ADUBO À GRANEL	150.899	106.921	-29,14	157.212	165.522	5,29
TRIGO À GRANEL	35.775	20.296	-43,27	45.983	44.863	-2,44
FARINHA DE TRIGO	-	-	-	-	836	-
MILHO À GRANEL	-	-	-	-	-	-
ARROZ	7.810	10.149	29,95	7.002	11.594	65,58
PEIXE CONGELADO	383	52	-86,42	239	30	-87,45
ENXOFRE	-	-	-	-	-	-
CARVÃO MINERAL	-	-	-	-	-	-
COQUE DE PETRÓLEO	-	-	-	36.262	-	-
ÓLEO M.F. 380	-	-	-	-	-	-
DIVERSOS	3.072	2.605	-15,20	2.487	4.114	65,42
TOTAL	345.906	299.159	-13,51	401.054	398.416	-0,66

Fonte: Administração do Porto de Maceió-Boletim Estatístico-1º e 2º SEMESTRE 2004/2005.

FINANÇAS PÚBLICAS

Em 2005, a arrecadação de impostos federais, estaduais e municipais, alcançou 37,37% do Produto Interno Bruto (PIB), somando R\$ 724.113. Desse total, R\$ 507.172 bilhões são impostos arrecadados pela União, correspondendo 26,18% do PIB. Outros R\$ 186.493 bilhões são receitas dos Estados e R\$ 30.448 bilhões dos municípios. A arrecadação em 2005 foi de R\$ 90,3 bilhões superior a de 2004. Segundo a Receita Federal, em 2005 não foram criados nenhum tributo ou contribuição, nem houve aumento de alíquotas ou de ampliação de base de cálculo no que se refere aos tributos e contribuições federais, que pudessem justificar alta na cobrança de impostos no país. "Ao contrário, foram adotadas medidas para desonerar vários setores produtivos²¹". Fiscalização mais eficiente e o aumento do número de contribuintes justificam o crescimento dos valores arrecadados.

Em relação a Receita do Estado de Alagoas em 2005, foram arrecadados diretamente R\$ 1.230,8 com aumento de 21,22% em relação a 2004. Quanto às Transferências Federais, ocorreu um crescimento nominal de 25,13% em relação ao ano anterior. Ainda dentro do exercício de 2005, ingressaram nos cofres públicos estaduais R\$ 46,3 milhões, advindos de repasses da Caixa Econômica Federal – CEF, fruto de negociações realizadas entre o governo estadual e aquela entidade creditícia federal, o que

resultou na manutenção na CEF das contas de salários dos servidores e de fornecedores de bens e serviços aos órgãos da Administração Pública Estadual. Além disso ingressaram na receita do Estado R\$ 36,7 milhões e R\$ 9,6 milhões advindos do Fundo de Compensação de Variação Salarial – FCVS. Conforme dados da SEFAZ, no contexto Nordeste no exercício de 2005, Alagoas apresentou um crescimento na arrecadação de ICMS bem mais modesto que o ano anterior, superando apenas os indicadores dos estados da Bahia e Ceará, entretanto a sua participação no total do ICMS arrecadado cresceu de 4,80% em 2004 para 4,84% no exercício de 2005.²²

Segundo a SEFAZ os destaques maiores nos gastos públicos estaduais ficaram por conta do custeio/investimento com crescimento real de 72,75% evoluindo de R\$ 249,7 milhões em 2004, para R\$ 460,20 milhões e do serviço da dívida que sofreu um incremento real de 33,59% e o dispêndio com o serviço da dívida pública estadual com o qual o Tesouro Estadual desembolsou R\$ 380,1 milhões o que acarretou um aumento de R\$ 100 milhões e um crescimento real de 33,59%, ambos comparados ao exercício de 2004. Um outro item de despesa que merece destaque são os gastos da despesa com Pessoal do Poder Executivo, com aumento de 17,05%, com desembolso de R\$1.150,4 bilhões, ou seja, um incremento de R\$ 168,0 milhões comparado aos gastos efetivados no ano de 2004.²³

²¹ AGÊNCIA BRASIL. Finanças Públicas Brasileiras. Disponível em: www.agenciabrasil/noticia.

²² Fonte: SEFAZ.

²³ Fonte: SEFAZ.

FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DE ALAGOAS

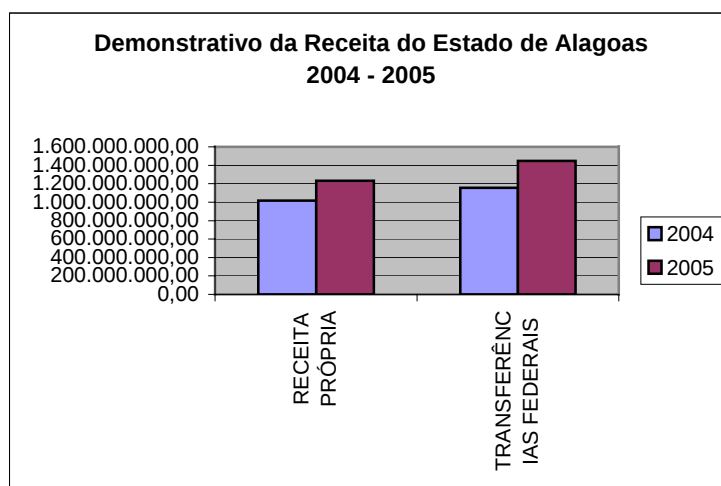
RECEITA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DO ESTADO DE ALAGOAS TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS E RECEITA PRÓPRIA 2004/2005

RECEITAS	2004	2005	*VARIÇÃO % 2005/2004
RECEITA PRÓPRIA	1.015.329.113,62	1.230.815.593,77	21,22
- ICMS	960.996.781,72	1.098.100.492,36	14,27
- IPVA	43.406.432,35	54.137.792,30	24,72
- Outras	10.925.899,55	78.577.309,11	619,18
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	1.156.766.039,68	1.447.474.368,39	25,13
- FPE	995.769.204,00	1.246.234.691,61	25,15
- IR	52.103.942,83	60.043.998,05	15,24
- Outras	108.892.892,85	141.195.678,73	29,66
TOTAL DA RECEITA	2.172.095.153,30	2.678.289.962,16	23,30

Fonte: Sefaz.

*Nominal.



Fonte: Sefaz.

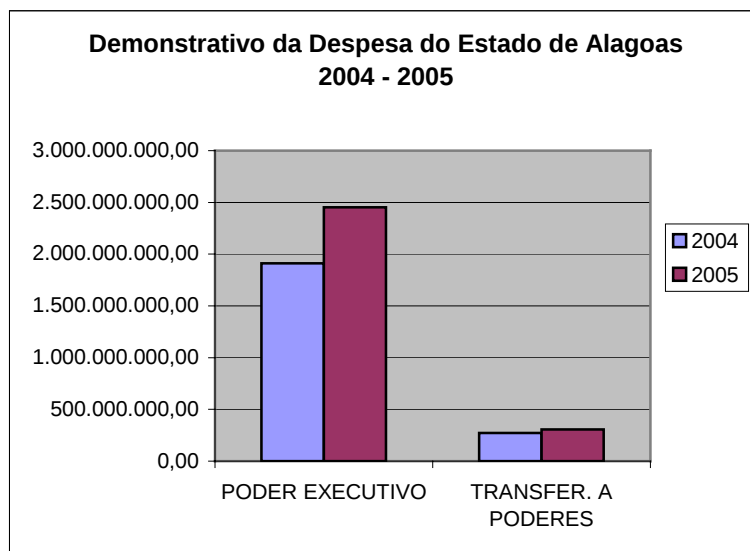
DESPESA

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS DO ESTADO DE ALAGOAS 2004/2005

DESPESAS	2004	2005	*VARIÇÃO % 2005/2004
PODER EXECUTIVO	1.912.070.090,08	2.454.037.797,10	28,34
- Pessoal	982.802.634,65	1.150.417.190,77	17,05
- Custeio/Investimento	249.773.453,91	460.259.621,03	84,27
- Transf. a municípios	256.873.928,25	283.064.939,89	10,20
- Fundef/Líquido	156.244.533,04	180.147.122,75	15,30
- Serviço da dívida	266.375.540,23	380.148.922,66	42,71
TRANSF. A PODERES	271.088.529,76	307.334.757,16	13,37
TOTAL DAS DESPESAS	2.183.158.619,84	2.761.372.554,26	26,49

Fonte: Sefaz.

*Nominal.



Fonte: Sefaz.

**DEMONSTRATIVO DA ARRECADAÇÃO MENSAL DA RECEITA PRÓPRIA DO ESTADO DE ALAGOAS
2004/2005**

MÊS	RECEITA PRÓPRIA (em R\$1.00)							
	ICMS		IPVA		OUTRAS		TOTAL	
	TOTAL	**VARIÇÃO 2005/2004	TOTAL	**VARIÇÃO 2005/2004	TOTAL	**VARIÇÃO 2005/2004	TOTAL	**VARIÇÃO 2005/2004
2004								
JANEIRO	72.613.764,13	-	1.374.348,14	-	485.343,38	-	74.473.455,65	-
FEVEREIRO	69.756.422,11	-	2.256.376,80	-	505.501,68	-	72.518.300,59	-
MARÇO	68.178.944,73	-	5.194.501,45	-	2.478.167,87	-	75.851.614,05	-
ABRIL	70.675.346,65	-	3.925.213,32	-	675.074,66	-	75.275.634,63	-
MAIO	68.390.899,46	-	3.146.899,53	-	584.302,24	-	72.122.101,23	-
JUNHO	73.663.931,61	-	3.415.067,12	-	468.036,92	-	77.547.035,65	-
1º SEMESTRE	423.279.308,69	-	19.312.406,36	-	5.196.426,75	-	447.788.141,80	-
JULHO	66.491.906,20	-	2.935.566,69	-	654.293,32	-	70.081.766,21	-
AGOSTO	82.543.598,41	-	7.352.133,89	-	582.686,02	-	90.478.418,32	-
SETEMBRO	81.087.422,25	-	5.973.874,32	-	808.787,26	-	87.870.083,83	-
OUTUBRO	90.639.216,02	-	3.319.737,35	-	869.731,83	-	94.828.685,20	-
NOVEMBRO	98.338.582,24	-	3.231.626,49	-	1.154.302,94	-	102.724.511,67	-
DEZEMBRO	118.616.747,91	-	1.281.087,25	-	1.659.671,43	-	121.557.506,59	-
2º SEMESTRE	537.717.473,03	-	24.094.025,99	-	5.729.472,80	-	567.540.971,82	-
ANUAL	960.996.781,72	-	43.406.432,35	-	10.925.899,55	-	1.015.329.113,62	-
2005								
JANEIRO	97.023.039,07	33,62	1.748.242,77	27,21	1.897.672,09	291,00	100.668.953,93	35,17
FEVEREIRO	81.662.582,96	17,07	2.156.640,28	-4,42	977.240,96	93,32	84.796.464,20	16,93
MARÇO	87.504.896,23	28,35	6.240.193,71	20,13	1.766.955,87	-28,70	95.512.045,81	25,92
ABRIL	95.648.278,17	35,33	4.734.182,32	20,61	1.233.506,15	82,72	101.615.966,64	34,99
MAIO	85.204.634,61	24,58	5.137.898,94	63,27	2.056.285,71	251,92	92.398.819,26	28,11
JUNHO	98.733.243,89	34,03	4.399.716,06	28,83	3.396.536,06	625,70	106.529.496,01	37,37
1º SEMESTRE	545.776.674,93	28,94	24.416.874,08	26,43	11.328.196,84	118,00	581.521.745,85	29,87
JULHO	82.711.065,80	24,39	4.513.878,58	53,77	2.786.167,15	325,83	90.011.111,53	28,44
AGOSTO	83.884.058,90	1,62	9.061.835,69	23,25	5.465.093,62	837,91	98.410.988,21	8,77
SETEMBRO	97.003.000,48	19,63	7.178.571,57	20,17	3.406.379,36	321,17	107.587.951,41	22,44
OUTUBRO	86.111.722,92	-5,00	4.807.489,22	44,82	2.919.843,98	235,72	93.839.056,12	-1,04
NOVEMBRO	84.442.788,79	-14,13	2.600.646,02	-19,53	2.808.840,90	143,34	89.852.275,71	-12,53
DEZEMBRO	118.171.180,54	-0,38	1.558.497,14	21,65	49.862.787,26 *	2.904,38	169.592.464,94	39,52
2º SEMESTRE	552.323.817,43	2,72	29.720.918,22	23,35	67.249.112,27	1.073,74	649.293.847,92	14,40
ANUAL	1.098.100.492,36	14,27	54.137.792,30	24,72	78.577.309,11	619,18	1.230.815.593,77	21,22

Fonte: Sefaz.

* Recursos recebidos da CEF para manutenção da conta salário naquela instituição financeira e receita proveniente do FCVS. (46.305.837,59).

**Nominal.

**DEMONSTRATIVO DAS TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS PARA O ESTADO DE ALAGOAS
2004/2005**

MÊS	TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS (em R\$1,00)							
	FPE		IR		OUTRAS		TOTAL	
	TOTAL	*VARIÇÃO 2005/2004	TOTAL	*VARIÇÃO 2005/2004	TOTAL	*VARIÇÃO 2005/2004	TOTAL	*VARIÇÃO 2005/2004
2004								
JANEIRO	87.184.261,71	-	3.791.237,59	-	4.906.891,02	-	95.882.390,32	-
FEVEREIRO	81.123.971,89	-	3.830.980,86	-	5.230.218,19	-	90.185.170,94	-
MARÇO	91.146.442,47	-	3.912.813,12	-	5.222.930,03	-	100.282.185,62	-
ABRIL	84.879.686,84	-	3.727.907,14	-	9.720.302,99	-	98.327.896,97	-
MAIO	98.855.494,75	-	3.671.733,29	-	5.519.488,29	-	108.046.716,33	-
JUNHO	64.171.834,85	-	4.035.829,45	-	6.598.953,71	-	74.806.618,01	-
1º SEMESTRE	507.361.692,51	-	22.970.501,45	-	37.198.784,23	-	567.530.978,19	-
JULHO	66.734.933,47	-	4.755.095,08	-	24.046.807,85	-	95.536.836,40	-
AGOSTO	86.830.594,84	-	4.555.967,34	-	8.127.367,97	-	99.513.930,15	-
SETEMBRO	75.182.601,63	-	4.451.462,12	-	8.154.593,68	-	87.788.657,43	-
OUTUBRO	80.457.481,55	-	3.759.824,49	-	14.177.370,65	-	98.394.676,69	-
NOVEMBRO	80.206.788,62	-	3.849.633,78	-	8.318.329,89	-	92.374.752,29	-
DEZEMBRO	98.995.111,38	-	7.761.458,57	-	8.869.638,58	-	115.626.208,53	-
2º SEMESTRE	488.407.511,49	-	29.133.441,38	-	71.694.108,62	-	589.235.061,49	-
ANUAL	995.769.204,00	-	52.103.942,83	-	108.892.892,85	-	1.156.766.039,68	-
2005								
JANEIRO	111.310.918,86	27,67	4.615.683,34	21,75	13.077.560,34	166,51	129.004.162,54	34,54
FEVEREIRO	97.440.849,29	20,11	4.419.575,49	15,36	8.320.298,38	59,08	110.180.723,16	22,17
MARÇO	93.451.341,81	2,53	4.437.294,60	13,40	9.171.391,28	75,60	107.060.027,69	6,76
ABRIL	101.461.780,92	19,54	4.665.116,09	25,14	12.368.314,11	27,24	118.495.211,12	20,51
MAIO	114.522.486,08	15,85	4.668.355,90	27,14	10.396.716,13	88,36	129.587.558,11	19,94
JUNHO	110.945.014,58	72,89	4.668.675,27	15,68	9.105.754,02	37,99	124.719.443,87	66,72
1º SEMESTRE	629.132.391,54	24,00	27.474.700,69	19,61	62.440.034,26	67,86	719.047.126,49	26,70
JULHO	91.111.493,07	36,53	4.476.402,90	-5,86	10.944.768,04	-54,49	106.532.664,01	11,51
AGOSTO	93.739.203,13	7,96	4.674.239,96	2,60	11.067.964,80	36,18	109.481.407,89	10,02
SETEMBRO	78.301.399,85	4,15	4.629.255,51	3,99	8.533.057	4,64	91.463.712,42	4,19
OUTUBRO	90.672.814,84	12,70	4.691.077,69	24,77	13.910.421,81	-1,88	109.274.314,34	11,06
NOVEMBRO	109.607.268,84	36,66	4.674.269,42	21,42	18.685.950,39	124,64	132.967.488,65	43,94
DEZEMBRO	153.670.120,34	55,23	9.424.051,88	21,42	15.613.482,37	76,03	178.707.654,59	54,56
2º SEMESTRE	617.102.300,07	26,35	32.569.297,36	11,79	78.755.644,47	9,85	728.427.241,90	23,62
ANUAL	1.246.234.691,61	25,15	60.043.998,05	15,24	141.195.678,73	29,66	1.447.474.368,39	25,13

Fonte: Sefaz.

Nota (1) - De Janeiro/Março de 2003, na coluna outras, está incluído 2.075.673,61 referente a Lei Kandir.

Nota(2) - De Janeiro/Março de 2004, na coluna outras está incluído 1.675.850,26 referente a Lei Kandir.

*Nominal.

DEMONSTRATIVO MENSAL DA DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS

2004/2005

MÊS	DESPESA (em R\$1,00)					
	PODER EXECUTIVO					TOTAL
	PESSOAL	CUSTEIO/ INVEST.	TRANSF. A MUNIC. (2)	FUNDEF/ LÍQUIDO	SERVIÇO DA DÍVIDA	
(1)						
2004						
JANEIRO	71.414.990,60	4.226.427,03	19.982.914,21	13.569.769,55	24.866.509,35	134.060.610,74
FEVEIRO	74.489.587,39	12.505.274,22	17.480.788,59	11.915.120,17	11.032.553,73	127.423.324,10
MARÇO	74.721.572,32	16.003.581,79	19.420.145,98	13.099.256,62	24.587.552,59	147.832.109,30
ABRIL	74.837.250,54	13.163.507,42	18.675.797,94	12.726.920,67	20.075.967,99	139.479.444,56
MAIO	74.383.614,85	15.401.485,02	18.159.713,42	13.600.626,48	27.421.108,00	148.966.547,77
JUNHO	76.523.886,65	13.532.503,88	19.585.190,85	10.896.913,59	8.611.552,12	129.150.047,09
1º SEMESTRE	446.370.902,35	74.832.779,36	113.304.550,99	75.808.607,08	116.595.243,78	826.912.083,56
JULHO	77.764.823,10	24.445.227,28	17.990.098,81	10.685.603,39	29.325.194,99	160.210.947,57
AGOSTO	77.032.961,76	26.195.557,72	23.170.345,66	14.321.375,19	22.881.244,54	163.601.484,87
SETEMBRO	76.369.395,42	31.081.320,55	19.603.786,37	11.215.366,84	14.510.238,00	152.780.107,18
OUTUBRO	76.614.060,35	33.224.608,19	25.450.779,55	13.405.981,68	24.067.285,39	172.762.715,16
NOVEMBRO	77.946.896,70	26.510.197,43	26.189.395,46	14.804.370,79	30.631.269,15	176.082.129,53
DEZEMBRO(1)	150.703.594,97	33.483.763,38	31.164.971,41	16.003.228,07	28.365.064,38	259.720.622,21
2º SEMESTRE	536.431.732,30	174.940.674,55	143.569.377,26	80.435.925,96	149.780.296,45	1.085.158.006,52
ANUAL	982.802.634,65	249.773.453,91	256.873.928,25	156.244.533,04	266.375.540,23	1.912.070.090,08
2005						
JANEIRO	84.681.129,06	12.123.161,64	25.414.280,76	18.027.859,29	35.041.902,86	175.288.333,61
FEVEIRO	85.333.420,22	28.032.864,21	20.339.067,31	14.262.156,57	28.537.588,91	176.505.097,22
MARÇO	85.703.763,51	42.387.461,29	21.383.632,74	13.382.695,22	30.960.082,07	193.817.634,83
ABRIL	90.732.961,09	32.525.593,75	24.079.320,70	15.394.095,36	35.303.588,59	198.035.559,49
MAIO	90.423.250,73	43.496.827,56	25.353.288,31	17.080.373,90	30.693.248,64	207.046.989,14
JUNHO	89.430.954,51	29.052.375,70	24.787.420,79	16.447.281,73	35.293.486,05	195.011.518,78
1º SEMESTRE	526.305.479,12	187.618.284,15	141.357.010,61	94.594.462,07	195.829.897,12	1.145.705.133,07
JULHO	87.089.550,61	36.014.720,25	20.332.462,81	9.763.035,83	23.609.267,57	176.809.037,07
AGOSTO	91.880.910,94	30.044.236,55	25.345.352,74	15.830.180,82	31.315.375,56	194.416.056,61
SETEMBRO	89.107.662,56	33.240.927,80	22.324.578,86	16.456.318,42	27.164.435,85	188.293.923,49
OUTUBRO	89.010.572,09	38.297.848,76	23.630.624,58	12.137.604,60	37.174.301,64	200.250.951,67
NOVEMBRO	88.871.692,22	34.315.376,85	23.947.457,09	9.513.956,44	36.727.722,01	193.376.204,61
DEZEMBRO(1)	178.151.323,23	100.728.226,67	26.127.453,20	21.851.564,57	28.327.922,91	355.186.490,58
2º SEMESTRE	624.111.711,65	272.641.336,88	141.707.929,28	85.552.660,68	184.319.025,54	1.308.332.664,03
ANUAL	1.150.417.190,77	460.259.621,03	283.064.939,89	180.147.122,75	380.148.922,66	2.454.037.797,10

Fonte: Sefaz.

OBS1: Em dezembro estão incluídos os valores do 13º Salário.

OBS2: Na despesa de pessoal estão incluídos os valores pagos a pensionistas e inativos.

**DEMONSTRATIVO MENSAL DA DESPESA DO ESTADO DE ALAGOAS
2004/2005**

MÊS	DESPESA (em R\$1,00)		
	TRANSF. A PODERES	PODER EXECUTIVO	TOTAL DA DESPESA
2004			
JANEIRO	22.145.359,76	134.060.610,74	156.205.970,50
FEVEREIRO	23.448.653,00	127.423.324,10	150.871.977,10
MARÇO	22.404.653,00	147.832.109,30	170.236.762,30
ABRIL	22.584.653,00	139.479.444,56	162.064.097,56
MAIO	22.660.653,00	148.966.547,77	171.627.200,77
JUNHO	21.222.653,00	129.150.047,09	150.372.700,09
1º SEMESTRE	134.466.624,76	826.912.083,56	961.378.708,32
JULHO	22.388.319,00	160.210.947,57	182.599.266,57
AGOSTO	21.988.319,00	163.601.484,87	185.589.803,87
SETEMBRO	23.643.319,00	152.780.107,18	176.423.426,18
OUTUBRO	22.960.642,00	172.762.715,16	195.723.357,16
NOVEMBRO	22.494.653,00	176.082.129,53	198.576.782,53
DEZEMBRO(1)	23.146.653,00	259.720.622,21	282.867.275,21
2º SEMESTRE	136.621.905,00	1.085.158.006,52	1.221.779.911,52
ANUAL	271.088.529,76	1.912.070.090,08	2.183.158.619,84
2005			
JANEIRO	25.450.205,34	175.288.333,61	200.738.538,95
FEVEREIRO	25.425.051,05	176.505.097,22	201.930.148,27
MARÇO	25.111.354,88	193.817.634,83	218.928.989,71
ABRIL	24.765.354,88	198.035.559,49	222.800.914,37
MAIO	25.975.354,88	207.046.989,14	233.022.344,02
JUNHO	25.595.354,88	195.011.518,78	220.606.873,66
1º SEMESTRE	152.322.675,91	1.145.705.133,07	1.298.027.808,98
JULHO	26.570.354,88	176.809.037,07	203.379.391,95
AGOSTO	25.619.509,13	194.416.056,61	220.035.565,74
SETEMBRO	25.215.354,88	188.293.923,49	213.509.278,37
OUTUBRO	25.443.152,60	200.250.951,67	225.694.104,27
NOVEMBRO	25.349.354,88	193.376.204,61	218.725.559,49
DEZEMBRO(1)	26.814.354,88	355.186.490,58	382.000.845,46
2º SEMESTRE	155.012.081,25	1.308.332.664,03	1.463.344.745,28
ANUAL	307.334.757,16	2.454.037.797,10	2.761.372.554,26

Fonte: Sefaz.

OBS1: Em dezembro estão incluídos os valores do 13º Salário.

OBS2: Na despesa de pessoal estão incluídos os valores pagos a pensionistas e inativos.

ENERGIA ELÉTRICA

ENERGIA ELÉTRICA CONSUMO DE ENERGIA POR CLASSE ALAGOAS 2004/2005

ABASTECIMENTO DE ENERGIA	CONSUMO DE ENERGIA POR CLASSE (em MWh)		
	ANUAL 2004	ANUAL 2005	VAR %
RESIDENCIAL	644.921	685.806	6,34
INDUSTRIAL	476.307	502.250	5,45
COMERCIAL	363.878	395.498	8,69
RURAL	118.508	144.946	22,31
PODER PÚBLICO	95.919	112.284	17,06
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	120.727	122.573	1,53
OUTROS	142.797	154.071	7,90
TOTAL	1.963.057	2.117.428	7,86

Fonte: Companhia Energética de Alagoas – CEAL.

Nota: Dados trabalhados pela SEPLAN/CGPLAN.

A Companhia Energética de Alagoas (CEAL) superou em 32,7% a meta de redução de perdas estabelecidas pela Eletrobras para o exercício de 2005, que foi de 44.649 MWh/ano. A empresa saiu de um ciclo de prejuízo líquido médio de R\$ 56,1 milhões ao ano, registrado entre 2001 e 2003, reduzindo para R\$ 13,4 milhões em 2004, e fechando 2005, com um lucro líquido de R\$ 12,5 milhões. Nesse período, o patrimônio líquido da companhia cresceu de R\$ 107,1 milhões em 2001, para R\$ 250,2 milhões em 2005. Mesmo assim a CEAL terminou o ano com um estoque de inadimplência superior a R\$ 151 milhões, dos quais R\$ 54,5 milhões de débitos atrasados, porém protegidos por liminares da Justiça²⁴.

Segundo o presidente da empresa, mesmo diante do quadro apresentado, a CEAL conseguiu dobrar os investimentos em subestações, linhas de transmissão, alimentadores e outros equipamentos para garantir o fornecimento contínuo de energia elétrica. De acordo com os números apresentados, em 2004 esses

investimentos foram de R\$ 29,6 milhões, dobrando para R\$ 58,5 milhões em 2005. A previsão para 2006 é de R\$ 107,7 milhões.

A energia, um dos principais insumos de produção atua como termômetro de desempenho econômico, especificado por classe no Estado de Alagoas, a tabela acima representa o consumo de energia nas mais diversas atividades. Em todas as classes referenciadas ocorreu aumento do consumo de energia, notadamente no setor rural com incremento de 22,31% em 2005 em relação a 2004. Justifica-se o fato, pela melhoria do desempenho econômico registrado pelo setor no referido período, e pela intensificação do Programa Luz para Todos do governo federal, com a eletrificação de mais de 17 mil unidades consumidoras em 2005, beneficiando mais de 80 mil pessoas. Para 2006 estão previstos investimentos na ordem de R\$ 63,8 milhões, para eletrificar 15 mil residências, sendo duas mil em assentamentos rurais.

²⁴ Jornal Gazeta de Alagoas, 5 abr 2006. Caderno de economia.

ENERGIA ELÉTRICA FORNECIDA PELA CEAL
CONSUMO INDUSTRIAL DE ENERGIA POR RAMO DE ATIVIDADE
ALAGOAS
2004/2005

RAMO DE ATIVIDADE	CONSUMO INDUSTRIAL DE ENERGIA POR RAMO DE ATIVIDADE (MWh)		
	2004	2005	VAR% 2005/2004
PRODUÇÃO DE LAVOURAS TEMPORÁRIAS	-	12	-
EXTRAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO	-	-	-
EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E SERVIÇOS CORRELATOS	103.409	108.454	4,88
EXTRAÇÃO DE PEDRA, AREIA E ARGILA	14.800	16.751	13,18
ABATE E PREPARAÇÃO DE PRODUTOS DE CARNE E PESCADO	93.769	93.064	-0,75
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE FUMO	199	226	13,57
BENEFICIAMENTO DE FILTROS TEXTÉIS NATURAIS	52.187	51.303	-1,69
CONFECÇÕES DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO	141	155	9,93
CURTIMENTO E OUTRAS PREPARAÇÕES DE COURO	82	298	263,41
DESDOBRAMENTO DE MADEIRA	775	768	-0,90
FABRICAÇÃO DE CELULOSE E OUTROS POSTOS	106	112	5,66
EDIÇÃO, EDIÇÃO E IMPRESSÃO	1.354	1.157	-14,55
COQUEIRAS - FABRICAÇÃO DE COQUE, REFINO DE PETRÓLEO E ETC	1.703	1.816	6,64
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	115.319	117.626	2,00
FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE BORRACHA	25.716	28.510	10,86
FABRICAÇÃO DE VIDRO E DE PRODUTOS DE VIDRO	48.750	60.468	24,04
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS	185	265	43,24
FAB. DE ESTRUTURAS METÁLICAS E OBRAS DE CALDEIRARIA	1.009	1.163	15,26
FABRICAÇÃO DE MOTORES, BOMBAS, COMPRESSORES	1.706	979	-42,61
FAB. DE MÁQUINAS, APARELHOSE EQUIPAMENTOS DE SISTEMA	11	12	9,09
FABRICAÇÃO DE CABINES, CARROCERIAS E REBOQUES	232	226	-2,59
CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DE EMBARCAÇÕES	120	123	2,50
FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DO MOBILIÁRIO	6.563	7.213	9,90
RECICLAGEM DE SUCATAS METÁLICAS	70	68	-2,86
PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	1.719	1.639	-4,65
CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	1.245	1.128	-9,40
PREPARAÇÃO DO TERRENO - CONSTRUÇÃO CIVIL	1.891	2.644	39,82
EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS NÃO-FERROSOS	2	-	-
FABRICAÇÃO DE GERADORES, TRANSFORMADORES E MOT. ELÉTRICOS	2	-	-
FABRICAÇÃO DE MATERIAL ELETRÔNICO BÁSICO	2	-	-
OUTRAS	3.239	6.070	87,40
TOTAL	476.306	502.250	5,45

Fonte: Companhia Energética de Alagoas-CEAL.

Notas:

1 - Dados trabalhados pela SEPLAN/CGPLAN.

2 - Apuração de resultados de consumo industrial de Energia por ramo de atividades teve sua metodologia modificada pelo CNAE (Código Nacional de Atividades Econômicas).

3 - Os itens não foram identificados em 2005 por não serem especificados em 2004.

ENERGIA ELÉTRICA
NÚMERO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA POR CLASSE
ALAGOAS
2004/2005

MÊS	CONSUMIDORES DE ENERGIA POR CLASSE							
	RESIDENCIAL	INDUSTRIAL	COMERCIAL	RURAL	PODER PÚBLICO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	OUTROS	TOTAL
2004								
JANEIRO	577.321	2.583	42.568	6.928	6.780	144	691	637.015
FEVEREIRO	578.654	2.602	42.734	10.809	6.758	150	695	642.402
MARÇO	578.928	2.626	42.608	9.384	6.782	154	698	641.180
ABRIL	580.636	2.605	42.602	9.089	6.790	135	696	642.553
MAIO	581.668	2.636	42.796	9.086	6.870	144	687	643.887
JUNHO	581.392	2.618	42.611	9.185	6.921	116	690	643.533
1º SEMESTRE	3.478.599	15.670	255.919	54.481	40.901	843	4.157	3.850.570
JULHO	583.874	2.635	42.872	9.198	6.925	181	687	646.372
AGOSTO	585.357	2.641	42.962	9.224	6.940	145	685	647.954
SETEMBRO	586.651	2.650	43.203	9.258	6.949	145	684	649.540
OUTUBRO	588.812	2.645	42.852	9.175	6.930	154	683	651.251
NOVEMBRO	592.035	2.664	43.052	9.438	6.958	155	681	654.983
DEZEMBRO	595.061	2.686	43.224	9.443	6.963	143	388	657.908
2º SEMESTRE	3.531.790	15.921	258.165	55.736	41.665	923	3.808	3.908.008
ANUAL	7.010.389	31.591	514.084	110.217	82.566	1.766	7.965	7.758.578
2005								
JANEIRO	598.778	2.721	43.398	9.619	6.983	141	990	662.630
FEVEREIRO	601.530	2.728	43.631	9.641	6.997	147	689	665.363
MARÇO	603.026	2.755	43.562	9.701	7.013	151	690	666.898
ABRIL	604.749	2.754	43.471	9.680	7.045	139	693	668.531
MAIO	605.029	2.743	43.449	9.682	7.081	151	690	668.825
JUNHO	607.176	2.731	43.621	9.678	7.094	152	709	671.161
1º SEMESTRE	3.620.288	16.432	261.132	58.001	42.213	881	4.461	4.003.408
JULHO	613.934	2.751	43.948	9.769	7.116	102	695	678.315
AGOSTO	628.280	2.845	46.242	9.740	7.254	102	700	695.163
SETEMBRO	617.084	2.799	44.790	9.733	7.112	103	703	682.324
OUTUBRO	622.577	2.794	44.653	9.798	7.186	102	705	687.815
NOVEMBRO	630.561	2.821	45.149	9.856	7.202	102	709	696.400
DEZEMBRO	630.798	2.805	44.602	9.864	7.232	102	711	696.114
2º SEMESTRE	3.743.234	16.815	269.384	58.760	43.102	613	4.223	4.136.131
ANUAL	7.363.522	33.247	530.516	116.761	85.315	1.494	8.684	8.139.539

Fonte: Companhia Energética de Alagoas-CEAL.

ENERGIA ELÉTRICA
CONSUMO DE ENERGIA POR CLASSE
ALAGOAS
2004/2005

MÊS	CONSUMO DE ENERGIA POR CLASSE (em MWh)							
	RESIDENCIAL	INDUSTRIAL	COMERCIAL	RURAL	PODER PÚBLICO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	OUTROS	TOTAL
<u>2004</u>								
JANEIRO	59.273	35.630	31.461	14.883	7.307	9.977	11.898	170.429
FEVEREIRO	54.516	40.019	30.119	11.777	7.321	10.006	10.645	164.403
MARÇO	55.042	36.116	30.572	7.761	7.926	10.009	11.580	159.006
ABRIL	56.082	39.983	32.021	10.396	8.880	10.395	12.735	170.492
MAIO	55.113	37.604	30.512	7.242	8.380	9.687	12.216	160.754
JUNHO	54.880	41.947	31.649	7.115	8.805	10.022	12.456	166.874
1º SEMESTRE	334.906	231.299	186.334	59.174	48.619	60.096	71.530	991.958
JULHO	50.870	41.195	27.614	6.275	7.027	10.030	11.808	154.819
AGOSTO	47.564	43.051	27.011	6.374	7.213	10.028	11.309	152.550
SETEMBRO	51.308	42.482	29.066	6.764	7.968	10.036	12.137	159.761
OUTUBRO	51.757	40.453	29.911	10.384	7.955	10.204	12.164	162.828
NOVEMBRO	52.364	39.873	30.409	14.241	8.675	10.172	12.434	168.168
DEZEMBRO	56.152	37.954	33.533	15.296	8.462	10.161	11.415	172.973
2º SEMESTRE	310.015	245.008	177.544	59.334	47.300	60.631	71.267	971.099
ANUAL	644.921	476.307	363.878	118.508	95.919	120.727	142.797	1.963.057
<u>2005</u>								
JANEIRO	60.225	38.494	35.222	17.125	9.374	10.288	13.831	184.559
FEVEREIRO	59.415	40.143	33.754	17.706	8.940	10.038	13.120	183.116
MARÇO	57.891	38.317	32.770	17.167	9.351	10.206	11.582	177.284
ABRIL	60.115	43.698	34.526	15.162	9.520	10.144	13.050	186.215
MAIO	60.101	41.379	33.949	7.612	9.725	10.264	12.844	175.874
JUNHO	56.301	40.045	31.950	6.586	9.435	10.260	13.201	167.778
1º SEMESTRE	354.048	242.076	202.171	81.358	56.345	61.200	77.628	1.074.826
JULHO	51.220	43.125	29.173	6.137	8.803	10.264	11.861	160.583
AGOSTO	58.992	41.928	31.612	6.493	8.995	10.162	12.949	171.131
SETEMBRO	51.543	50.799	30.469	6.400	9.206	10.278	13.203	171.898
OUTUBRO	53.686	40.782	31.584	11.391	8.972	10.223	12.297	168.935
NOVEMBRO	59.240	39.867	36.206	18.506	10.240	10.223	13.420	187.702
DEZEMBRO	57.077	43.673	34.283	14.661	9.723	10.223	12.713	182.353
2º SEMESTRE	331.758	260.174	193.327	63.588	55.939	61.373	76.443	1.042.602
ANUAL	685.806	502.250	395.498	144.946	112.284	122.573	154.071	2.117.428

Fonte: Companhia Energética de Alagoas–CEAL.

ENERGIA ELETRICA
CONSUMO INDUSTRIAL DE ENERGIA FORNECIDA DIRETAMENTE
DA CHESF PARA UNIDADES INDUSTRIAIS NO ESTADO
ALAGOAS
2004/2005

MÊS	CONSUMO INDUSTRIAL DE ENERGIA Consumo (KWh/Mês)	VARIAÇÃO(%) 2005/2004
2004		
Janeiro	110.838.720	-
Fevereiro	97.005.696	-
Março	96.423.264	-
Abril	114.066.960	-
Maio	118.097.760	-
Junho	112.565.904	-
1º Semestre	648.998.304	-
Julho	122.587.584	-
Agosto	123.598.896	-
Setembro	114.398.544	-
Outubro	122.475.936	-
Novembro	115.609.248	-
Dezembro	117.989.520	-
2º Semestre	716.659.728	-
Anual	1.365.658.032	-
2005		
Janeiro	119.871.360	8,15
Fevereiro	111.192.000	14,62
Março	122.645.424	27,19
Abril	117.322.800	2,85
Maio	121.912.848	3,23
Junho	116.559.408	3,55
1º Semestre	709.503.840	9,32
Julho	112.041.792	-8,60
Agosto	119.766.816	-3,10
Setembro	117.089.472	2,35
Outubro	88.789.488	-27,50
Novembro	121.090.429	4,74
Dezembro	121.094.012	2,63
2º Semestre	679.872.009	-5,13
Anual	1.389.375.849	1,74

Fonte: CHESF/PR/SCE /DRC.

ÁGUA

A CASAL – Companhia de Abastecimento de Água do Estado de Alagoas, em relatório, aponta que abastece 77 municípios atendendo 1.369.048 pessoas no Estado. Ajustes nos critérios de

cobrança implementados pela empresa, assim como a utilização de fontes alternativas de abastecimento justificam oscilações na distribuição de água no Estado.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA NÚMERO DE ECONOMIAS ATIVAS DE ÁGUA POR CATEGORIAS ALAGOAS 2004/2005

MÊS	NÚMERO DE ECONOMIAS ATIVAS DE ÁGUA POR CATEGORIAS							
	RESIDENCIAL	VAR.% 2005/2004	COMERCIAL	VAR.% 2005/2004	INDUSTRIAL	VAR.% 2005/2004	PÚBLICO	VAR.% 2005/2004
2004								
JANEIRO	300.866	-	12.581	-	842	-	8.067	-
FEVEREIRO	304.950	-	12.631	-	840	-	7.995	-
MARÇO	299.525	-	12.282	-	824	-	7.933	-
ABRIL	310.206	-	12.525	-	832	-	8.253	-
MAIO	311.690	-	12.493	-	819	-	8.268	-
JUNHO	311.557	-	12.407	-	808	-	8.283	-
JULHO	311.238	-	12.377	-	794	-	8.294	-
AGOSTO	312.223	-	12.325	-	774	-	8.323	-
SETEMBRO	311.752	-	11.960	-	798	-	8.359	-
OUTUBRO	312.339	-	11.774	-	791	-	8.364	-
NOVEMBRO	312.859	-	11.773	-	783	-	8.391	-
DEZEMBRO	313.711	-	11.867	-	753	-	8.386	-
2005								
JANEIRO	312.730	3,94	11.744	-6,65	756	-10,21	8.261	2,40
FEVEREIRO	313.090	2,67	11.724	-7,18	756	-10,00	8.268	3,41
MARÇO	313.731	4,74	11.728	-4,51	760	-7,77	8.195	3,30
ABRIL	313.796	1,16	11.744	-6,24	769	-7,57	8.123	-1,58
MAIO	313.628	0,62	11.651	-6,74	758	-7,45	8.068	-2,42
JUNHO	314.478	0,94	11.456	-7,67	746	-7,67	8.240	-0,52
JULHO	314.951	1,19	11.585	-6,40	757	-4,66	8.247	-0,57
AGOSTO	317.773	1,78	11.500	-6,69	760	-1,81	8.161	-1,95
SETEMBRO	318.536	2,18	11.732	-1,91	763	-4,39	8.156	-2,43
OUTUBRO	319.305	2,23	11.801	0,23	763	-3,54	8.195	-2,02
NOVEMBRO	319.043	1,98	11.815	0,36	767	-2,04	8.210	-2,16
DEZEMBRO	316.604	0,92	11.750	-0,99	772	2,52	8.208	-2,12

Fonte: Relatório de Análise de Consumo de Água por economia - R12 / CASAL

Nota: Cálculo-Metodologia adotada pela casal (média)

ABASTECIMENTO DE ÁGUA
VOLUME FATURADO TOTAL BRUTO DE ÁGUA POR CATEGORIAS
ALAGOAS
2004/2005

MÊS	VOLUME FATURADO BRUTO DE ÁGUA POR CATEGORIAS (m³)									
	RESIDENCIAL	VAR.% 2005/2004	COMERCIAL	VAR.% 2005/2004	INDUSTRIAL	VAR.% 2005/2004	PÚBLICO	VAR.% 2005/2004	TOTAL	VAR.% 2005/2004
2004										
JANEIRO	4.320.209	-	219.933	-	37.609	-	208.192	-	4.785.943	-
FEVEREIRO	4.030.608	-	209.538	-	33.462	-	200.217	-	4.473.825	-
MARÇO	4.089.089	-	221.337	-	37.626	-	204.239	-	4.552.291	-
ABRIL	4.028.207	-	207.585	-	36.491	-	204.697	-	4.476.980	-
MAIO	4.178.904	-	221.966	-	33.620	-	222.959	-	4.657.449	-
JUNHO	4.016.692	-	213.392	-	34.950	-	222.348	-	4.487.382	-
JULHO	4.095.257	-	229.347	-	45.128	-	219.581	-	4.589.313	-
AGOSTO	3.865.545	-	211.842	-	28.301	-	192.870	-	4.298.558	-
SETEMBRO	4.062.667	-	202.321	-	30.130	-	214.494	-	4.509.612	-
OUTUBRO	4.085.802	-	200.837	-	34.810	-	233.782	-	4.555.231	-
NOVEMBRO	4.199.867	-	203.147	-	35.987	-	255.401	-	4.694.402	-
DEZEMBRO	4.206.339	-	210.665	-	34.373	-	224.233	-	4.675.610	-
2005										
JANEIRO	4.192.518	-2,96	229.676	4,43	31.770	-15,53	237.641	14,15	4.691.605	-1,97
FEVEREIRO	4.365.121	8,30	210.622	0,52	28.309	-15,40	223.879	11,82	4.827.931	7,92
MARÇO	4.155.401	1,62	206.738	-6,60	26.652	-29,17	204.155	-0,04	4.592.946	0,89
ABRIL	4.033.513	0,13	193.669	-6,70	26.981	-26,06	197.523	-3,50	4.451.686	-0,56
MAIO	5.120.602	22,53	201.972	-9,01	24.962	-25,75	203.192	-8,87	5.550.728	19,18
JUNHO	3.931.733	-2,12	190.905	-10,54	24.373	-30,26	201.497	-9,38	4.348.508	-3,09
JULHO	3.792.617	-7,39	180.592	-21,26	24.181	-46,42	204.728	-6,76	4.202.118	-8,44
AGOSTO	3.910.656	1,17	185.534	-12,42	26.925	-4,86	204.394	5,98	4.327.509	0,67
SETEMBRO	5.607.017	38,01	269.812	33,36	33.503	11,19	321.627	49,95	6.231.959	38,19
OUTUBRO	6.077.199	48,74	289.345	44,07	55.178	58,51	297.197	27,13	6.718.919	47,50
NOVEMBRO	4.962.192	18,15	253.838	24,95	33.233	-7,65	255.154	-0,10	5.504.417	17,25
DEZEMBRO	4.828.574	14,79	249.754	18,56	40.983	19,23	231.631	3,30	5.350.942	14,44

Fonte: Resumo da ligações/economia - R-4.

Relatório de Análise de Consumo de Água por economia R-12/CASAL.

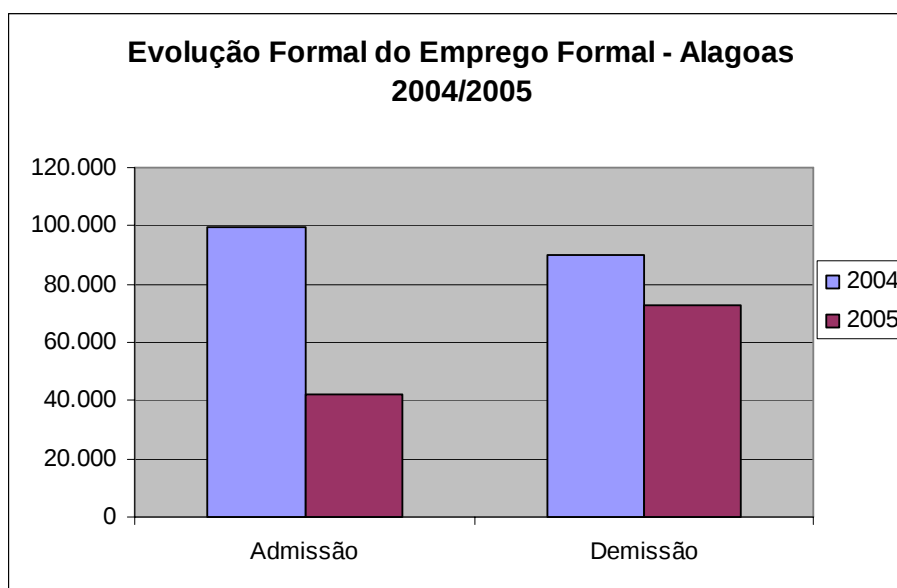
**EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO
ABASTECIMENTO DE ÁGUA
ALAGOAS
2004/2005**

2004/2005

MÊS	ABASTECIMENTO DE ÁGUA								
	LIGAÇÕES						ECONOMIAS ATIVAS		
	ATIVAS			INATIVAS					
	MÊS ANT	MÊS ATUAL	VAR%	MÊS ANT	MÊS ATUAL	VAR%	MÊS ANT	MÊS ATUAL	VAR%
2004									
JANEIRO	283.688	285.201	0,53	74.957	74.446	-0,68	320.875	322.356	0,46
FEVEREIRO	285.201	289.446	1,49	74.446	71.543	-3,90	322.356	326.416	1,26
MARÇO	289.446	291.338	0,65	71.543	68.864	-3,74	326.416	328.538	0,65
ABRIL	291.338	292.188	0,29	68.864	68.977	0,16	328.538	329.584	0,32
MAIO	292.188	293.420	0,42	68.977	77.828	12,83	329.584	331.038	0,44
JUNHO	293.420	293.129	-0,10	69.139	70.349	1,75	331.038	330.823	-0,06
JULHO	293.129	292.780	-0,12	70.349	71.157	1,15	330.823	330.471	-0,11
AGOSTO	292.780	293.899	0,38	71.157	70.704	-0,64	330.471	331.413	0,29
SETEMBRO	293.899	293.156	-0,25	70.704	72.209	2,13	331.413	330.637	-0,23
OUTUBRO	293.156	293.420	0,09	72.209	73.196	1,37	330.637	331.036	0,12
NOVEMBRO	293.420	294.060	0,22	73.196	73.693	0,68	331.036	331.574	0,16
DEZEMBRO	294.060	294.545	0,16	73.693	74.021	0,45	331.574	332.485	0,27
2005									
JANEIRO	294.545	294.232	-0,11	74.021	75.224	1,63	332.485	332.474	0,00
FEVEREIRO	294.232	294.906	0,23	75.224	75.316	0,12	332.474	332.351	-0,04
MARÇO	294.906	294.676	-0,08	75.316	76.385	1,42	332.351	332.927	0,17
ABRIL	294.676	295.016	0,12	76.385	77.405	1,34	332.927	332.945	0,01
MAIO	295.016	295.103	0,03	77.405	78.701	1,67	332.945	332.618	-0,10
JUNHO	295.103	295.071	-0,01	78.701	79.918	1,55	332.618	332.688	0,02
JULHO	295.071	295.744	0,23	79.918	79.830	-0,11	332.688	333.308	0,19
AGOSTO	295.744	298.386	0,89	79.830	78.702	-1,41	333.308	335.962	0,80
SETEMBRO	298.386	299.013	0,21	78.702	78.106	-0,76	335.962	336.955	0,30
OUTUBRO	299.013	299.772	0,25	78.106	77.667	-0,56	336.955	337.832	0,26
NOVEMBRO	299.772	299.368	-0,13	77.667	78.199	0,68	337.832	337.603	-0,07
DEZEMBRO	299.732	299.189	-0,18	78.317	77.986	-0,42	337.978	337.566	-0,12

Fonte: CASAL.

Nota: * Dados trabalhados pela CGPLAN/SEPLAN.

MERCADO DE TRABALHO

Fonte: CAGED.

A economia alagoana no que se refere ao mercado de trabalho interage e oscila com os principais segmentos produtivos, levando em consideração períodos de pico. O segmento sucroalcooleiro sujeito a safras e entressafras, comércio após datas comemorativas com contratações temporárias, registra dispensas, setor

turístico aliado ao período de chuvas, ocorre redução na demanda devido ao turismo de sol e praia. Tais variáveis interferem nos resultados do mercado de trabalho. Diante da pontuação acima registrada, o emprego formal em Alagoas registrou em 2005 redução de cerca de 40% em relação a 2004.

EVOLUÇÃO MENSAL DO EMPREGO FORMAL

ALAGOAS

2004/2005

Mês/ano	Admissão	Demissão	Saldo
2004			
Janeiro	5.035	5.636	-601
Fevereiro	3.895	8.237	-4.342
Março	4.344	15.420	-11.076
Abril	3.657	20.210	-16.553
Maio	5.173	4.149	1.024
Junho	4.905	3.624	681
Julho	5.044	4.047	997
Agosto	9.947	4.839	5.108
Setembro	35.985	3.920	32.065
Outubro	8.298	4.785	3.513
Novembro	5.785	4.282	1.503
Dezembro	5.887	8.220	-2.333
TOTAL	99.851	90.169	9.682
2005			
Janeiro	4.480	6.056	-1.576
Fevereiro	3.740	17.419	-13.679
Março	3.994	22.074	-18.080
Abril	4.576	7.002	-2.426
Maio	5.910	5.046	864
Junho	6.999	4.396	2.603
Julho	6.293	4.784	1.509
Agosto	6.035	6.139	-104
Setembro	35.277	4.637	30.640
Outubro	15.223	6.281	8.942
Novembro	7.072	7.136	-64
Dezembro	4.238	7.162	-2.924
TOTAL	103.837	98.132	5.705

Fonte: Ministério do Trabalho-CAGED.

Segundo a CAGED²⁵, normalmente, a cada ano, de janeiro a abril, o número de demitidos é sempre maior do que o de admitidos no mercado alagoano. O período de contratações sempre recomeça no mês de maio, mas com saldos positivos tímidos que vão até o mês de julho.

Em agosto, a margem positiva entre admitidos e demitidos se torna maior até atingir seu ápice no mês de setembro. Essa

curva ascendente se repete sempre nessa fase do ano porque o setor sucroalcooleiro e o *trade* turístico reiniciam suas contratações em função do início da safra de cana-de-açúcar e da alta temporada turística que acontecem no mesmo período, além da proximidade com as festividades comemorativas.

A partir de dezembro a demanda por mão-de-obra começa a dar sinais de desaquecimento, com a previsão de final de safra do segmento sucroalcooleiro, quando a mão-de-obra temporária começa a ser dispensada, aliado ao final do período

²⁵ CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

de festa para o comércio e período de chuvas para o setor turístico.

Em 2004 cerca de 99,8 mil trabalhadores foram contratados com carteira assinada em Alagoas contra 90,2

mil demitidos. No total, houve saldo positivo de 9.682 empregos. Por outro lado em 2005 foram realizadas 103,8 mil admissões contra 98,1 mil desligamentos, com saldo de 5.705 admissões.

FLUTUAÇÃO MENSAL DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

ADMISSÕES

ALAGOAS

2004/2005

MÊS	ADMISSÕES									
	EX. MIN.	IND. TRANS	S.I.U.P.	CONST CIVIL	COM.	SERV.	ADM. PUB.	AGROP. SILV.	OUTROS	TODAS AS ATIVIDADES
2004										
JANEIRO	5	1.260	31	702	1.319	1.498	4	216	0	5.035
FEVEREIRO	8	591	23	549	852	1.693	40	139	0	3.895
MARÇO	1	804	18	616	1.133	1.497	36	239	0	4.344
ABRIL	4	369	41	586	1.087	1.237	163	170	0	3.657
MAIO	8	1.505	22	613	1.369	1.388	8	260	0	5.173
JUNHO	12	964	12	547	1.142	1.212	6	410	0	4.305
1º SEMESTRE	38	5.493	147	3.613	6.902	8.525	257	1.434	0	26.409
JULHO	3	1.057	15	610	1.939	1.278	7	135	0	5.044
AGOSTO	11	5.752	13	1.353	1.365	1.346	11	96	0	9.947
SETEMBRO	3	32.538	9	1.032	1.002	1.203	3	193	0	35.983
OUTUBRO	6	4.265	4	735	1.334	1.369	3	582	0	8.298
NOVEMBRO	9	3.990	15	611	1.941	1.321	7	389	0	8.283
DEZEMBRO	25	2.458	4	720	1.313	1.065	6	296	0	5.887
2º SEMESTRE	57	50.060	60	5.061	8.894	7.582	37	1.691	0	73.442
ANUAL	95	55.553	207	8.674	15.796	16.107	294	3.125	0	99.851
2005										
JANEIRO	24	1.144	8	523	1.336	1.266	7	172	0	4.480
FEVEREIRO	9	430	71	603	1.082	1.386	4	155	0	3.740
MARÇO	17	482	33	737	1.180	1.395	8	142	0	3.994
ABRIL	16	927	35	687	1.231	1.447	60	173	0	4.576
MAIO	19	1.606	18	868	1.303	1.873	17	206	0	5.910
JUNHO	9	2.095	14	1.201	1.648	1.609	19	404	0	6.999
1º SEMESTRE	94	6.684	179	4.619	7.780	8.976	115	1.252	0	29.699
JULHO	3	1.594	80	867	1.768	1.671	4	306	0	6.293
AGOSTO	20	1.524	44	1.119	1.444	1.524	7	353	0	6.035
SETEMBRO	17	29.926	22	1.015	1.434	1.573	1	1.289	0	35.277
OUTUBRO	13	9.328	40	1.724	1.598	1.647	1	872	0	15.223
NOVEMBRO	7	2.589	62	657	1.906	1.336	0	515	0	7.072
DEZEMBRO	8	1.017	48	644	1.396	952	3	170	0	4.238
2º SEMESTRE	68	45.978	296	6.026	9.546	8.703	16	3.505	0	74.138
ANUAL	162	52.662	475	10.645	17.326	17.679	131	4.757	0	103.837

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-Lei n.º 4.923/65. Ministério do Trabalho.

Nota:

EX. MIN.	EXTRATIVA MINERAL	COM.	COMÉRCIO
IND. TRANS.	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	SERV.	SERVIÇOS
S.I.U.P.	SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	ADM. PÚB.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CONST. CIVIL	CONSTRUÇÃO CIVIL	AGROP. SILV.	AGROPECUÁRIA, SILVICULTURA, PESCA, ETC.

FLUTUAÇÃO MENSAL DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

DESLIGAMENTOS

ALAGOAS

2004/2005

MÊS	DESLIGAMENTOS									
	EX. MIN.	IND. TRANS	S.I.U.P.	CONST CIVIL	COM.	SERV.	ADM. PUB.	AGROP. SILV.	OUTROS	TODAS AS ATIVIDADES
2004										
JANEIRO	0	2.132	14	486	1.207	1.039	3	755	0	5.636
FEVEREIRO	5	4.011	14	1.000	1.009	1.344	13	841	0	8.237
MARÇO	2	11.402	15	602	1.184	1.396	7	812	0	15.420
ABRIL	1	13.433	17	579	1.189	1.090	3	3.898	0	20.210
MAIO	11	1.943	20	701	1.072	1.035	1	136	0	4.919
JUNHO	11	988	7	485	986	1.024	2	121	0	3.624
1º SEMESTRE	30	33.909	87	3.853	6.647	6.928	29	6.563	0	58.046
JULHO	5	810	8	430	1.146	1.517	7	124	0	4.047
AGOSTO	9	1.418	33	400	1.665	1.150	5	159	0	4.839
SETEMBRO	17	1.248	8	431	948	1.132	5	131	0	3.920
OUTUBRO	6	2.357	10	553	826	822	2	209	0	4.785
NOVEMBRO	11	3.409	8	640	991	1.043	1	209	0	6.312
DEZEMBRO	6	3.395	47	1.228	1.776	1.457	39	272	0	8.220
2º SEMESTRE	54	12.637	114	3.682	7.352	7.121	59	1.104	0	32.123
ANUAL	84	46.546	201	7.535	13.999	14.049	88	7.667	0	90.169
2005										
JANEIRO	9	2.917	15	559	1.226	941	3	386	0	6.056
FEVEREIRO	12	13.735	21	502	1.167	1.295	3	684	0	17.419
MARÇO	15	18.355	19	795	1.285	1.231	9	365	0	22.074
ABRIL	18	4.019	10	486	1.061	1.049	4	355	0	7.002
MAIO	8	1.683	215	669	1.057	1.157	5	252	0	5.046
JUNHO	10	1.295	16	646	1.040	1.218	6	165	0	4.396
1º SEMESTRE	72	42.004	296	3.657	6.836	6.891	30	2.207		61.993
JULHO	19	1.036	86	726	1.171	1.574	3	169	0	4.784
AGOSTO	16	1.971	28	825	1.809	1.262	6	222	0	6.139
SETEMBRO	22	855	20	532	1.283	1.524	4	397	0	4.637
OUTUBRO	8	2.788	25	1.230	1.025	926	64	215	0	6.281
NOVEMBRO	13	3.001	47	1.151	1.181	1.421	0	322	0	7.136
DEZEMBRO	9	2.670	50	1.177	1.735	1.024	6	491	0	7.162
2º SEMESTRE	87	12.321	256	5.641	8.204	7.731	83	1.816	0	36.139
ANUAL	159	54.325	552	9.298	15.040	14.622	113	4.023	0	98.132

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei n.º 4.923/65 . Ministério do Trabalho.

Nota:

EX. MIN.	EXTRATIVA MINERAL	COM.	COMÉRCIO
IND. TRANS.	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	SERV.	SERVIÇOS
S.I.U.P.	SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	ADM. PÚB.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CONST. CIVIL	CONSTRUÇÃO CIVIL	AGROP. SILV.	AGROPECUÁRIA, SILVICULTURA, PESCA, ETC.

FLUTUAÇÃO MENSAL DO EMPREGO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA
VARIÇÃO
ALAGOAS
2004/2005

MÊS	VARIÇÃO									
	EX. MIN.	IND. TRANS	S.I.U.P.	CONST CIVIL	COM.	SERV.	ADM. PUB.	AGROP. SILV.	OUTROS	TODAS AS ATIVIDADES
2004										
JANEIRO	0,98	-1,06	0,54	2,00	0,28	0,73	0,01	-2,91	-	-0,26
FEVEREIRO	0,58	-4,19	0,29	-4,04	-0,39	0,55	0,25	-3,90	-	-1,90
MARÇO	-0,19	-13,56	0,09	0,13	-0,13	0,16	0,27	-3,31	-	-4,93
ABRIL	0,58	-19,34	0,76	0,06	-0,26	0,23	1,46	-22,24	-	-7,75
MAIO	-0,58	-0,80	0,06	-0,81	0,75	0,55	0,06	0,95	-	0,13
JUNHO	0,19	-0,04	0,16	0,57	0,39	0,29	0,04	2,19	-	0,34
1º SEMESTRE	1,56	-38,99	1,90	-2,09	0,64	2,51	2,09	-29,22	-	-14,37
JULHO	-0,39	0,46	0,22	1,64	1,96	-0,37	0,00	0,08	-	0,50
AGOSTO	0,39	7,98	-0,62	8,48	-0,73	0,30	0,05	-0,47	-	2,56
SETEMBRO	-2,71	53,34	0,03	4,92	0,13	0,11	-0,02	0,46	-	15,65
OUTUBRO	0,00	2,12	-0,19	1,41	1,24	0,84	0,01	2,75	-	1,48
NOVEMBRO	-0,40	0,63	0,22	-0,22	2,28	0,42	0,05	1,29	-	0,82
DEZEMBRO	3,79	-1,01	-1,35	-3,84	-1,09	-0,60	-0,30	0,17	-	-0,96
2º SEMESTRE	0,68	63,52	-1,69	12,39	3,79	0,70	-0,21	4,28	-	20,05
ANUAL	2,24	24,53	0,21	10,30	4,43	3,21	1,88	-24,94	-	5,68
2005										
JANEIRO	2,08	-1,87	-0,22	-0,45	0,26	0,50	0,03	-1,08	-	-0,64
FEVEREIRO	-0,41	-14,32	1,60	1,24	-0,20	0,14	0,01	-2,65	-	-5,59
MARÇO	0,27	-22,44	0,44	-0,67	-0,24	0,25	-0,01	-1,13	-	-7,80
ABRIL	-0,27	-5,00	0,78	2,30	0,40	0,61	0,49	-0,93	-	-1,13
MAIO	1,50	-0,13	-6,13	2,18	0,57	1,08	0,10	-0,24	-	0,41
JUNHO	-0,13	1,36	-0,07	5,89	1,40	0,58	0,11	1,23	-	1,22
1º SEMESTRE	3,04	-42,40	-3,60	10,49	2,19	3,16	0,73	-4,80	-	-13,53
JULHO	-2,15	0,94	-0,20	1,40	1,35	0,14	0,01	0,69	-	0,70
AGOSTO	0,55	-0,74	0,53	2,82	-0,82	0,39	0,01	0,66	-	-0,05
SETEMBRO	-0,68	48,76	0,07	4,47	0,34	0,07	-0,03	4,41	-	14,03
OUTUBRO	0,69	7,37	0,49	4,33	1,28	1,06	-0,55	3,11	-	3,59
NOVEMBRO	-0,82	-0,43	0,49	-4,09	1,60	-0,12	0,00	0,88	-	-0,02
DEZEMBRO	-0,14	-1,74	-0,07	-4,55	-0,74	-0,10	-0,03	-1,45	-	-1,13
2º SEMESTRE	-2,55	54,16	1,31	4,38	3,01	1,44	-0,59	8,30	-	17,12
ANUAL	0,49	11,76	-2,29	14,87	5,20	4,60	0,14	3,50	-	3,59

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei n.º 4.923/65 . Ministério do Trabalho.

Nota:

EX. MIN.	EXTRATIVA MINERAL	COM.	COMÉRCIO
IND. TRANS.	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	SERV.	SERVIÇOS
S.I.U.P.	SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA	ADM. PÚB.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CONST. CIVIL	CONSTRUÇÃO CIVIL	AGROP. SILV.	AGROPECUÁRIA, SILVICULTURA, PESCA, ETC.

PETRÓLEO E GÁS NATURAL

A produção de petróleo e derivados ultrapassou em maio de 2005, a barreira de 1.819.604 (milhões) de barris/dia, próximo do nível de consumo brasileiro. Com crescente aumento de produção em dezembro de 2005, a Petrobras anunciou recorde de produção, com extração de petróleo em poços nacionais de 1.857.425 barris/dia. A produção média diária de petróleo no país em 2005 foi de 1,684 milhão de barris/diários.

De acordo com a Petrobras o resultado se deve à recuperação da produção em campos maduro das regiões Norte e Nordeste do país e do Estado do Espírito Santo,²⁶ e ao aumento de produção do campo de Marlim SUI devido a entrada em operação de novos poços e ao crescimento do volume extraído da plataforma P-43, no Campo de Barracuda, ambos na Bacia de Campos.

Em 2005 a Petrobras subiu uma posição no *ranking* das maiores empresas de petróleo do mundo, passando da 15ª para 14ª colocação, segundo a *Petroleum Intelligence Weekly (PIW)*²⁷

A produção alagoana de petróleo corresponde a 3% da brasileira²⁸. Em 2005 foram extraídos 2.855.518 bep, com aumento 3,19% em relação a 2004.

Com a entrada em operação do poço Anambé, na Fazenda Rosário, no município de São Miguel dos Campos, litoral sul do Estado, a 40 quilômetros de Maceió, a Petrobras aumentou em 15% a produção de petróleo e líquido de gás natural (LGN) em Alagoas.

Segundo o gerente Ativo da Produção de Alagoas, o poço foi descoberto em novembro de 2004 e entrou em operação em agosto de 2005. Após avaliação realizada pela Petrobras foi declarada sua comercialidade. O novo poço tem 2.715 metros de profundidade, possuindo uma reserva de óleo de excelente qualidade com volume estimado de 10 milhões de barris. Produz 1,2 mil barris de óleo e 20.000 m³ diários de gás natural. A estimativa é de que em seu auge, a extração diária chegue a 1,8 mil barris. A produção superou as expectativas em 20%, segundo os técnicos da Petrobras. De acordo com o gerente da empresa a previsão de esgotamento da produção do campo de Anambé é 2015. Mas, se houver oportunidade de estender essa produção, a Petrobras poderá explorá-lo por até 27 anos, que é o prazo de concessão da área.

Com a operação do poço Anambé, a Petrobras conta com 248 poços em operação em Alagoas²⁹, produzindo 9.400 barris/diários de petróleo e líquido de gás natural por dia, além dos 3 milhões de m³ de gás natural, refinados na Unidade de Processamento (UPGN) de Pilar.

Afirma o Gerente de Produção que a expectativa da empresa é de que o poço gere um faturamento de US\$ 45 milhões até 2015, quando a produção deve se extinguir.

De acordo com a Petrobras, o poço deve render US\$ 5,2 milhões em *royalties*, sendo 60% desse montante destinado ao Estado e 40% ao município. O imposto de renda decorrente da produção do local está estimado em US\$ 7 milhões e os outros

²⁶ Gazeta de Alagoas, 21 dez 2005. Caderno de Economia, p.A10.

²⁷ Publicação especializada no setor de petróleo.

²⁸ ANP

Disponível em: www.nuca.ie.urfj.br. Acesso em (17 abr 2007).

²⁹ Tribuna de Alagoas, 24 ago 2005. Caderno de Economia, p.14.

tributos, como ICMS e PIS/Cofins chegam a US\$ 2,8 milhões.

Na expectativa de aumentar a produção, a empresa está em fase de perfuração de um poço na Fazenda Escuro, também em São Miguel dos Campos, aguardando apenas a avaliação para declarar a comercialidade.

As principais jazidas de petróleo e gás natural da Petrobras em Alagoas estão no eixo entre os municípios de Pilar, Marechal Deodoro e São Miguel dos Campos. Só em São Miguel são quatro campos de exploração. Em Furado, são 44 poços. No município de Coruripe está o único poço marítimo da Petrobras em Alagoas.

Em 2005 foram extraídos 7.403.425 bep de gás natural, com redução de 1,56% em relação a 2004. O Estado é auto suficiente no produto, mesmo assim não garante uso exclusivo, isso significa que, caso a procura seja maior que a demanda no Nordeste, Alagoas terá de se conformar com a quantidade que foi acertada com a Petrobras.

Evidenciando a importância do gás natural em Alagoas, em 2005 a Algás é a única empresa do Nordeste no setor, que atua nos quatro segmentos: Industrial, Comercial, Residencial e Veicular. No Brasil, apenas os estados do Rio de Janeiro e São Paulo atuam nessas áreas.

Os números mostram a consolidação do gás natural no Estado com o aumento do consumo. Em 2004 foram consumidos 144 milhões de m³ atingindo 154 milhões em 2005.

Merece destaque a procura por gás domiciliar, motivada pelo crescimento de números de domicílios que passaram a utilizar o produto.

Dentro do processo de expansão, nos últimos quatro anos, segundo a Algás, o número de prédios abastecidos com o produto cresceu de 2 para 250, alcançando em dezembro de 2005 a marca de 300 unidades.

Em 2010 estima a Algás que, 50 mil unidades habitacionais em Alagoas vão estar equipadas com gás natural. A previsão é de que o número de prédios e casas atendidos dobre em 2006, alcançando 18 mil unidades³⁰. Vale ressaltar que Maceió foi a primeira capital do País, depois do eixo Rio - São Paulo, a contar com o fornecimento de gás natural residencial.

Já nos demais segmentos que utilizam o gás canalizado, os números também revelam crescimento. Na área comercial, mais de 170 pontos estão interligados. No caso das indústrias, o ritmo de crescimento é pequeno devido ao perfil do Estado. Segundo a Algás, a expansão das redes de abastecimento representa o diferencial da instituição. Essa expansão vai servir de base para a implantação de novas indústrias, a começar pelas pequenas, que estão fora do pólo industrial.

O segmento que congrega maior número de consumidores é o veicular. Em 2005 foram contabilizados nove mil carros, que são equipados com o kit GNV. No sentido de atender a demanda, a Algás já anuncia a instalação de mais um posto de GNV, o terceiro no interior, sendo o 18º a ser instalado em Alagoas³¹.

Segundo o sindicato dos Taxistas de Alagoas, 80% da frota de táxi no estado (estimada em cinco mil veículos, três mil deles somente em Maceió) é movida a gás natural. Para o presidente da entidade a conversão para o GNV ainda representa uma economia de 60% em relação ao álcool ou gasolina. Mesmo com os constantes aumentos do preço do gás, a maioria dos taxistas ainda prefere o gás, mesmo com a popularidade dos modelos bicomcombustíveis³².

³⁰ Primeira Edição, 19-25 dez 2005.

³¹ Tribuna de Alagoas, 25 abr 2005. Caderno de Economia, p.17.

³² Tribuna de Alagoas, 6 jan 2006. Caderno Economia, p.14.

**PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL
(TERRA E MAR EM ALAGOAS)
2004/2005**

MÊS	PRODUÇÃO NACIONAL			
	PETRÓLEO		GÁS NATURAL	
	PRODUÇÃO (bep)	VAR(%) 2005/2004	PRODUÇÃO (bep)	VAR(%) 2005/2004
2004				
JANEIRO	221.113	-	573.932	-
FEVEREIRO	203.802	-	565.312	-
MARÇO	221.139	-	602.034	-
ABRIL	210.481	-	583.479	-
MAIO	218.828	-	563.593	-
JUNHO	241.506	-	641.647	-
1º SEMESTRE	1.316.869	-	3.529.997	-
JULHO	267.908	-	695.317	-
AGOSTO	253.247	-	663.350	-
SETEMBRO	235.508	-	658.066	-
OUTUBRO	231.400	-	679.585	-
NOVEMBRO	231.809	-	649.430	-
DEZEMBRO	230.495	-	644.941	-
2º SEMESTRE	1.450.367	-	3.990.689	-
TOTAL**	2.767.236	-	7.520.686	-
2005				
JANEIRO	256.003	15,78	643.935	12,20
FEVEREIRO	229.190	12,46	593.770	5,03
MARÇO	246.521	11,48	665.447	10,53
ABRIL	232.823	10,61	628.938	7,79
MAIO	236.669	8,15	652.511	15,78
JUNHO	223.854	-7,31	617.472	-3,77
1º SEMESTRE	1.425.060	8,22	3.802.073	7,71
JULHO	220.098	-17,85	590.428	-15,09
AGOSTO	240.581	-5,00	609.655	-0,08
SETEMBRO	240.158	1,97	588.883	-10,51
OUTUBRO	243.134	5,07	602.940	-11,28
NOVEMBRO	240.588	3,79	608.616	-6,28
DEZEMBRO	245.899	6,68	600.830	-6,84
2º SEMESTRE	1.430.458	-1,37	3.601.352	-9,76
TOTAL	2.855.518	3,19	7.403.425	-1,56

Fonte: ANP- Boletim Mensal de Produção Submetido à ANP.

Nota: *bep - barris equivalentes de petróleo.

**Dados trabalhados pela SEPLAN/CGPLAN.

VENDAS DOS DERIVADOS COMBUSTÍVEIS DE PETRÓLEO NO ESTADO (bep)
ALAGOAS
2004/2005

MÊS	ÓLEO DIESEL		GASOLINA		GLP(1)	
	VENDAS (bep)	VAR(%) 2005/2004	VENDAS (bep)	VAR(%) 2005/2004	VENDAS (bep)	VAR(%) 2005/2004
2004						
JANEIRO	249.939	-	76.746	-	50.420	-
FEVEREIRO	154.970	-	68.673	-	44.221	-
MARÇO	171.474	-	74.676	-	50.365	-
ABRIL	134.887	-	77.303	-	49.790	-
MAIO	115.899	-	65.213	-	47.334	-
JUNHO	116.590	-	67.965	-	48.353	-
1º SEMESTRE	943.759	-	430.576	-	290.483	-
JULHO	125.089	-	72.155	-	53.303	-
AGOSTO	128.589	-	73.511	-	51.271	-
SETEMBRO	166.272	-	78.928	-	53.202	-
OUTUBRO	199.068	-	77.384	-	51.026	-
NOVEMBRO	219.366	-	74.884	-	49.920	-
DEZEMBRO	234.591	-	86.692	-	52.843	-
2º SEMESTRE	1.072.975	-	463.554	-	311.565	-
TOTAL*	2.016.734	-	894.130	-	602.048	-
2005						
JANEIRO	212.852	-14,84	76.673	-0,10	48.454	-3,90
FEVEREIRO	174.014	12,29	68.845	0,25	45.582	3,08
MARÇO	156.817	-8,55	75.724	1,40	48.895	-2,92
ABRIL	126.277	-6,38	73.447	-4,99	48.701	-2,19
MAIO	119.101	2,76	70.191	7,63	49.089	3,71
JUNHO	118.405	1,56	69.777	2,67	52.782	9,16
1º SEMESTRE	907.466	-3,85	434.657	0,95	293.503	1,04
JULHO	125.566	0,38	68.982	-4,40	53.809	0,95
AGOSTO	138.589	7,78	73.501	-0,01	57.210	11,58
SETEMBRO	158.189	-4,86	73.522	-6,85	55.648	4,60
OUTUBRO	196.251	-1,42	68.988	-10,85	53.007	3,88
NOVEMBRO	219.589	0,10	72.091	-3,73	51.471	3,11
DEZEMBRO	214.130	-8,72	81.737	-5,72	56.258	6,46
2º SEMESTRE	1.052.314	-1,93	438.821	-5,34	327.403	5,08
TOTAL*	1.959.780	-2,82	873.478	-2,31	620.906	3,13

Fonte: Companhias Distribuidoras.

Nota: Os dados de vendas são informados pelas distribuidoras através da Declaração de controle de Produtos-DCP. As distribuidoras tem até o último dia útil do mês subsequente para informar esses dados. Entretanto, algumas delas não enviam os dados dentro do prazo previsto, o que acarreta modificações posteriores nos dados divulgados mais recentes. Assim sendo, os interessados nos dados de vendas aqui divulgados devem permanentemente monitorar mudanças que eventualmente tenham ocorridas.

1. GLP - Gás liquefeito de Petróleo.

*Dados trabalhados pela SEPLAN/CGPLAN.

bep - barril equivalente de petróleo.

**NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS NO
INFORMATIVO CONJUNTURAL DA SECRETARIA EXECUTIVA
DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO ESTADO DE**

O Informativo Conjuntural, Econômico e Social do Estado de Alagoas, editado pela Secretaria Executiva de Planejamento e Orçamento (SEPLAN), aceita colaborações originais em português, sob a forma de artigo versando sobre a conjuntura econômica e social de Alagoas.

Padrão para elaboração de artigos:

- Publicação com no máximo 10 e no mínimo 7 páginas, incluindo notas, tabelas, gráficos e referências bibliográficas.
- Identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone.
- Cópia impressa e arquivo magnético editado em Word, que devem ser entregues à SEPLAN, ou cópia magnética enviada para o e-mail: informativo-conjuntural@seplan.al.gov.br.
- Tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentadas no corpo do texto.
- Notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial.
- Citações de acordo com a NBR 10520 da ABNT ⁸.
- Referências Bibliográficas, segundo a norma NBR 6023 da ABNT ⁹.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da SEPLAN

⁸ Até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 4cm, fonte 10, sem aspas.

⁹ Indica(m)-se o(s) autor(es), de modo geral, pelo último sobrenome, em maiúsculas, seguido do(s) prenome(s) e outros sobrenomes, abreviado(s) ou não. Recomenda-se tanto quanto possível, o mesmo padrão para abreviação de nomes e sobrenomes, usados na mesma lista de referência. Os nomes devem ser separados por ponto-e-vírgula, seguido de espaço.

